UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

**A fome e a miséria na alimentação:
apontamentos para uma crítica da vida cotidiana
a partir da Geografia Urbana**

JOSÉ RAIMUNDO SOUSA RIBEIRO JUNIOR

São Paulo

2008

JOSÉ RAIMUNDO SOUSA RIBEIRO JUNIOR

**A fome e a miséria na alimentação:
apontamentos para uma crítica da vida cotidiana
a partir da Geografia Urbana**

**Dissertação apresentada à
Faculdade de Filosofia, Letras e
Ciências Humanas para obtenção
do título de Mestre em Geografia.**

**Área de Concentração: Geografia
Humana**

**Orientadora: Profa. Dra. Amélia
Luisa Damiani**

São Paulo

2008

FOLHA DE APROVAÇÃO

José Raimundo Sousa Ribeiro Junior

A fome e a miséria na alimentação: apontamentos para uma crítica da vida cotidiana a partir da Geografia Urbana

Dissertação apresentada à Faculdade de
Filosofia, Letras e Ciências Humanas para
obtenção do título de Mestre em Geografia.
Área de Concentração: Geografia Humana

Aprovado em:

Banca examinadora

Profa. Dra.: _____

Instituição: _____ **Assinatura:** _____

Profa. Dra.: _____

Instituição: _____ **Assinatura:** _____

Profa. Dra.: _____

Instituição: _____ **Assinatura:** _____

*Ao meu pai, que na infância conheceu de perto o drama da fome
e sempre me emociona com suas histórias...*

*À minha mãe, que “formou” meu paladar com seus deliciosos pratos
e continua sendo a maior responsável pelos indispensáveis almoços de domingo...*

À Renata, meu amor, com quem adoro dividir a cozinha, a mesa e a vida!

Agradecimentos

Muitas pessoas merecem meus sinceros agradecimentos, pois sem elas eu não teria chegado até aqui.

Primeiramente devo agradecer aos meus pais, José Raimundo e Mercês, cujas histórias de vida são fonte de inspiração e de muito orgulho. Queria ter metade da força deles; da força de quem nunca mediu esforços para dar o melhor aos filhos que tanto amam. Fui privilegiado por poder contar com eles em todos os momentos da minha vida. Ambos, cada qual ao seu modo, insistiram desde muito cedo na importância dos estudos e me apoiaram em todo esse percurso.

Aos meus irmãos. Minha querida irmã, Juliana, por sua generosidade sem tamanho e pelo carinho sincero que sempre me oferece!!! Ao meu irmão, KK, pela parceria incondicional em todos os momentos da vida (futebol, Flamengo, estudos, cerveja, música...). Meu mais antigo e melhor amigo! Além disso, agradeço aos dois pelos cunhados que eles me deram: Ralf e Melissa. Os almoços de domingo com nós 8 a mesa são imprescindíveis!

Agradeço imensamente à Amélia Luisa Damiani. Minha professora e orientadora, mas muito mais do que isso! Sua paixão pelo conhecimento é contagiante e sua busca pela coerência é um exemplo para todos nós. Foi com ela que eu aprendi a gostar de estudar e para isso não há palavras que sejam suficientes para demonstrar minha gratidão.

À professora Ana Fani Alessandri Carlos, que com o curso de Geografia Urbana mudou minha vida para sempre. Lembro até hoje de voltar para casa pensando como eu poderia ter vivido até então sem saber aquelas coisas tão lindas que ela falava em sala de aula. Desde então tenho o maior prazer de estudar ao seu lado. Com ela estou aprendendo a tomar chá!

Ao professor Ariovaldo Umbelino de Oliveira, pelas inúmeras contribuições na qualificação. Infelizmente as regras não permitiram que ele fizesse parte da banca de mestrado, mas espero ter outras oportunidades de debater e aprender com ele.

Também gostaria de agradecer ao Professor Anselmo Alfredo, que conheço há menos tempo, mas que já é tão importante para minha formação.

Gostaria de agradecer ao Gabriel (colega da USP) que me apresentou a Flávia, enfermeira da Unidade Básica de Saúde do Jardim Gaivotas, à qual também agradeço por ter me recebido tão bem e ter possibilitado a realização de alguns trabalhos de campo na companhia dos

agentes de saúde dessa unidade. Devo agradecer aos “agentes” Francisca, Cida, Genilda, Rodrigo e especialmente ao Wanderson, que me levaram de casa em casa e me ensinaram sempre muita coisa sobre a vida!!!

Já que estou falando de visitas, gostaria de agradecer ao Vevé que me apresentou a São Remo e trocou algumas idéias comigo que foram essenciais para a pesquisa. Espero que possamos formar uma parceria mais para frente!

Bom... não há como não agradecer a todos aqueles que fizeram os vários grupos de estudo dos quais participei nesses anos. (Grupo de estudos do Grundrisse, do Capital, sobre a obra de Henri Lefebvre, dos situacionistas e de leitura do livro Geografia da Diferença do Harvey) Todos esses grupos, que de algum modo estavam ou estão vinculados ao LABUR (Laboratório de Geografia Urbana) foram um rico ambiente de debate essencial para minha formação. Agradeço também aos colegas do GESP, pela parceria na tentativa de construir algo diferente dentro da Universidade.

Tenho de agradecer também aos amigos que eu tento cultivar com o maior apreço para não perder nenhum... Vocês todos são muito importantes para mim. Vai em ordem alfabética para ninguém se sentir mais ou menos querido!!! Espero não esquecer ninguém, mas se acontecer eu pago uma cerveja para quem for injustiçado...

Primeiro os que continuam fazendo parte do dia-a-dia: Baldraia (meu parceiro de estudos desde o primeiro ano); Bona (como não rir de suas tiradas?!); Carol (parceira de boas refeições e ótimas conversas); Daniel (o gaúcho mais bacana que eu conheço); Igor (sempre tão sincero e com quem dou muitas risadas); Léa (com quem é sempre bom trocar uma idéia tomando cerveja); Maíra (alguém consegue acompanhar o ritmo da agenda dela?); Mandioca (o mais viciado em futebol que eu conheço!); Mato Grosso (moleque com o coração do tamanho do mundo e que nunca deixa de acreditar no nosso mengão!); Paulão (amado por tantas pessoas por sua maneira única de cativar as amizades, foi ele quem me viciou em sobremesas!).

Um agradecimento especial para a Camila e para o Felipão, que além de grandes amigos me ajudaram imensamente confeccionando os mapas que constam nesse trabalho. Sem palavras para agradecer aos dois!!!

Agora para aqueles que estão um pouco mais longe: Ale (volta logo amigo!!!); Betinho (não é que ele virou caçara mesmo!); Julinha (seus conselhos foram sempre tão importantes); Mau (que nossas diferenças não nos separem porque ele é um cara firmeza!); Palito (um dos caras mais divertidos que conheço); Paulinha (sua amizade foi e sempre será importantíssima!); Rita (precisamos nos encontrar mais!).

Também quero agradecer aos amigos mais novos da Geografia, em especial: Anaclara, Chico, Claudio, Fê, Guto, Marcela, Marciano e todo o “pessoal da Floresta”... Conhecer cada um deles tem sido uma experiência fantástica.

Também não poderia deixar de agradecer aos colegas que fazem parte dos diferentes momentos em que o futebol se torna o centro de nossas vidas. Jogar bola com o MACD, com o Autônomos (times do meu coração) e no tradicional Areião do CEPE foi essencial para agüentar os momentos de pressão. E torcer pelo Flamengo com KK, Mato Grosso, Francisco, Manga, além do Vitinho, Cabeça e Marola, todos apaixonados pelo mengão, é sempre uma experiência maravilhosa!

Bom, por fim tenho de agradecer à Renata, a mulher que eu amo e com quem compartilho todos os momentos de minha vida. É impossível contar o número de acasos que foram necessários para que nos conhecêssemos e ficássemos juntos... Tantos foram os acasos, que quando nos juntamos a união foi tão arrebatadora que nunca mais conseguimos nos desgrudar. Estar ao seu lado compensa tudo!

Nosso lar é um ambiente de extrema cooperação. Dividimos tudo que há de bom e de ruim para se dividir e estamos sempre prontos para dividir mais. A Renata sempre me deu o apoio que eu precisava para seguir em frente. Só ela sabe como foram os últimos meses dedicados a essa pesquisa, pois foi ela quem acompanhou a cada dia, hora, minuto, minhas angústias, inseguranças, tristezas... E em todos esses momentos ela esteve ao meu lado para me botar para cima e fazer com que eu me sentisse melhor. Seus comentários sempre tão pertinentes foram incorporados um a um na pesquisa e por isso essa pesquisa também é sua!!!

Viver com você é a melhor coisa que já me aconteceu! Te amo pequena! Obrigado por deixar sua linda Niterói e ter vindo para cá ficar comigo, eu jamais me esquecerei disso!

RESUMO

RIBEIRO JUNIOR, José Raimundo Sousa. A fome e a miséria na alimentação: apontamentos para uma crítica da vida cotidiana a partir da Geografia Urbana. 2008. 170f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

Essa pesquisa parte da consideração da importância da alimentação e da fome como objetos de estudos privilegiados para a realização de uma crítica da vida cotidiana. Em seguida, considera a contribuição de Josué de Castro (geógrafo reconhecido por seus estudos sobre a fome) para esse tema, em uma tentativa de apontar tanto para as conquistas, como para os limites de sua obra. Nesse caminho, coloca a importância de considerar o papel da alimentação na reprodução social capitalista a partir de uma interpretação que considere a crítica da economia política. Além disso, há uma tentativa de se avançar na compreensão do papel do espaço (e de sua produção) para o entendimento dos processos de deterioração da alimentação que levam à miséria na alimentação e à fome. De início, considera uma discussão baseada nas escalas geográficas, para em seguida se aprofundar em um estudo do urbano apoiado na obra de Henri Lefebvre. Destaca-se também o papel dos trabalhos de campo para o entendimento da fome a partir de recortes espaciais realizados na metrópole de São Paulo.

Palavras-chave: Fome, Miséria na Alimentação, Geografia Urbana, Crítica da Vida Cotidiana.

ABSTRACT

RIBEIRO JUNIOR, José Raimundo Sousa. The hunger and the misery on food: notes for a critique of everyday life since the urban geography. 2008. 170f. Dissertation – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

This research starts with the consideration of the importance of food and hunger to realize a critique of everyday life. Then it considers the contribution from Josué de Castro (a geographer known for his studies about the hunger) to this theme, in an attempt to point to the achievements as much as the limits of his work. In this way, it situates the importance to consider the paper of food on the social reproduction from capitalism through an explanation that considers the critique of political economy. More over, there is an attempt to put forward in a comprehension of the role from space (and from its production) to the understanding from the processes of deterioration of food which lead to the misery on food and to the hunger. First, it considers an argument based on the geographical scales, and then it realizes a study of the urban based on the work from Henri Lefebvre. The role from the field works is important too, in order to build a comprehension of hunger in the metropolis from São Paulo.

Keywords: Hunger, Misery on Food, Urban Geography, Critique of Everyday Life.

Sumário

1. Apresentação	10
2. A alimentação e a fome como objetos privilegiados para uma crítica da vida cotidiana	14
2.1 Uma breve introdução sobre a importância da alimentação	14
2.2 A alimentação como elemento central da vida cotidiana	21
2.3 O conceito de fome	29
3. Josué de Castro e a Geografia Humana: entendendo a fome a partir da relação homem-meio	44
4. A alimentação e a reprodução social capitalista.....	67
4.1 A segurança alimentar como administração da fome	70
4.2 O entendimento da alimentação e da fome a partir de uma teoria das necessidades	77
5. A deterioração da alimentação e a produção do espaço: uma tentativa de aproximação a partir do conceito de escala geográfica	87
5.1 A geografia do consumo de Bell e Valentine	89
5.2 A produção de escalas, os saltos escalares e os dilemas de escala: a contribuição de Neil Smith e David Harvey	94
5.3 Entendendo o papel da produção de escalas através do McDonald's.....	102
6. A fome, a miséria na alimentação e o urbano.....	128
6.1 A industrialização, a negação da cidade e o urbano como objeto virtual	130
6.2 A metrópole paulistana e a urbanização crítica	138
6.3 Elementos para a compreensão da fome e da miséria na alimentação em São Paulo.....	143
7. Considerações Finais	167
Referências	169

1. Apresentação

“O conhecimento é teórico, provisório, passível de reexame, contestável.

Ou não é nada.”

Henri Lefebvre

Todas as pesquisas têm um movimento próprio. Elas partem de uma idéia, de uma inquietação do autor, mas ao mesmo tempo fazem parte de algo muito maior: o movimento do conhecimento. Assim, não há pesquisador solitário, da mesma maneira em que não há pesquisa que seja exclusivamente individual, sendo fundamental considerar que o conhecimento constrói-se coletivamente.

Durante a graduação tive a oportunidade de desenvolver uma pesquisa sobre o movimento da obra de Josué de Castro¹. Através de sua obra fui apresentado simultaneamente ao drama da fome e à riqueza da temática da alimentação.

Nesse mesmo período tive a oportunidade de me aproximar da crítica à economia política, através da obra de Karl Marx e de autores como Henri Lefebvre, Guy Debord, Raoul Vaneigem, David Harvey, entre outros. Suas contribuições são essenciais para o entendimento da realidade contraditória do capitalismo e para construção de uma análise crítica que aponte para a superação da realidade em que vivemos. Estes últimos, mais particularmente, ainda nos revelam a importância de uma análise espacial.

Contudo, essas leituras não foram realizadas solitariamente. Tanto na graduação como na pós-graduação professores e colegas foram interlocutores indispensáveis, seja nas disciplinas ou nos grupos de estudo. Trata-se de um debate contínuo sem o qual não seria possível avançar na compreensão da realidade.

¹ Essa pesquisa teve dois anos de duração e teve início com uma Iniciação científica que posteriormente se tornou o Trabalho de Graduação Individual.

Foi, portanto, através dessas leituras e debates que cheguei até o objeto que pretendo tratar nessa pesquisa: a miséria na alimentação e a fome.

Como a temática da alimentação e da fome tem sido pouco debatida nos últimos anos dentro da Geografia (e em especial dentro da Geografia Urbana), inicio esse trabalho por uma apresentação da importância desses dois objetos para a realização de uma crítica da vida cotidiana. O propósito dessa apresentação é garantir que a alimentação e a fome sejam consideradas na profundidade que esses fenômenos possuem.

A partir dessa apresentação faço algumas considerações importantes acerca da obra de Josué de Castro e sua relação com a Geografia Humana. Ao tomar a fome como objeto de estudo, Josué de Castro, mesmo partindo de uma abordagem muito próxima da Geografia de tradição francesa, anunciou seus limites que eram ao mesmo tempo os limites de uma época.

Esses limites são problematizados nos capítulos seguintes. Primeiramente indico o limite de um entendimento que aponte para a superação da fome através do Estado. Assim tento revelar como o Estado não busca superar, mas administrar as crises impostas pela reprodução do capital. Em seguida, mostro como uma teoria das necessidades, apoiada na obra de Karl Marx, nos permite realizar uma crítica radical do momento em que vivemos.

Contudo, entendo que seria necessário considerar também a deterioração da alimentação a partir de uma compreensão diferente daquela assentada na relação homem-meio. Procuro assim, através de uma problematização fundada no conceito de escala geográfica, me aproximar de uma compreensão da relação entre a deterioração da alimentação e da produção do espaço.

Nesse momento do trabalho conto com a contribuição de Neil Smith e David Harvey, pois com conceitos como os de produção de escalas, saltos escalares e dilemas de escala, estes autores apresentam a importância de se considerar uma teoria da escala geográfica. Essa

consideração das escalas geográficas é complementada com uma análise do McDonald's, baseada no trabalho de Isleide Fontenelle, na qual busco mostrar como essa companhia precisou produzir espaços em diferentes escalas para se reproduzir.

No último capítulo tomo a metrópole de São Paulo, ou mais especificamente algumas de suas centralidades e periferias, para revelar a necessidade de considerarmos a relação entre a fome e a miséria na alimentação e o urbano. Principalmente a partir das contribuições de Henri Lefebvre e de Amélia Luisa Damiani, assim como dos trabalhos de campo realizados, busco identificar os elementos que compõem essa relação.

Nesse caminho, procurei entender a partir dos restaurantes populares uma possibilidade de leitura da fome e da miséria na alimentação nas áreas centrais. Já nas periferias busco essa leitura nas casas e em sua relação com o entorno.

Gostaria, no entanto, de ressaltar que de maneira alguma pretendo autonomizar o objeto de estudo ou os recortes espaciais realizados. A miséria na alimentação e a fome fazem parte de um processo mais amplo: a deterioração da vida cotidiana que é inerente ao processo de reprodução do capitalismo. A alimentação, entendida aqui como um elemento parcial, porém central, da vida cotidiana, leva-nos a uma teoria das necessidades que ainda está por ser revelada/construída.

Nesse mesmo sentido, o recorte espacial (nesse caso a metrópole paulistana) deve ser entendido como uma parte dentro da totalidade, sendo indispensável considerar outras escalas de análise, mesmo que o recorte privilegie uma delas.

Entendo que este trabalho apresente dois desafios distintos, porém complementares: de um lado, trazer para os estudos sobre a alimentação e a fome, uma interpretação crítica e radical da realidade e que considere sua espacialidade; de outro, contribuir com o conjunto de estudos críticos da realidade com uma análise vertical a partir da alimentação e da fome.

Ao lidar com diferentes autores (e, espero, com diferentes leitores), por vezes a exposição pode tornar-se mais lenta, pois é preciso construir uma base sobre a qual o debate possa se desenvolver. Em outras palavras: na tentativa de trabalhar com bibliografias distintas, será necessário construir antes as mediações necessárias para o entendimento das derivações que pretendo estabelecer.

Ao mesmo tempo, tenho a intenção de conciliar a densidade de um trabalho que pretende dar conta de processos complexos e profundos, com uma exposição que seja o mais simples possível (sem, entretanto, simplificar ou abrir mão daquilo que é denso, complexo), e que seja desse modo, acessível ao maior número de leitores. É o desafio de superar tanto o reducionismo, que tende a tornar tudo simplificado, como o obscurantismo, que conserva as dificuldades de entendimento.

2. A alimentação e a fome como objetos privilegiados para uma crítica da vida cotidiana

2.1 Uma breve introdução sobre a importância da alimentação

Todos os estudos sobre a fome carregam implícita ou explicitamente uma concepção sobre a alimentação. Isso ocorre porque a fome é um conceito que se define na sua relação com a alimentação. Assim, pode-se dizer que o entendimento que se tem da alimentação indica a compreensão que se tem da fome.

Essa breve introdução tem o objetivo de expor como a alimentação pode ser um rico objeto de pesquisa, pois através dela podemos entender a relação do homem com a natureza (incluída aí sua própria natureza) e com a sociedade (a cultura, a religião, a divisão social do trabalho, as técnicas, etc.). Isso é possível porque a alimentação é um fenômeno simultaneamente biológico/natural - na medida em que a reprodução da vida, a sobrevivência, em seu sentido biológico e natural depende dela -, e humano/social – pois a maneira como nos alimentamos revela diferentes formas de sociabilidade, sendo possível afirmar que a alimentação é um fenômeno rico em significados e, que neste sentido, ela é um dos elementos de nosso incessante processo de humanização.

Sendo assim, não é simples apreender todos os conteúdos e significados que a alimentação possui. A riqueza do objeto é, ao mesmo tempo, aquilo que o torna difícil de ser decifrado. Além disso, é necessário considerar a fragmentação do conhecimento, que caminha no sentido de impossibilitar uma visão na qual a alimentação e os outros aspectos da realidade sejam lidos em sua unidade e totalidade.

Esta fragmentação tem origens longínquas e remete à própria fragmentação da vida, das atividades humanas. Para Henri Lefebvre, a divisão do trabalho, a separação entre o trabalho intelectual e manual, teve conseqüências: separou a teoria da prática, a alma do

corpo, o pensamento do objeto. As ciências separaram-se progressivamente da filosofia e se diferenciaram. “Essa separação, essa especialização, foram condições do progresso da ciência.” (LEFEBVRE, 1975a, p. 77). Para esse autor, só assim elas puderam estabelecer solidamente seus métodos de investigação e verificação e tornaram-se ciências positivas. Mas Lefebvre alerta para um aspecto fundamental dessa separação. Segundo ele:

O especialista concentra-se numa ciência ou mesmo, com freqüência, numa parte ínfima da ciência: a química dos corantes ou o estudo de determinada família de funções. Ignora o resto da ciência e o resto das ciências. A atividade analítica e a divisão parcelar do trabalho fragmentam a ciência e a própria sociedade numa poeira, numa justaposição informe de resultados. (LEFEBVRE, 1975a, p. 77)

Esse desenvolvimento contraditório do conhecimento também está presente nos estudos sobre a alimentação. Hoje diversas áreas têm a alimentação, ou os alimentos, como objeto de estudo, sem, no entanto, considerar que o conhecimento da totalidade não é a soma de conhecimentos parcelares. Da biologia à engenharia de alimentos, da nutrição à antropologia, da história à medicina, da geografia à química. Em todas essas áreas do conhecimento, e certamente em muitas outras, são realizadas pesquisas que tomam a alimentação como objeto principal ou secundário. Porém, são poucas as pesquisas interdisciplinares e, mesmo quando essas existem, sabemos da dificuldade que enfrentam, pois tentam reunir conhecimentos que a priori se colocam como fragmentos.²

As contribuições destas áreas da ciência não podem ser desprezadas, pois contribuem ao entendimento da alimentação. Por outro lado, nenhuma delas é em si mesma suficiente para esgotar o tema. Logo, uma interpretação da alimentação que tente caminhar no sentido contrário ao da fragmentação do conhecimento não o fará sem dificuldades.

² Em “A Revolução Urbana” Lefebvre trata das dificuldades (ou seria melhor dizer impossibilidades?) de um estudo interdisciplinar que dê conta do urbano. Trago estas reflexões nesse momento, pois entendo que elas são semelhantes ao que se refere ao tratamento da alimentação. “O primeiro problema que surge é o da terminologia. Dito de outro modo, é o da linguagem. [...] A dificuldade metodológica e teórica aumenta quando se constata, no curso de tais discussões, que cada um busca a síntese e pretende ser o ‘homem de síntese’.” (LEFEBVRE, 1999, p. 58).

Esta pesquisa não se propõe a ser uma “síntese” dos diversos conhecimentos produzidos acerca da alimentação. O objetivo aqui é partir da alimentação e da fome para tentar entender com maior profundidade a vida cotidiana. Nesse caminho tentaremos superar uma interpretação fragmentária da realidade através do materialismo dialético (que possibilita uma interpretação mais rica da relação parte-todo), mas ainda assim partindo da Geografia e, portanto, estando inserido de alguma forma na divisão moderna dos saberes. Em suma: partimos da alimentação, da fome e da Geografia não para exaltá-las nem para nos estabelecermos dentro de seus limites, mas para realizar uma análise crítica da realidade, uma crítica da vida cotidiana.

A alimentação é uma necessidade biológica. Como qualquer animal, o homem precisa nutrir-se para sobreviver, pois sem os nutrientes (proteínas, carboidratos, vitaminas, lipídeos, fibras, minerais, etc.) que obtém através da digestão dos alimentos seu corpo não consegue exercer as funções vitais. Por essa razão podemos considerar a alimentação uma das necessidades mais elementares dos seres humanos.

Por outro lado, a alimentação sempre foi para o homem muito mais do que apenas uma necessidade biológica ou elementar. Na realidade, é possível afirmar que a maneira como o homem se relacionou com os alimentos através da história é parte constitutiva de sua humanização. Ou seja, a própria humanização do homem (entendida aqui como um processo incessante) está intimamente ligada à alimentação.

Retornemos ao início desse processo de humanização. Nem na pré-história seria possível reduzir a alimentação a uma necessidade estritamente biológica. Segundo Catherine Perlès: “A alimentação pré-histórica não responde exclusivamente às necessidades nutricionais” (PERLÈS, 1998, p. 51). Para ela, a partir do período neolítico se confirma a tese de que eram muitos os alimentos que permitiam o homem satisfazer suas necessidades

biológicas, mas que já nesse momento suas escolhas estavam relacionadas às “preferências culturais – gostos transmitidos de geração a geração” (PERLÈS, 1998, p. 51). Deste modo, já nos primeiros momentos de constituição do humano seria um equívoco reduzir a alimentação à nutrição, ou em outras palavras, reduzi-la a uma necessidade puramente biológica ou elementar.

Neste mesmo sentido, é possível realizar outro resgate histórico ainda mais esclarecedor dessa relação entre o processo de humanização e a alimentação. Massimo Montanari afirma que para os sistemas de valores grego e romano um dos elementos que distinguiria o homem “das feras e dos bárbaros” seria a alimentação:

[...] o primeiro elemento que distingue o homem civilizado das feras e dos bárbaros (que estão eles próprios ainda próximos do estado animal) é a comensalidade: o homem civilizado não come somente (e menos) por fome, para satisfazer uma necessidade elementar do corpo, mas, também, (e sobretudo) para transformar essa ocasião em um momento de sociabilidade, em um ato carregado de forte conteúdo social e de grande poder de comunicação: ‘Nós nos sentamos na mesa para comer – lemos em Plutarco – mas para comer junto’.[...] Como quer que seja, a comensalidade é percebida como um elemento ‘fundador’ da civilização humana em seu progresso de criação. (MONTANARI, 1998, p. 108)

Essa passagem coloca mais um elemento para o argumento: o humano é simultaneamente social, pois não há humanização possível fora da sociedade. Assim, a alimentação é entendida aqui enquanto necessidade social, como um dos traços que distingue o homem dos animais, ou em outras palavras, que retira o homem da animalidade. Sobre isso, Luís da Câmara Cascudo afirma:

A arte de comer, cerimonial festivo e íntimo, é um patrimônio que orgulha o homem, distinguindo-o do gorila, do orangotango e do chimpanzé, senhores de uma norma nutricionista bem superior à dos humanos. Comer é um ato orgânico que a inteligência tornou social. (CASCUDO, 2004, p. 37)

Sendo social e constituidora do processo de humanização, a alimentação não pode ser entendida, portanto, apenas enquanto uma necessidade elementar, pois assim fica reduzida a uma necessidade funcional - sendo sua função garantir que o homem permaneça vivo.

Estacionado neste nível, o entendimento da alimentação apenas considera a sobrevivência e não a vida.

Essa distinção é fundamental. Para Raoul Vaneigem: “A sobrevivência é a vida reduzida ao essencial, à forma abstrata da vida, ao fermento necessário para que o homem participe na produção e no consumo” (VANEIGEM, 2002, p. 171). Entender a alimentação enquanto uma necessidade estritamente elementar e/ou funcional é deixar de considerar sua importância para a constituição de algo que está além da sobrevivência.

A apropriação³ dos alimentos, por outro lado, supera a funcionalidade. Apropriar-se dos alimentos é ao mesmo tempo apropriar-se do tempo e do espaço, é apropriar-se da natureza, é a busca incessante do prazer e da satisfação do desejo⁴.

Consideremos um simples almoço em família que se repete cotidianamente: ele certamente não se resolve na funcionalidade da ingestão dos alimentos. Através das refeições a família se reúne, conversa, se apropria de um espaço da casa e de um momento do dia. As crianças são ensinadas a se comportar a mesa, apreendem (mesmo que inconscientemente) o papel do homem e da mulher na sociedade em que vivem, realizam suas primeiras escolhas alimentares, descobrem gostos e cheiros que ficarão marcados em sua memória. Trata-se de um momento rico, no qual se partilha a comida e a bebida e é sentida a presença de cada um. É um momento de união, que não deixa de incluir o conflito, construído cotidianamente ao redor da mesa.

Essa breve descrição não corresponde necessariamente à realidade da maioria das pessoas, mas certamente faz parte de um imaginário que nos leva a considerar que a

³ “Com esse termo [apropriação] não nos referimos à propriedade; é mais, trata-se de algo totalmente distinto; trata-se de processo segundo o qual um indivíduo ou grupo se apropria, transforma em seu bem algo exterior [...]” (LEFEBVRE, 1975b, p. 186).

⁴ Para Henri Lefebvre o desejo não é, ele “quer”. O desejo se quer a si mesmo; ele quer o seu fim: seu desaparecimento num lampejo de prazer. “Desejar isso ou aquilo, gozar e desfrutar, isso é significado. O significante (o psicanalista descobre) foge como tal.” (LEFEBVRE, 1991, p. 128) O desejo não pode nem se extinguir, nem se reduzir; não se sabe qual é a sua essência, nem mesmo se ele tem uma, pois ele foge.

alimentação tampouco pode ser entendida somente como um fenômeno concreto, sendo também caracterizada por uma série de processos abstratos.

A conhecida expressão “você é aquilo que você come”⁵ tanto pode ser entendida literalmente, na medida em que são os alimentos ingeridos e digeridos que dão forma e substância ao nosso corpo, como metaforicamente, pois a alimentação de algum modo sempre esteve associada aos valores de cada sociedade. Assim, a maneira como nos alimentamos revela, em certa medida, quem somos frente à sociedade em que vivemos.

A distinção social através da alimentação atravessa a história e pode ser percebida através do consumo de vários alimentos. Massimo Montanari expõe o que ele denomina de “hierarquia do pão” vigente no século XVII na Europa: “[...] a ‘hierarquia do pão’ perpassa a hierarquia social: há um pão branco reservado aos mais ricos; um pão ‘claro’ (mas não branco) destinado às camadas intermediárias; um pão escuro reservado aos mais desafortunados.” (MONTANARI, 2003, p. 137). A cor do pão revelava os ingredientes utilizados para sua produção, sendo o pão branco feito de trigo, enquanto os pães mais escuros eram feitos a partir de misturas de cereais (centeio, espelta, aveia, cevada) mais baratos.

Há de se considerar também a forte influência exercida pelas religiões sobre as dietas das pessoas. Proibindo alguns alimentos, prescrevendo como, onde e quando outros deveriam ser consumidos, instituindo alimentos que passariam a ser sagrados, etc., a religião tem uma forte relação com a alimentação⁶.

Tomemos rapidamente essa relação, tomando como exemplo o cristianismo. A difusão de alguns alimentos mediterrâneos pelo mundo não pode ser explicada independentemente de sua relação com a religião cristã.

⁵ Essa expressão é tão difundida que é quase impossível dizer quem a formulou pela primeira vez. Encontramos citações de que ela tenha sido dita por Brillat-Savarin, em sua *Fisiologia do Gosto* em 1826. Ludwig Feuerbach também a utiliza em um ensaio de 1863.

⁶ Para vários autores essa é uma das maneiras pela qual a religião tenta controlar o corpo e a mente de seus fiéis.

Nascido e criado num âmbito de civilização genuinamente mediterrâneo, o cristianismo não tardou a assumir, como símbolos alimentares e como instrumento de seu próprio culto, os produtos que constituíam a base material e ideológica daquela civilização: precisamente pão e vinho, alçados, depois de não poucas controvérsias, ao posto de alimentos sagrados por excelência, imagem e instrumento do milagre eucarístico; e o óleo, também indispensável à liturgia (para a administração dos sacramentos e, sobretudo, para acender as *luminaires* nos locais sacros). (MONTANARI, 2003, p. 29)

Nesse sentido, a adoção do cristianismo pela Europa e pelo mundo foi, ao mesmo tempo, a difusão desses e de outros alimentos⁷, assim como de uma maneira de se alimentar. O “ideal supremo da moderação”, característico da cultura greco-romana, também foi absorvido pelo cristianismo, sendo possível relacioná-lo com a instituição do pecado da gula. Este ideal de alimentação se contrapunha a tradição cultural celta e germânica, que “propõe o ‘grande comedor’ como personagem positivo, que justamente por meio desse tipo de comportamento – comendo e bebendo muito – exprime uma superioridade genuinamente animal sobre seus semelhantes.” (MONTANARI, 2003, p. 36). Fica claro, portanto, que essa influência não esteve restrita aos alimentos, mas também a maneira de se alimentar.

Para Henrique Carneiro a alimentação se materializa em hábitos, costumes, rituais, etiquetas, formando um “um complexo sistema simbólico de significados sociais, sexuais, políticos, religiosos, éticos, estéticos etc.” (CARNEIRO, 2003, p. 1). Para ele:

A distinção social pelo gosto, a construção dos papéis sexuais, as restrições e imposições dietéticas religiosas, as identidades étnicas, nacionais e regionais são todas perpassadas por regulamentações alimentares. (CARNEIRO, 2003, p. 1)

É por toda essa série de significados que Henrique Carneiro pode expandir aquilo que de algum modo estava colocado na expressão citada acima (“você é aquilo que você come”) e

⁷ Vale ressaltar que esses alimentos já possuíam uma forte carga de significados antes mesmo do advento do cristianismo. Segundo Massimo Montanari, já na Grécia Antiga o pão e o vinho eram alimentos que exerciam um papel central na alimentação. “Seja como for, ‘o universo tem início com o pão’, defende Pitágoras; aquele pão que, junto com o vinho, permite ao homem selvagem tornar-se civilizado, como lemos na Epopéia de Gilgames, um dos testemunhos mais antigos da cultura mediterrânea. [...] No século 4º a religião cristã afirmou-se como culto oficial do império e desde então delineou-se como testemunho e herança, sob muitos aspectos, da cultura greco-latina além da hebraica.” (MONTANARI, 2003, p. 22 e 29).

concluir afirmando que “o que se come é tão importante quanto quando se come, onde se come, como se come e com quem se come” (CARNEIRO, 2003, p. 2).

2.2 A alimentação como elemento central da vida cotidiana

Anunciamos como a alimentação pode ser um rico objeto de pesquisa e como ela vem sendo estudada, não sem problemas, por diversas áreas do conhecimento. Uma das possibilidades de interpretação da alimentação é entendê-la como um momento central e privilegiado da vida cotidiana.

A vida cotidiana é, por excelência, o lugar de realização da vida com todas as suas contradições e conflitos. É nela que se realizam, simultaneamente, processos de exploração, expropriação, alienação, assim como, de apropriação do tempo e do espaço, do uso, de superação da dominação. Para Henri Lefebvre é nela que “[...] se formulam os problemas concretos da produção em sentido amplo: a maneira como é produzida a existência social dos seres humanos [...]” (LEFEBVRE, 1991, p. 30).

Esse caminho de entendimento é instigante, pois coloca o fenômeno da alimentação em relação com todos os outros momentos da vida cotidiana. Na verdade, é nesta relação que estão os elementos mais ricos da interpretação, pois assim superamos uma análise da alimentação em si mesma e abrimos a possibilidade dela ser entendida como um momento explicativo de nossa realidade.

O cotidiano, entendido com a ajuda de Henri Lefebvre como um “momento composto de momentos” (LEFEBVRE, 1991, p. 20), nos obriga a entender a alimentação em sua relação com o restante da vida cotidiana: o habitar, a mobilidade, o trabalho, o tempo livre, o lazer, os lugares que ocupamos, etc. Todos esses momentos estão em uma relação de múltipla determinação, ou seja, não há como entendê-los isoladamente, pois todos se redefinem nessa relação constituindo uma totalidade. Neste sentido, é possível afirmar que a vida cotidiana “cedo ou tarde se liga a uma concepção geral de sociedade, do ‘homem’, ou do mundo. [...] A

crítica da vida cotidiana implica, pois, concepções e apreciações em escala de conjunto social.” (LEFEBVRE, 1991, 34)

Essa riqueza proporcionada pela interpretação da alimentação através da vida cotidiana já seria suficiente para justificar nossa opção. Porém, há outros elementos que devem ser considerados.

Primeiramente, é necessário ressaltar que a crítica da vida cotidiana está apoiada em uma interpretação materialista da realidade. Segundo Lefebvre, a obra de Marx e as ciências sociais nascentes deslocam, no século XIX, o centro da reflexão filosófica: “ele deixa a especulação para se aproximar da realidade empírica e prática, dos ‘dados’ da vida e da consciência” (LEFEBVRE, 1991, p. 17). Não se trata, é claro, de um empirismo onde a realidade empírica se sobrepõe à reflexão teórica. Trata-se, sobretudo, de partir dessa realidade empírica e prática para construir um pensamento teórico que possa explicá-la.

No século XX, essa reflexão materialista avançou ao entender que não é mais possível explicar a reprodução de nossa sociedade, que impõe uma reprodução das relações sociais de produção, exclusivamente através das relações de trabalho. Isso significa que a reprodução do capital (que determina a maneira como a sociedade se reproduz) não se explica somente “dentro da fábrica”.⁸ Toda a sociedade se torna lugar da reprodução; o capital se apropria das “formas de vestuário, de alimentação, de mobiliário e de alojamento” (LEFEBVRE, 1973, p. 93), para se reproduzir. Em resumo: “O cotidiano e não já o econômico em geral, é a base sobre a qual se pôde estabelecer o neo-capitalismo. Ele estabeleceu-se no cotidiano como solo, isto é, em terra firme, substância social conservada por instâncias políticas.” (LEFEBVRE, 1973, p. 66)

Esse processo se caracteriza pela fragmentação, organização e programação do cotidiano visando sua melhor exploração, tornando-o funcional. O cotidiano deixa de ser

⁸ “Desta análise resulta que o lugar da re-produção das relações de produção não se pode localizar nas empresas, no local de trabalho e nas relações de trabalho.” (LEFEBVRE, 1973, p. 93)

sujeito para tornar-se objeto de uma exploração cada vez mais refinada⁹. Assim se constitui o que Lefebvre denomina cotidianidade, entendida como a extensão do mundo da mercadoria para todos os momentos da vida, como “lugar social de uma exploração refinada e de uma passividade cuidadosamente controlada”. (LEFEBVRE, 1999, 129) A cotidianidade é a impossibilidade de uma vida cotidiana plena de sentido; é o lugar das opressões, repressões, das repetições. Nela reina o consumo programado enquanto resta apenas um mínimo de apropriação.

Neste sentido, pode-se concluir que: “Mostrando como as pessoas vivem, a crítica da vida cotidiana instala o ato de acusação contra as estratégias que conduzem a tal resultado.” (LEFEBVRE, 1999, p.129). Em outras palavras, pode-se afirmar que a crítica da vida cotidiana permite que tenhamos uma compreensão do processo crítico de reprodução da sociedade e de como ele se realiza na vida de cada um de nós. Como esta crítica não aceita uma atitude contemplativa frente à vida cotidiana, ela vai para além da descrição do cotidiano como ele nos aparece, buscando entender seu papel na reprodução social.

A crítica da vida cotidiana nos ajuda, portanto, a superar um conflito que se arrasta historicamente: o conflito entre “o vivido sem conceito e o conceito sem vida” (LEFEBVRE, 1973, p. 20). De um lado estão aqueles que rejeitam o pensamento teórico, partidários do “vivido sem conceito”; de outro estão aqueles que idealizam um saber puro, para os quais basta um “conceito sem vida”. Assim, enquanto “uns dispensam-se de pensar; os outros dispensam-se de viver.” (LEFEBVRE, 1973, p. 20)

Resta agora outra questão. Por que partir da alimentação para fazer uma crítica da vida cotidiana? Porque assim como a alimentação não pode ser explicada fora da vida cotidiana, o entendimento da vida cotidiana não pode prescindir da alimentação.

⁹ “O cotidiano, no mundo moderno, deixou de ser ‘sujeito’ (rico de subjetividade possível) para se tornar ‘objeto’(objeto da organização social).” (LEFEBVRE, 1991, p. 68)

Quanto da vida de um trabalhador de uma grande cidade não se revela em seu café-da-manhã apressado, em seu almoço realizado em um “*fast-food*”, “*self-service*” ou até mesmo enquanto se desloca de um ponto ao outro da cidade, nos diversos “cafezinhos” que lhe mantém acordado, na sua janta cada vez mais transformada em lanche? Não é difícil perceber que a aceleração da vida cotidiana pode ser lida através da alimentação.

E o que dizer do cotidiano da mulher, sobre quem tradicionalmente recai a responsabilidade de comprar¹⁰ e preparar os alimentos para a família, manter a cozinha limpa e em ordem, mesmo quando ela, assim como o homem, trabalha o dia todo fora de casa? Como não notar a dificuldade do migrante que tem de se acostumar com alimentos, temperos e métodos de preparo diferentes dos quais estava acostumado? Ou como considerar os significados que a alimentação assume no cotidiano dos presídios, tendo em vista que ela se constitui como mais um elemento de controle da vida dos presos?

Os exemplos são muitos e todos revelam, de algum modo e mesmo que residualmente, a maneira como a alimentação define intrinsecamente diversos aspectos de nossa vida cotidiana. Entendida não apenas como a ingestão de alimentos, mas em toda sua riqueza, a alimentação atravessa boa parte de nossos dias e de nossa vida.

É neste sentido, que Luce Giard afirma que a prática de cozinhar desempenha “um papel central na vida cotidiana da maioria das pessoas, independentemente de sua situação social e de sua relação com a ‘cultura erudita’ ou com a indústria cultural de massa.” (CERTEAU; GIARD; MAYOL, 1998, p. 212). E complementa expondo que “comer serve não só para manter a máquina biológica do nosso corpo, mas também para concretizar um dos modos de relação entre as pessoas e o mundo, desenhando assim uma de suas referências fundamentais no espaço-tempo.” (CERTEAU; GIARD; MAYOL, 1998, p. 250). Pode-se afirmar, portanto, que a alimentação é em certo sentido reveladora da vida cotidiana.

¹⁰ Mais do que comprar, em geral é tarefa da mulher organizar todo o abastecimento da casa dentro de um determinado orçamento.

Para Robert Kurz, a alimentação seria um elemento que permitiria, inclusive, a comparação da qualidade de vida de diferentes povos, em diferentes épocas e em diferentes lugares. Segundo esse autor:

Há um padrão bem simples para poder avaliar a verdadeira qualidade de uma época: o panorama da alimentação. Comidas e bebidas dão a exata medida do cotidiano das pessoas. Nesse assunto, uma cultura revela a sua capacidade mais elementar de satisfazer suas necessidades. (KURZ, 1998)

Retomemos agora o conceito de cotidianidade exposto acima, pois através dele podemos fazer uma interpretação mais rica do processo de deterioração da alimentação. Ele nos ajuda a entender como “ao domínio técnico sobre a natureza material, não corresponde uma apropriação pelo ser humano de seu próprio ser natural (o corpo, o desejo, o tempo, o espaço)” (LEFEBVRE, 1991, p. 90).

Desde a Revolução Industrial o aumento do domínio técnico sobre a alimentação é notável. Segundo Giorgio Pedrocchio, nos séculos XVIII e XIX “começam a surgir soluções radicais para os problemas de abastecimento das populações européias” (PEDROCCO, 1998, p.763), causados pela rápida urbanização precipitada pela concentração industrial.

Segundo esse autor, o pão e o vinho, por serem alimentos básicos da dieta européia da época, foram os primeiros a terem seus processos de fabricação incorporados pela indústria¹¹. Em seguida surge e se desenvolve toda uma indústria de conservas, tributária dos avanços científicos da época, entre os quais se destaca o processo de pausterização, desenvolvido no século XIX por Louis Pasteur. Neste mesmo século, surge também o primeiro refrigerador,

¹¹ Na primeira metade do século XIX, o processo de produção do pão se modifica, a partir do momento em que os moinhos de cereais incorporam a energia a vapor e substituem as pedras de moer por cilindros (sistemas de rolos de ferros), o que se traduz em um aumento da capacidade de moer os cereais necessários para a produção do pão. Além disso, a própria panificação passa por “tentativas de mecanização que se aplicam tanto na fase da amassadura, a mais penosa, quanto na fase do cozimento, outro gargalo de estrangulamento no âmbito do ciclo produtivo” (PEDROCCO, 1998, p.766) Já o vinho, teve sua produção ampliada tanto pela mecanização de sua produção (que substituiu, por exemplo, o tradicional processo de pisoteio das uvas), como pelos avanços obtidos através de processos químicos (que garantiam a estabilização e conservação necessárias para aumentar sua validade).

que dá origem a máquinas frigoríficas para conservar alimentos altamente perecíveis (como a carne).

O que esse processo de industrialização coloca é a substituição de uma maneira descentralizada de produzir, por um sistema altamente estruturado e concentrador baseado na grande produtividade obtida através da produção em larga escala e com uso de tecnologia.

Esse processo teve conseqüências contraditórias. De um lado houve um ganho de produtividade, que se refletiu em um aumento na produção total de alimentos; outra conquista refere-se à conservação dos alimentos, que permitiu um aumento na capacidade de estocar e garantir o abastecimento com maior segurança. No entanto, não é difícil perceber que esses avanços visavam, sobretudo, garantir a reprodução do capital em um sentido estrito (a reprodução do capital investido na indústria alimentar) e em um sentido mais amplo (pois é imprescindível para o capital que a força de trabalho se reproduza e ela não o faz sem alimentos). Pode-se dizer que o desenvolvimento técnico-industrial não se refletiu, necessariamente, numa melhoria da alimentação. Mais do que isso: em geral os imperativos da reprodução do capital chegaram até a vida cotidiana empobrecendo-a.

A industrialização da alimentação não significou a substituição instantânea de uma dieta composta por alimentos naturais ou produzidos artesanalmente, por uma série de produtos industrializados. Esse processo atravessou séculos e até hoje boa parte de nossa dieta ainda está ligada a alimentos *in natura*. Contudo, mesmos esses alimentos que não passam por uma indústria processadora de alimentos, têm sua cadeia produtiva cada vez mais ligada à indústria (basta considerarmos toda a indústria de maquinário, fertilizantes e pesticidas ligada à produção agrícola). Essa relação com a indústria impôs à produção de alimentos um ritmo muito intenso, que alterou significativamente o modo como se praticava a agropecuária e teve conseqüências negativas sobre a qualidade dos alimentos. O caso dos frangos é sintomático: criados de maneira intensiva, com a utilização de antibióticos e hormônios, hoje em dia esses

animais estão prontos para o abate em menos da metade do tempo que antes levavam para atingir esse estágio (aproximadamente 45 dias).

Porém, o processo não ficou restrito à modificação dos alimentos que compõem a dieta da população. Já no fim do século XIX grandes empresas capitalistas impunham uma nova maneira de se alimentar, tanto em termos nutricionais, como com relação à sociabilidade que a alimentação envolve. Claude Fischler destaca o fato de empresas do ramo alimentar como Heinz, Nabisco, Kellog, Campbell e Coca-Cola, figurarem entre as maiores empresas dos Estados Unidos já nas décadas de 1880 e 1890. (FISCHLER, 1998, p. 845).

Essa industrialização teve um forte impacto sobre a vida cotidiana, pois ela não ficou restrita ao ambiente da fábrica. Em pouco tempo diversos equipamentos industriais se popularizaram e passaram a fazer parte dos lares (geladeira, forno elétrico ou a gás e outros eletrodomésticos em geral). Além disso, os alimentos passaram a ser valorizados, mais por sua funcionalidade e praticidade, do que propriamente por seu sabor e valor nutritivo.

O século XX, momento de consolidação dessa industrialização da alimentação vê surgir um fenômeno novo, o *fast-food* (que depois será acompanhado da *convenience-food*¹²), apoiado em uma cozinha industrial que se espelha na linha de montagem das fábricas automobilísticas. Para Claude Fischler:

A forma como os americanos se relacionam com a alimentação constitui uma fonte de espanto constante para os europeus: o tempo de comer não é isolado, delimitado; não existe necessariamente por si mesmo, como tal. É possível trabalhar e comer ao mesmo tempo, comer e empreender, aparentemente, qualquer outra atividade. Na velha Europa, a refeição é (era) um tempo e um espaço ritualizados, protegidos contra a desordem e as intrusões: o decoro proibia telefonar na hora das refeições ou, mais ainda, fazer uma visita. Era (em grande parte, continua sendo) impensável comer na rua, dirigindo, ou num elevador. (FISCHLER, 1998, 852)

Essa citação é importante, pois revela como o processo não se realiza da mesma maneira e com a mesma velocidade em todo o mundo. Porém, seria importante ressaltar que aquilo que o autor identifica como “a forma como os americanos se relacionam com a

¹² A *convenience-food* é basicamente o alimento comprado pré-pronto e finalizado em casa

alimentação” é de alguma maneira uma tendência mundial, pois se refere aos imperativos da reprodução do capital pesando sobre a vida cotidiana.

A intenção aqui não é a de realizar uma crítica passadista ou nostálgica da alimentação contemporânea. Seria ingênuo, ou até mesmo ideológico, afirmar aqui que antes da industrialização a alimentação se realizava sem problemas ou dificuldades. Para Henri Lefebvre:

Não se trata de negar os ‘progressos’, mas de compreender a sua contrapartida, o preço que custaram. [...] Não devemos ceder às nostalgias, mas explicá-las, e explicar como elas inspiram uma ‘crítica de direita’ da nossa sociedade, uma consciência boa e uma consciência má, sempre menosprezando as possibilidades. (LEFEBVRE, 1991, p. 85)

A partir do conceito de cotidianidade entendemos como o consumo programado tomou conta da apropriação. Uma dieta cada vez mais monótona (seja com relação aos tipos de alimentos ou com suas formas de preparo) torna os hábitos alimentares mais pobres. Mesmo o consumo de alimentos naturais (se é que é possível dizer isso quando se leva em consideração a cadeia produtiva dos alimentos), está cercado de atos programados nos quais a apropriação é cada vez mais residual, o que configura um quadro de miséria na alimentação.

A crítica da vida cotidiana que vira “pelo avesso esse mundo em que os determinismos e as opressões passam por racionais”, que “torna patente as virtualidades do cotidiano”, restabelece os direitos de apropriação (LEFEBVRE, 1991, p. 30).

Dentro desse quadro de miséria na alimentação está a fome, fenômeno que revela de maneira drástica a miséria da vida cotidiana de grande parte da população mundial. Entendemos que a fome pode ser compreendida de maneira mais rica em sua relação com a miséria na alimentação, pois assim fica claro que a crítica não pode permanecer ao nível da sobrevivência, que ela deve reivindicar a vida, a apropriação, a satisfação dos desejos.

2.3 O conceito de fome

Anunciamos no início do capítulo que o conceito de fome se define em sua relação com o conceito de alimentação ou, em outras palavras, que todo conceito de fome traz implícita ou explicitamente uma concepção de alimentação. Essa constatação é importante, porém não é suficiente. É fundamental avançar no entendimento da fome enquanto um conceito.

A dificuldade na formulação do conceito de fome pode, em parte, ser explicada pela polissemia da palavra fome. Como, em nosso cotidiano, esta palavra é utilizada de diversas maneiras, ela adquire diversos significados¹³, o que se traduz em uma dificuldade no debate e no entendimento sobre esse fenômeno. Por ser polissêmica, ao se configurar como um conceito a palavra fome admite diversas formulações.

É necessário superar essa polissemia para avançar no debate, mas isso não significa que haja um único conceito de fome que possa ser considerado correto e verdadeiro. Entendemos que a superação da polissemia que esvazia o conceito de conteúdo só pode ser atingida através da interpretação crítica dos diferentes conceitos existentes, revelando não apenas seus conteúdos como suas intenções.

Conceitualmente estamos à frente de dois problemas distintos e complementares. De um lado, há uma quantificação da fome sem uma problematização do conceito, sem o aprofundamento teórico e conceitual necessário para explicar o fenômeno da fome. De outro, há um esvaziamento do conceito de fome através da utilização de outros conceitos como desnutrição, subnutrição e insegurança alimentar; conceitos importantes, mas que não podem substituir o conceito de fome, pois não têm a mesma capacidade explicativa.

¹³ Não são poucas as expressões em português que demonstram essa multiplicidade de significados. Na linguagem cotidiana fome pode significar apetite, escassez/falta, miséria/penúria/pobreza, ou até mesmo cobiça/ganância/ambição.

A maior parte das pesquisas que tem como objetivo principal estimar a quantidade de famintos de uma determinada região, de um país ou do planeta como um todo, caracteriza-se por sua estreita relação com a ação do Estado. Em outras palavras, são pesquisas que na maioria das vezes são realizadas por governos, ou por organizações, como a FAO (Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação) e o Banco Mundial, que geram os dados que norteiam as políticas públicas e privadas, nacionais e internacionais, que se propõem (ou pelo menos assim se colocam) a tomar medidas para diminuir ou erradicar a fome. Convém salientar, que esse tipo de pesquisa também está presente no meio acadêmico. Além das parcerias entre universidades e centros de pesquisa com essas instituições, há de se considerar também que a legitimidade das pesquisas aplicadas (legitimidade conferida muitas vezes por sua própria institucionalização) acaba por definir aquilo que se entende como científico.

Nessas pesquisas a definição de fome aparece principalmente através da definição do faminto, realizada de maneira quantitativa. Na bibliografia consultada, há três metodologias principais utilizadas. Ora define-se como faminto aquele que ingere uma quantidade de calorias inferior a quantidade entendida como mínima para a satisfação das necessidades vitais. Em outros casos, o faminto é definido a partir de dados antropométricos, em especial na relação entre a altura e o peso que formam o Índice de Massa Corporal (aquela pessoa que apresenta um índice abaixo do limite estabelecido é considerada faminta). Há, também, estudos que estimam a quantidade de pessoas que passam fome através de métodos indiretos, como a comparação entre renda média mensal da população (*renda per capita*) e o custo de vida.

Não há consenso entre as metodologias anunciadas, sendo interessante notar que como cada uma delas pode chegar a dados bastante diferentes, muitas vezes uma pesquisa coloca a validade da outra em questão. Mesmo entre aqueles que assumem um mesmo método não há

um consenso sobre os dados utilizados para quantificar os famintos, pois os limites (quantidade de calorias, índice de massa corporal, renda média mensal) não por acaso são estabelecidos de maneiras distintas em cada pesquisa.

Essa busca pela quantificação, que está diretamente ligada ao imperativo da aplicabilidade que pesa sobre essas pesquisas, impede uma compreensão mais aprofundada da fome. Assim como em outros debates faz-se parecer que os problemas teóricos não são importantes, ou pior, que eles até mesmo atrapalham na medida em que atrasam ou colocam empecilhos às pesquisas aplicadas.

Por outro lado, há as pesquisas que esvaziam o conceito de fome através da utilização de outros conceitos. Nas últimas décadas o conceito de fome vem sendo cada vez mais substituído pelos conceitos de desnutrição e subnutrição. Mas qual seria o significado dessa substituição? Para Ediná Alves Costa:

Entendemos o conceito de fome como uma dimensão da totalidade da vida, enquanto não satisfação de necessidades historicamente determinadas, no que diz respeito à ingestão em quantidades e/ou qualidades insuficientes de alimentos. A desnutrição é a dimensão “biológica”, o resultado objetivo da fome. [...] O termo desnutrição, sistematicamente utilizado nas investigações, na linguagem médica e no discurso das camadas dominantes, carregado no seu biologicismo, apresenta-se vazio da conotação social que o termo fome traz. (COSTA, 1982, p. 16 e 178)

Neste mesmo sentido, Maria do Socorro Quirino Escoda afirma que a desnutrição se configura como um eufemismo para a fome. Para ela a desnutrição seria um sofisma, um eufemismo para a fome endêmica, que de maneira maniqueísta tentaria suavizar a radicalidade que o conceito de fome contém (ESCODA, 2003).

Entendemos que essa crítica pode ser estendida para o conceito de insegurança alimentar. Esse conceito, cujo viés é muito mais técnico-administrativo, não traz a mesma

potência e radicalidade do conceito de fome, se constituindo como outra forma de suavizar a radicalidade do fenômeno¹⁴.

Em contraposição a esse esvaziamento do conceito (seja através da quantificação, como através da utilização de outros conceitos) propomos a retomada de uma importante obra para o entendimento da fome: trata-se da obra de Josué de Castro.

Josué de Castro nasceu em Recife no ano de 1908 e se tornou mundialmente conhecido a partir das décadas de 1940 e 1950 com a publicação de dois de seus maiores trabalhos: “Geografia da Fome: a fome no Brasil” (publicado em 1946) e “Geopolítica da Fome: ensaio sobre os problemas de alimentação e de população” (publicado em 1951).

Contudo, até a publicação desses dois trabalhos, Josué de Castro percorreu um caminho decisivo na maneira como ele veio a conceituar a fome e trabalhar com essa problemática. Três fatores devem ser destacados nesse percurso.

O primeiro refere-se ao fato de Josué de Castro ter tido contato, desde sua infância, com a realidade desigual da cidade em que nasceu e conseqüentemente com a fome. Ao descrever sua infância Josué de Castro afirma que:

[...] durante muitos anos moramos numa velha casa colonial com a madeira das janelas toda descascada, fincada à beira do rio, como uma fortaleza trepada em altos batentes, ficando, em tempo de cheia, inteiramente cercada de água, com caranguejos subindo pelas grades até o terraço, os mais ousados entrando sala a dentro. Bem do lado da casa começava um bairro de mocambos, verdadeiras cumbucas negras parecendo boiar sobre as águas dos mangues. (CASTRO, A., 2004, p. 12)

Filho de pais separados, em uma época onde isso significa uma série de constrangimentos, Josué de Castro afirma que seus primeiros amigos foram os meninos que viviam nesses bairros de mocambos, pois deles não ouviria nenhuma pergunta sobre sua

¹⁴ Por ora apenas anunciamos uma crítica ao conceito de insegurança alimentar, que será aprofundada no capítulo 4.

família¹⁵. No prefácio de “Homens e Caranguejos”, seu único romance, Josué de Castro afirma:

O tema deste livro é a história da descoberta da fome nos meus anos de infância, nos alagados da cidade do Recife, onde convivi com os afogados deste mar de miséria. Procuro mostrar neste livro de ficção que não foi na Sorbonne, nem em qualquer outra universidade sábia, que travei conhecimento com o fenômeno da fome. O fenômeno se revelou espontaneamente aos meus olhos nos mangues do Capibaribe, nos bairros miseráveis da cidade do Recife: Afogados, Pina, Santo Amaro, Ilha do Leite. [...] Foi com essas sombrias imagens do mangue e da lama que comecei a criar o mundo de minha infância. Nada eu via que não me provocasse a sensação de uma verdadeira descoberta. Foi assim que eu vi e senti formigar dentro de mim a terrível descoberta da fome. (CASTRO, J., 2001, p. 23)

Portanto, pode-se dizer que desde cedo Josué de Castro teve sua vida marcada pela fome, mesmo que não estivesse diretamente sujeito as mesmas dificuldades com as quais ele convivia.

O segundo fator decisivo nesse percurso foi sua formação acadêmica (na realidade mais do que estritamente acadêmica). Se de um lado Josué de Castro afirma que era com os meninos pobres que ele brincava nas ruas, de outro é importante ressaltar que ele foi aluno de dois prestigiados colégios da cidade onde sua formação, recheada de contratempos e rebeldias, permitiu que ingressasse na Faculdade de Medicina da Bahia com apenas 15 anos¹⁶.

Em Salvador, Josué de Castro inicia sua formação em Medicina. No período em que estuda na capital baiana, Josué de Castro interessa-se pela Fisiologia (que o leva, nos anos seguintes, até os estudos da alimentação), fruto de sua admiração pelo professor desta disciplina, Aristides Novis¹⁷, que segundo o próprio Josué: “me arrebatou muitas vezes com o

¹⁵ “No Recife morei na Hong Kong da América, ao lado dos mocambos. Ali tive a primeira imagem da fome. Eu não participava dela diretamente. Os meninos com que brincava eram pobres e alguns, moleques. Eles compreendiam a minha situação e nada perguntavam. Eu queria era a rua. Não queria nada com a casa de ninguém, porque na casa dos outros perguntam logo: ‘Quem é seu pai? Cadê sua mãe?’ E lá vinham problemas.” (MELO; NEVES, 2007, p. 40)

¹⁶ “Acabei meus preparatórios com 15 anos de idade. Falsificaram-me a idade para que eu pudesse entrar para a faculdade. Me formei, com 21 anos e meio. Papai, com sacrifício, queria que eu estudasse na Bahia. Aí fiquei três anos.” (MELO; NEVES, 2007, p. 41)

¹⁷ Por outro lado, destaca-se também a influência que alguns colegas passam a exercer sobre o jovem Josué de Castro. “Na Bahia influenciou muito no rumo de meus estudos e indagações, a presença na mesma pensão em que morava, de dois colegas com os quais muito me liguei: Artur Ramos e Teotônio

brilho literário de suas preleções. Virei ‘fisiólogo’ em dois tempos. Estudei com furor e conquistei uma distinção na cadeira e a amizade do mestre que perdurou.” (CASTRO, A., 2004, p. 17).

Em 1925, Josué de Castro se muda para o Rio de Janeiro onde cursa os últimos anos da Faculdade de Medicina, formando-se em 1929 com apenas 21 anos. Em seguida volta para o Recife onde pretendia se tornar um psiquiatra, mas acaba enveredando pela nutrição: “Eu, na realidade queria ser psiquiatra, mas o Ulhoa Cintra (outro médico) tinha dois aparelhos de metabolismo. Me vendeu um e resolvi fazer nutrição.” (CASTRO, A., 2004, p. 19).

Nesse mesmo momento, Josué de Castro volta a ter contato com a dura realidade de sua cidade natal (e porque não dizer de todo o Brasil?). Contratado como médico de uma grande fábrica ele passa a constatar que os trabalhadores não tinham uma doença definida, mas que mesmo assim não podiam trabalhar.

No fim de algum tempo compreendi o que se passava com os enfermos. Disse aos patrões: sei o que os meus clientes têm. Mas não posso curá-los porque sou médico e não diretor daqui. A doença desta gente é fome. Pediram que eu me demitisse. Saí. Compreendi então que o problema era social. Não era só do Mocambo, não era só do Recife, nem só do Brasil, nem só do continente. Era um problema mundial, um drama universal. (CASTRO, A., 2004, p. 19).

Essa experiência, relatada também através de um conto (intitulado “Assistência Social”), impulsiona Josué de Castro a estudar a condição miserável dessa população em um movimento de superação de uma visão estritamente médica dos problemas da alimentação. Trata-se de um momento rico da vida e obra do autor, pois revela o desafio de entender a fome como um fenômeno simultaneamente biológico e social, e se constitui como um

Brandão.” (CASTRO, A., 2004, p. 17). Segundo Josué de Castro, foi Artur Ramos quem o apresentou para a obra de Freud e o inspirou a escrever seu primeiro ensaio, intitulado “A Literatura Moderna e a Doutrina de Freud”, publicado na Revista de Pernambuco em 1925. Anna Maria de Castro, socióloga e filha de Josué de Castro, afirma que em seguida ao interesse por Freud se soma um interesse cada vez maior pela poesia. Esses interesses, que não estavam diretamente ligados à Faculdade de Medicina, marcam a formação de Josué de Castro que também sempre se declarou um amante do cinema e das artes como um todo.

processo que dura quase 15 anos até a formulação do conceito de fome em “Geografia da Fome”.

Em 1932 Josué de Castro publica dois trabalhos que dão uma dimensão de seu esforço. Na Faculdade de Medicina do Recife, defende a tese “O problema fisiológico da alimentação no Brasil”, com a qual se torna livre-docente de Fisiologia. A escolha por esse tema revela sua preocupação em entender através dos conhecimentos da medicina o problema da alimentação no Brasil.

Ao mesmo tempo realiza um inquérito, intitulado “As condições de vida das classes operárias do Recife”, no qual a alimentação é entendida como elemento central para o entendimento das condições de vida dessa população.

Os modernos antropólogos, através de múltiplas indagações, chegaram a evidência de que os caracteres de deficiência e de inferioridade de alguns povos, atribuídos outrora a fatores étnicos, à fatalidade racial, são apenas conseqüências diretas de más condições higiênicas e principalmente de uma alimentação má. É esse, precisamente, o nosso caso. [...] Esse trabalho visa precisamente a averiguar a alimentação das classes assalariadas [...] (CASTRO, J., 1959, p. 75/6)

Através de entrevistas esse inquérito identifica a dieta básica “das classes operárias” do Recife, composta principalmente por feijão, farinha, charque, café, açúcar e pão, enquanto alimentos como leites, frutas e verduras quase não estavam presentes na alimentação cotidiana. Além disso, o inquérito se preocupa em comparar “os valores médios dos salários e dos custos de sua subsistência”. (CASTRO, J., 1959, p. 78). Através dessa comparação conclui-se que a dieta básica representava 70% do orçamento doméstico das famílias entrevistadas.

Os resultados da pesquisa impressionam. Segundo Josué de Castro, o alto índice de mortalidade dessas classes operárias estaria diretamente relacionado aos problemas da alimentação:

Qualquer pessoa que possua noções gerais de dietética e diante de um regime desta ordem, só tem uma pergunta: ‘Como se pode comer assim e não morrer de fome?’ E só há uma resposta a dar, se bem que um tanto

desconcertante. ‘Como? Morrendo de fome.’ Realmente é esta alimentação insuficiente, carencial, e desarmonica, usada pelas classes operárias, na área urbana, a causa principal do seu elevado índice de mortalidade. (CASTRO, J., 1959, p. 86).

O conceito de fome ainda não está inteiramente formulado, mas Josué de Castro dá indícios de seu esforço neste sentido. Primeiramente há uma caracterização da “alimentação racional”: “Uma alimentação para ser racional necessita ser suficiente, completa e harmônica.” (CASTRO, J., 1959, p. 86).¹⁸ Em seguida, aponta para uma constatação que vai marcar sua obra:

Muito mais terrível do que o surto epidêmico e do que do flagelo periódico das secas que dizimam de uma vez algumas centenas ou milhares de vidas, é esta desnutrição, esta subalimentação permanente que destrói surda e continuamente toda uma população, sem chamar nossa atenção, nem despertar nossa piedade. Temos uma documentação insofismável desse fato nos aspectos demográficos da cidade do Recife. (CASTRO, J., 1959, p. 88)

Mais adiante veremos como essa contraposição entre o caráter epidêmico ou permanente (endêmico) da fome¹⁹ está no centro do conceito de fome elaborado por Josué de Castro em “Geografia da Fome”.

Essa abordagem simultaneamente médica (biológica) e social configura-se como a terceira característica desse processo de formulação do conceito de fome. Destaca-se o fato do fenômeno já aparecer diretamente associado a causas sociais, em especial à pobreza, o que revela o esforço de Josué de Castro em desnaturalizar o fenômeno da fome, de superar os discursos do determinismo racial e climático que a naturalizavam.

Essa relação de simultaneidade entre os estudos na área da medicina e das ciências humanas se fortalece no ano seguinte, quando juntamente com outros companheiros, ajuda a fundar a Faculdade de Filosofia do Recife. “Comecei a estudar o social e o econômico. Fundei, com vários companheiros, uma Faculdade de Filosofia no Recife. Com 23 anos eu era

¹⁸ Essa concepção de alimentação está presente, segundo o próprio Josué de Castro, no trabalho de Pedro Escudero, fundador da escola de Nutrição Social na Argentina.

¹⁹ É importante notar que nesse trabalho Josué de Castro utiliza tanto o conceito de fome, como de desnutrição e subalimentação, quase sempre como sinônimos. Entendemos que essa seja uma característica desse momento de formulação do conceito de fome.

o Diretor. Consegui ser professor da Faculdade de Medicina (Fisiologia) e da de Filosofia (Geografia Humana).” (MELO; NEVES, 2007, p. 43) Temos aqui também a primeira menção da relação de Josué de Castro com a Geografia, ciência que em poucos anos ele adotaria como definidora de seu método de análise da realidade.

Já nessa época Josué de Castro mostra seu interesse cada vez menor em clinicar para a elite pernambucana. “Comecei a sentir que não interessava ganhar dinheiro. Achava tremendo isso de ficar emagrecendo senhoras gordas da sociedade, enquanto a cabeça me martelava com o problema da fome de tanta gente...” (MELO; NEVES, 2007, p. 43)

Dois anos depois, em 1935, Josué de Castro volta para o Rio de Janeiro, onde assume no ano seguinte a cátedra de Antropologia Física na recém criada Universidade do Distrito Federal²⁰. Vale ressaltar que, ainda em 1935, Josué de Castro publica o livro “Alimentação e Raça” no qual refuta as teses racistas da época, que imputavam à miscigenação racial a responsabilidade pelo “atraso” de certas regiões do mundo, colocando os problemas da alimentação como elemento central para o entendimento dessa realidade. Trata-se do terceiro trabalho publicado sobre o tema em menos de 3 anos.

Contudo, é somente em 1937 que Josué de Castro fecha essa espécie de “série de estudos” sobre a alimentação. É neste ano que ele publica “A alimentação brasileira à luz da geografia humana”, livro essencial para a consolidação de seus estudos sobre a alimentação e que será uma das bases para a realização daquele que é considerado seu maior trabalho: “Geografia da Fome”. Este livro marca a consolidação de seu método de pesquisa. Segundo o próprio Josué de Castro:

²⁰ “Foi nesta época (1936), que Roquette Pinto convidado para professor de Antropologia da recém-criada Universidade do Distrito Federal, sonho de cultura e pesquisa de Anísio Teixeira, e não podendo aceitar por motivo de saúde o encargo, indicou o meu nome para substituí-lo. Assim comecei a ensinar no Rio, passando depois para a Faculdade de Filosofia da Universidade do Brasil.” (CASTRO, A., 2004, p. 21)

Prosseguindo no estudo do problema [da alimentação], e cada vez mais, convencido de sua vultosa importância, chegamos à evidência de quanto seria interessante tratá-lo não mais em seus aspectos parciais, mas em seu conjunto, o que só poderia conseguir com um estudo baseado nos métodos e princípios da geografia humana, capaz de permitir uma visão total do assunto, com as várias perspectivas que ele encerra. Fomos, desse modo, levados a escrever mais um livro sobre a alimentação. Assim se explica a insistência. (CASTRO, J., 1937, 13)

De imediato, faz-se importante ressaltar, como se pode ver na citação acima, que Josué de Castro parte de uma problemática (a problemática da alimentação) e a partir dela chega até o que ele denominou “método geográfico”. Como para a interpretação da realidade não lhe bastaram os conhecimentos oferecidos pela Medicina, partiu para novos campos do conhecimento, chegando até a Geografia.

Josué de Castro não deixa de salientar que a alimentação, enquanto objeto de estudo, exige uma abordagem interdisciplinar²¹, mas ao mesmo tempo entende que somente a Geografia Humana pode realizar a síntese desses conhecimentos. A Geografia aparece para Josué de Castro como a ciência que poderia unir o natural e o social, imprescindíveis para o entendimento da alimentação.

Essa série de estudos sobre a alimentação torna Josué de Castro uma das referências sobre a temática da alimentação no Brasil, o que lhe rende certa notoriedade e uma grande clientela em sua clínica. Sua fama no Rio de Janeiro cresce ainda mais em 1939, quando retorna de uma viagem para a Itália onde estagiou no Instituto Bioquímico de Roma. Sobre esse período Josué de Castro afirma:

Ao regressar, eu era ‘o homem que tinha chegado da Europa’. A clínica abarrotou. Fui convidado para dirigir um departamento de nutrição, pelo Mestre Aragão. Não pude aceitar. (Minhas coisas quase sempre chegavam na hora errada.) A clínica não me satisfazia. Faltava 15 dias em cada trinta de consultório. O que eu queria era escrever a Geografia da fome, a Geopolítica da fome. Grande alegria da minha vida foi escrever esses livros. É que eu vivia com medo de não lograr realizar o que estava dentro de mim. (MELO; NEVES, 2007, p. 45).

²¹ “Abarca, assim, o estudo da alimentação, capítulos da biologia, de antropologia, física e cultural, de etnografia, de patologia, de sociologia, de economia política e mesmo de história.” (CASTRO, J., 1937, p. 22)

Essa passagem revela como Josué de Castro estava empenhado em um novo projeto, que lhe demandava muito tempo para os estudos, e que só começou a se concretizar sete anos depois com a publicação de “Geografia da Fome”.

É, portanto, em “Geografia da Fome” que Josué de Castro define pela primeira vez seu conceito de fome²². Neste livro o conceito de fome é definido a partir de três pares conceituais complementares e explicativos do fenômeno da fome. Assim, para Josué de Castro a fome poderia ser caracterizada como individual ou coletiva; endêmica ou epidêmica; parcial (oculta) ou total. No prefácio do livro ele afirma:

Não se constitui objeto deste ensaio o estudo da fome individual. [...] O nosso objetivo é analisar o fenômeno da fome coletiva – da fome atingindo endêmica ou epidemicamente as grandes massas humanas. Não só a fome total, a verdadeira inanição que os povos de língua inglesa chamam de “starvation”, fenômeno em geral, limitado a áreas de extrema miséria e a contingências excepcionais, como o fenômeno muito mais freqüente e mais grave em suas conseqüências numéricas, da fome parcial, a chamada fome oculta, na qual pela falta permanente de determinados elementos nutritivos, em seus regimes habituais, grupos inteiros de populações se deixam morrer lentamente de fome, apesar de comerem todos os dias. (CASTRO, J., 1948, p. 20)

Em “Geopolítica da Fome”, livro que faz parte do mesmo projeto de “Geografia da Fome”, Josué de Castro afirma que a fome total seria causada pela não ingestão da quantidade mínima de energia necessária para os gastos do corpo. Em outras palavras, trata-se da ingestão deficiente de calorias, que quando é acentuada levaria a semi-inanição, e quando é total levaria a completa inanição. Por outro lado, “quando independente do aspecto energético, a alimentação é falha ou deficiente em um ou mais princípios químicos essenciais, constituem-se fomes parciais ou específicas, também chamadas de carências alimentares” (CASTRO, J., 1965a, p. 83) Segundo Josué de Castro:

Entre os dois tipos extremos – a devastadora inanição aguda e a insidiosa deficiência crônica – vamos encontrar toda uma gama de tipos de fome, assolando a humanidade sob os mais insólitos e espetaculares disfarces. [...]

²² Antes de tratar do conceito de fome Josué de Castro ressalta que este tema se configurou como um tabu a ser superado. Para ele haveria um “silêncio premeditado” acerca desse assunto, que correspondia a “preconceitos de ordem moral” assim como a “interesses de ordem política e econômica” (CASTRO, J., 1948, 14).

Enquanto os tipos de fome global – os episódios de fome aguda – tão comuns durante a Idade Média, se foram tornando cada vez mais raros ou espaçados com os progressos sociais, os casos de fome específica foram-se tornando mais freqüentes e graves. A fome oculta constitui hoje forma típica da fome de fabricação humana. (CASTRO, J., 1965a, p. 79 e 83)

Com essa conceituação Josué de Castro tem a intenção de revelar como o fenômeno da fome é muito mais freqüente e devastador do que se imagina, pois atinge a milhões de pessoas que mesmo comendo todos os dias passam fome. Trata-se, em outras palavras, de considerar não apenas aqueles que morrem de fome, como também aqueles que vivem dramaticamente com fome.

Em “Geopolítica da Fome” fica ainda mais claro que seu conceito de fome abarca o estado de desnutrição e subnutrição: “Verifica-se, pois, que o nosso conceito de fome abrange desde as deficiências latentes e as carências alimentares rotuladas normalmente como estado de subnutrição e desnutrição, até os estados de inanição absoluta.” (CASTRO, J., 1965a, p. 72)

Há, para Josué de Castro, uma correlação entre fome endêmica e a fome parcial (oculta) de um lado, e entre a fome epidêmica e a fome total de outro. Ou seja, naqueles lugares onde a fome é endêmica, onde ela é constante, a fome tende a ser também parcial; diferentemente dos lugares que sofrem com fomes epidêmicas, causadas por desastres naturais ou por guerras, onde esses fenômenos levam à fome total, à inanição. Essa relação aparece em “Geografia da Fome” através do estudo da realidade brasileira. Segundo Josué de Castro as áreas de fome endêmica do Brasil (Amazônia e Zona da Mata do Nordeste) são aquelas que apresentam uma fome parcial que atinge grande parte da população por um longo período, sem que despertem a mesma atenção dos surtos epidêmicos de fome total que caracteriza a terceira área de fome do Brasil: o Sertão do Nordeste.

O conceito de fome endêmica revela mais do que a temporalidade do fenômeno: ele revela a simultaneidade entre a fome e a abundância, que torna o fenômeno ainda mais dramático. Ao identificar a fome endêmica não é mais possível responsabilizar a natureza ou

fenômenos esporádicos pela fome. É preciso explicar porque ela ocorre mesmo quando há alimentos suficientes para toda população se alimentar, porque a sociedade não é capaz de alimentar todos seus membros. Colocado esse novo questionamento o problema ganha em profundidade e complexidade!

Ainda sobre o conceito de fome de Josué de Castro é imprescindível que tenhamos consciência do trabalho que o levou a esta formulação. Josué de Castro teve seu primeiro contato com a fome nos mocambos do Recife, em seguida como médico de uma fábrica na mesma cidade, mas não foi só isso. Durante anos pesquisou a bibliografia existente sobre a alimentação (em especial a alimentação no Brasil) e realizou uma série de trabalhos de campo em diferentes regiões do país. Josué de Castro conhecia de perto a realidade das três áreas de fome brasileiras e de como a fome se manifestava em cada uma delas. Neste sentido, ele mesmo alertava para o caráter qualitativo de sua pesquisa:

Não vamos, para completar o quadro do conjunto brasileiro, enfileirar aqui dados estatísticos comprovantes dessa miséria alimentar. Embora esses números enchessem a vista de certos tipos de leitores, resolvendo as suas dúvidas com uma simples comparação de cifras, e satisfazendo a sua curiosidade estatística, não nos tenta o método. Este ensaio não visa propriamente uma análise do problema em seus aspectos quantitativos mas, principalmente, em seus aspectos qualitativos. O método estatístico, com sua tendência substancial para os grandes agrupamentos e para a homogeneização dos fatos, não nos poderia dar em seus painéis genéricos uma noção exata de certas nuances, das infinitas gradações de cores de que se reveste o fenômeno, nos dois sentidos, no vertical e no horizontal, na ampla superfície de sua área territorial e nas diferentes capas sociais que estruturam a nacionalidade. (CASTRO, J., 1948, p. 293)

Outro elemento importante dos estudos da fome realizados por Josué de Castro, que já estava presente em “Geografia da Fome”, mas só aparece formalizado em “Geopolítica da Fome”, é a relação entre “corpo e alma do homem faminto”. Para Josué de Castro:

“[...] sejam em formas isoladas, sejam associadas, as fomes específicas [parciais] atuam poderosamente sobre os grupos humanos, marcando o corpo e a alma dos indivíduos. [...] Mas não é agindo apenas sobre o corpo dos indivíduos, degradando-lhes o tamanho, mirrando-lhes as carnes, roendo-lhes as vísceras e abrindo-lhes chagas e buracos na pele, que a fome aniquila o homem. É também atuando sobre seu espírito, sobre sua estrutura mental, sobre sua conduta social.” (CASTRO, J., 1965a, p. 122 e 124).

Tanto em “Geografia da Fome” como em “Geopolítica da Fome” podemos ler a desumanidade que a fome carrega. Não são poucas as passagens em que Josué de Castro estabelece uma estreita relação entre o comportamento do homem faminto com “o de qualquer outro animal submetido aos efeitos torturantes da fome” (CASTRO, J., 1965a, p. 124), principalmente nos casos de fome total ou aguda. Além disso, ele alerta para o fato de que a fome levaria à depressão e à apatia alterando significativamente o comportamento das pessoas que passam fome²³.

É, portanto, a partir desse conceito de fome que questionamos as pesquisas que apenas quantificam o fenômeno, ou aquelas que substituem o conceito de fome por outros conceitos que não têm a mesma capacidade explicativa.

Em relação ao item anterior, no qual apresentamos a possibilidade de realização de uma crítica da vida cotidiana através da alimentação, é possível dizer que essa possibilidade já estava posta no trabalho de Josué de Castro. Como este autor construiu sua definição a partir de muitas observações e entrevistas, em suma, a partir do contato direto com a vida população mais pobre do país, seu conceito em alguma medida esteve apoiado na vida cotidiana.

Essa relação pode ser percebida em livros como “Geografia da Fome” e “Geopolítica da Fome”, pois neles Josué de Castro descreve com uma grande riqueza de detalhes a vida miserável de diferentes populações no Brasil e no mundo. Mas, ela é evidente em seus

²³ Sua sensibilidade era tanta que até mesmo ocasiões fortuitas transformavam-se em elementos de sua pesquisa. Assim ele descreveu uma de suas observações: “Tivemos ocasião de presenciar na França, um ano depois da última guerra [Segunda Guerra Mundial], fato singular que confirma esta hipótese. Numa linda manhã de sol, partia de uma das estações de caminhos de ferros de Paris, para o campo, um trem cheio de crianças. De um comboio estacionado ao lado, pudemos observar, durante os minutos, que precederam a partida, a atitude daquelas crianças; estranhemos sua seriedade, sua falta de alegria espontânea e o silêncio que mantinham. Silêncio que parecia tão mais trágico num lindo dia de sol, destinado a um piquenique. Procuramos observar as crianças com mais atenção e, imediatamente, tudo se esclareceu diante das imagens daquelas carinhas chupadas e pálidas, as peles terrosas e engelhadas, denunciando a fome terrível que lhes devastava as entranhas. Aqueles pequeninhos filhos da alegre raça gaulesa tinham perdido toda a alegria de viver, na áspera luta contra a fome!” (CASTRO, J., 1965a, p. 129)

trabalhos literários (“Documentário do Nordeste” e “Homens e Caranguejos”). Neles vemos a dramaticidade do fenômeno da fome narrada com maior liberdade e entrelaçada por outros elementos da vida cotidiana (a moradia, o transporte, o trabalho, a família).

3. Josué de Castro e a Geografia Humana: entendendo a fome a partir da relação homem-meio

Josué de Castro é, certamente, uma das referências nos estudos sobre a fome. Porém, isso não significa que devemos ter uma atitude contemplativa frente ao seu trabalho. É necessário apontar também para seus limites e com isso estabelecer um debate com sua obra, que nos leve a sua superação. Entender os limites da obra de Josué de Castro não é diminuí-la, pelo contrário, é entender que o conhecimento está em movimento e é construído coletivamente.

Vimos como Josué de Castro estudou exaustivamente o fenômeno da fome até chegar ao conceito que acabamos de apresentar. Contudo, seus estudos não se resumem à formulação do conceito de fome, pelo contrário, partem deste conceito para explicar a realidade.

Pode-se dizer que uma das maiores contribuições que Josué de Castro deixou para o debate foi a desnaturalização do fenômeno da fome. Essa desnaturalização impede não apenas que a fome seja explicada exclusivamente por fenômenos naturais, como também que ela seja entendida como um fenômeno inerente ou ontológico à humanidade.

Vimos que esse entendimento da fome enquanto um fenômeno simultaneamente biológico e social faz parte de um caminho trilhado por Josué de Castro, que tem início nos primeiros contatos com a fome, ainda quando criança nos mocambos a beira do rio Capibaribe, passa por sua formação na medicina e sua atuação como médico e pesquisador dos problemas da alimentação.

No entanto, é necessário ressaltar o papel central da Geografia no esforço de Josué de Castro demonstrar como a fome se configura como um fenômeno social. Em “A alimentação brasileira à luz da geografia humana” (1937) Josué de Castro faz uma espécie de síntese de

todos seus estudos sobre a alimentação realizados até então a partir do que ele denominou “método geográfico”²⁴.

A escolha pela Geografia não é de maneira alguma fortuita. Josué de Castro vê na Geografia Humana de tradição francesa a possibilidade de estudar tanto os aspectos naturais, como os aspectos sociais da alimentação, necessários para um entendimento mais rico de suas características e de seus problemas. Para ele, a obra de Vidal de La Blache, já colocaria a possibilidade de ler a relação entre o homem e o meio através da alimentação.

O grande geógrafo francês Vidal de La Blache, o chefe da escola possibilista, que reagiu contra o cego determinismo geográfico da escola de Ratzel, afirmou com segurança que, das relações que ligam o homem a um certo meio, uma das mais tenazes é exatamente a que transparece quando se estudam os meios de nutrição. [...] Deduz-se, daí, que é através da alimentação que se processa com mais intensidade a ação do meio natural sobre a vida humana, em suas várias manifestações. (CASTRO, J. 1959, p. 133/4)

A partir de “A alimentação brasileira à luz da geografia humana” (1937) a interpretação que Josué de Castro passa a fazer da alimentação (e mais adiante da fome) é marcada por essa relação homem-meio. Amélia Luisa Damiani apresenta uma reflexão fundamental para o entendimento do papel dessa relação homem-meio nos estudos dessa Geografia:

A concepção de meio geográfico exaltava a atividade humana, na relação do homem com a natureza. Definiu-se como possibilista, inclusive, nesta medida: sob a determinação da natureza, o homem apresenta-se como um elemento ativo do processo civilizatório. A atividade humana era definida como transformadora. Ao mesmo tempo, singular e universal. Definia as especificidades de cada meio – especialmente considerando que o homem, envolvido em certas condições naturais, era diferente de outros, que viviam outras condições naturais, e à base dessa diferença se constituía outra diferença, que era a capacidade humana diferenciada de transformar as condições naturais – e a universalidade do processo civilizatório em curso. (DAMIANI, 2005, p.65)

²⁴ Citamos novamente a passagem que esclarece essa opção pelo método geográfico: “Prosseguindo no estudo do problema [da alimentação], e cada vez mais, convencido de sua vultosa importância, chegamos à evidência de quanto seria interessante tratá-lo não mais em seus aspectos parciais, mas em seu conjunto, o que só poderia conseguir com um estudo baseado nos métodos e princípios da geografia humana, capaz de permitir uma visão total do assunto, com as várias perspectivas que ele encerra. Fomos, desse modo, levados a escrever mais um livro sobre a alimentação. Assim se explica a insistência.” (CASTRO, J., 1937, 13)

O meio geográfico influencia a atividade humana, mas não a determina por completo, pois o homem também é um elemento ativo de um processo que é entendido como civilizatório. Com relação à alimentação esse entendimento coloca a possibilidade de entender as diferentes dietas alimentares, como diferentes respostas, dadas por homens diferentes, a sua necessidade de extrair do meio geográfico os elementos necessários para sua sobrevivência.

Para Amélia Luisa Damiani, “o que a geografia, nesse final do século XIX, na França especialmente, busca é encontrar a identidade da humanidade do homem, produzida na relação homem-natureza” (DAMIANI, 2005, p.60). Entendemos que a dieta alimentar pode ser considerada uma dessas formas de identidade que a Geografia buscava.

Nos trabalhos de Josué de Castro a dieta básica de uma população é sempre entendida nessa relação entre o homem e o meio que ele ocupa. Em seus estudos sobre a alimentação brasileira ele sempre considerou os hábitos e tradições alimentares de cada uma das matrizes culturais (indígenas, africanos e portugueses) que formaram a população brasileira e suas diferentes dietas. Também insistia na necessidade de se considerar as características naturais do meio geográfico, pois elas influenciam diretamente as “possibilidades geográficas” de cada lugar e conseqüentemente nos recursos alimentares disponíveis. Assim, a dieta aparece como o resultado da múltipla determinação entre o homem e o meio, pois o homem é entendido como um “fator geográfico ativo” que “não se submete ao meio natural, como uma massa neutra, embalada pelo jogo das forças circundantes”. (CASTRO, J., 1959, p. 137).

É neste sentido que, a respeito da alimentação no Brasil, ele afirma:

A enorme extensão territorial com seus diferentes tipos de solo e de clima, com seus múltiplos quadros paisagísticos, nos quais vêm trabalhando há séculos, grupos humanos de distintas linhagens étnicas e de diferentes tintas culturais, não poderia permitir que se constituísse em todo o território nacional um tipo uniforme de alimentação. O país está longe de constituir uma só área geográfica alimentar. As variadas categorias de recursos naturais e a predominância cultural de determinados grupos que entraram na formação de nossa raça nas diferentes zonas, tinham que condicionar forçosamente, uma diferenciação regional dos tipos de dieta. O país abrange pelo menos cinco diferentes áreas alimentares, cada uma delas dispondo de recursos típicos, com sua dieta habitual apoiada em determinados produtos

regionais e com seus efetivos humanos refletindo em muitas de suas características, tanto somáticas como psíquicas, tanto biológicas como culturais, a influência marcante dos seus tipos de dieta. Cinco áreas bem caracterizadas e assim distribuídas: 1) Área da Amazônia; 2) Área da Mata do Nordeste; 3) Área do Sertão do Nordeste; 4) Área do Centro-Oeste; 5) Área do extremo sul. (CASTRO, J., 1948, p.45/6)

Essa regionalização do espaço brasileiro foi apresentada por Josué de Castro, pela primeira vez, em “A alimentação brasileira à luz da geografia humana” (1937). O quadro e o mapa que seguem abaixo, nos ajudam a entender melhor essa regionalização:

Quadro 1 - Zoneamento do Brasil em função dos tipos regionais de alimentação

ZONAS	Alimentos básicos – Proporções mútuas
I – ZONA NORTE	Farinha de mandioca – 3; Feijão – 2; Peixe – 1; Castanha do Pará – 1;
II - ZONA DA MATA DO NORDESTE	Farinha de mandioca – 3; Feijão – 2; Aipim – 2; Charque – 1;
III - ZONA DO SERTÃO DO NORDESTE	Milho – 3; Feijão – 1; Carne – 1; Rapadura – 1;
IV- ZONA DO CENTRO	Carne – 2; Feijão – 2; Milho – 2; Toucinho – 1;
V – ZONA DO SUL	Carne – 3; Pão – 3; Arroz – 2; Batata – 1;

Fonte: CASTRO, Josué de. A Alimentação Brasileira à Luz da Geografia Humana. Porto Alegre: Globo, 1937. Página 150.

A partir deste quadro Josué de Castro produziu o seguinte mapa:

MAPA 1 – Mapa das zonas alimentares do Brasil

Fonte: CASTRO, Josué de. A Alimentação Brasileira à Luz da Geografia Humana. Porto Alegre: Globo, 1937. Página 148.

Cada uma das dietas regionais seria a tradução de um longo processo de interação entre o homem e os diferentes meios geográficos existentes no Brasil. Essa regionalização pode ser entendida, portanto, como o produto final de um estudo que buscava identificar as diferentes formas com a qual o homem lidou com as possibilidades dadas pelos diferentes meios geográficos brasileiros.

Porém, o que a evolução da economia capitalista vai colocar dramaticamente, não apenas para a Geografia, é a impossibilidade da realização da humanidade do homem. Para Amélia Luisa Damiani, “o que a devastação dessa economia acumulativa capitalista nos assegura tentar decifrar, hoje, é um enorme processo de desumanização” (DAMIANI, 2005,

p.60). Para essa Geografia Humana, a possibilidade de reconhecer a identidade estabelecida nas relações entre o homem e o meio vai se esboroando com a devastação imposta por essa economia capitalista.

Em Josué de Castro podemos ler essa dificuldade através do conceito de gênero de vida. Em “Geografia da Fome” é revelador o fato de que esse conceito só apareça associado a uma região: o Sertão do Nordeste. Vejamos como ele constrói esse entendimento.

Josué de Castro inicia a apresentação do Sertão nordestino, por sua localização e delimitação territorial e, em seguida, expõe as características naturais que conformam um meio geográfico específico, diferente dos demais encontrados no Brasil.

De acordo com Josué de Castro a característica fundamental dessa área geográfica é o clima semi-árido. Para ele, o clima aparece como um “fator de degradação da vida do homem nesta região” (CASTRO, J., 1948, p.182), pois além da escassez de água, a irregularidade das chuvas provoca o empobrecimento dos solos da região. Mas não é apenas o solo que sofre essa influência da pouca disponibilidade de água.

Toda a paisagem natural, desde a topografia, as características do solo, a fisionomia vegetal, a fauna, a economia e a vida social da região, tudo traz marcado com uma nitidez inconfundível, a influência da falta d’água, da inconstância da água nesta região semi-desértica. (CASTRO, J., 1948, p.182).

É nesta paisagem natural, neste meio geográfico, que Josué de Castro vai identificar o gênero de vida do sertão do Nordeste: o sertanejo, que é “vaqueiro e agricultor ao mesmo tempo”, que associa numa “adaptação às possibilidades do meio, os dois gêneros de vida, o da agricultura e o da criação.” (CASTRO, J., 1948, p.198/9).

Para ele, esse gênero de vida se assemelha muito aos gêneros de vida do norte da África, que viviam em um meio geográfico de características naturais muito parecidas, com os

quais Josué de Castro teve contato através de Jean Brunhes em seu livro “A geografia humana”.²⁵

A partir dessa interpretação do Sertão do Nordeste e do sertanejo, Josué de Castro chega a uma conclusão aparentemente paradoxal: a de que a dieta nesta região “é talvez a mais racional e equilibrada do país, incluindo as zonas isentas de fome.” (CASTRO, J., 1948, p.181). Fica então o questionamento: como a região, sempre associada às secas e às epidemias de fome relacionadas a elas, poderia ser caracterizada como aquela na qual a dieta é a mais racional e equilibrada do país? A resposta está na relação que o homem, o sertanejo, estabelece com o meio que ocupa.

Segundo Josué de Castro, a ocupação dessa região tem início com a chegada de “aventureiros” que buscavam ouro e pedras preciosas. Como essas riquezas não foram encontradas, e as terras não eram aptas para uma agricultura de grande rendimento (diferentemente das terras da Zona da Mata nordestina), a atividade que mais se desenvolveu na região foi a pecuária.

O Sertão nordestino logo se tornou fornecedor de gado, tanto para a Zona da Mata (que necessitava da força de tração dos animais e da carne para a alimentação), como para a região mineradora das Minas Gerais. Além disso, a criação de cabras para o consumo interno também se tornou significativa.

Porém, o fato decisivo para que essa região apresentasse uma alimentação racional e equilibrada, foi a associação da pecuária com a agricultura. Para Josué de Castro:

²⁵ Sobre a relação entre os gêneros de vida do sertão nordestino e do norte da África Josué de Castro afirma: “Não é por simples curiosidade que chamamos atenção para esta semelhança. É que ela representa a nosso ver, o resultado de uma influência remota da cultura árabe sobre os costumes desta região brasileira. Influência que podemos sentir em muitos outros aspectos da vida econômica e social do sertão e que se exerceu através dos peninsulares, dos portugueses formados então em contato com a cultura maometana. [...] Muitos dos aventureiros que se internaram pelo sertão adentro em sua penetração pastoril, foram certamente cristãos novos, - judeus e árabes – trazendo na massa do sangue ou na mentalidade de nômades inquietos, muito da experiência viva dos beduínos, dos berberes do deserto saariano já adestrados de há muito na luta perene contra a escassez de água, contra a rispidez do meio natural.” (CASTRO, J., 1948, p.200/1).

Na contínua expansão dos seus currais [...] não se deixou o sertanejo absorver numa atividade exclusivista que seria extremamente nociva à sua vida econômica, na pura criação. Não encontrando na zona da mata para onde enviava a maior parte dos seus bois, possibilidades de abastecimento adequado e seguro para suas necessidades alimentares e sendo distantes e difíceis os caminhos noutra direção, ele teve que se dedicar um pouco ao plantio de certos gêneros de sustentação para seu auto-abastecimento. (CASTRO, J., 1948, p.198).

Plantando milho, feijão, fava, mandioca, batata doce, abóbora e maxixe, principalmente nos “vales mais húmidos, nos baixios, nos terrenos de vazante”, e associando esses alimentos ao leite e à carne, o sertanejo garantia, salvo nos tempos de seca, uma alimentação variada, que “sem ser nenhuma maravilha de perfeição e abundância, está no entanto muito acima do que era de esperar de um meio aparentemente tão pobre e tão pouco dadivoso.” (CASTRO, J., 1948, p.228)

Contudo, segundo Josué de Castro, o esforço para conseguir garantir essa alimentação é tão grande que o sertanejo quase não tem tempo e energia para cuidar de outras necessidades, como a habitação e o vestuário. Assim ele entende que é possível explicar a rusticidade da vida do sertanejo a partir do entendimento das dificuldades que ele tem para satisfazer suas necessidades alimentares.

Além disso, Josué de Castro indica que o equilíbrio dessa relação entre o homem e o meio é muito tênue, pois qualquer alteração no regime de chuvas desencadeia uma forte crise alimentar na região. “Com as secas desorganiza-se completamente a economia regional e instala-se a fome no sertão.” (CASTRO, J., 1948, p.231). Trata-se da fome epidêmica, que ocorre em surtos avassaladores, e que dependendo da extensão dos períodos de estiagem levava à fome total, à fome aguda.

Quase sempre desprovido de reservas alimentares, os primeiros sinais da estiagem são sentidos pelo sertanejo que cai em um “regime de sub-alimentação”. “Começa por limitar a quantidade de sua ração e a variedade de seus componentes. A sua dieta nesta fase se reduz logo a um pouco de milho, de feijão e de farinha.” (CASTRO, J., 1948, p.234). Mas, se a seca

persiste, logo ele tem de recorrer às “iguarias bárbaras”, às “comidas brabas”, pouco propícias para a alimentação.

Quando o sertanejo lança mão destes alimentos exóticos é que o martírio da seca já vai longe e que sua miséria já atingiu os limites de sua resistência orgânica. É a última etapa de sua permanência na terra desolada, antes de se fazer retirante e descer aos magotes, em busca de outras terras menos castigadas pela inclemência do clima. (CASTRO, J., 1948, p.235).

O sertanejo é atingido pela fome quantitativa, pela fome total que se traduz em uma extrema magreza, e ao mesmo tempo pela fome qualitativa, que se faz sentir em diversas doenças. Atuando conjuntamente essas diferentes manifestações da fome elevam drasticamente os índices de mortalidade.

Mas, além de atuar sobre o corpo, Josué de Castro alerta como a fome atua sobre o espírito do sertanejo, “sobre sua estrutura mental, sobre sua conduta social” (CASTRO, J., 1948, p.261). “Nesta desintegração do eu desaparecem as atividades de autoproteção, de controle mental e dá-se finalmente a perda dos escrúpulos e das inibições de ordem moral.” (CASTRO, J., 1948, p.268). Trata-se de um momento ímpar na obra de Josué de Castro, no qual ele revela como a fome destrói aquilo que ele identificou como um gênero de vida capaz de sobreviver em um meio tão austero e lança-o na animalidade. O sertanejo é comparado aos morcegos e as cobras, que têm seu comportamento alterado com a fome, e passam a aparecer e atacar com mais frequência e intensidade. Assim, “sob a ação desta dolorosa sensação o homem mais do que nunca se manifesta como um animal de rapina, com o olhar certo varando os espaços em busca da presa que lhe aplaque a fome” (CASTRO, J., 1948, p.265).

É neste sentido mesmo sentido, que Josué de Castro também vai relacionar o fenômeno da fome a dois tipos característicos da vida do sertão: o cangaceiro e o beato fanático. Sem cair no que chama de “biologismo”, pois sabe que outros fatores interferem nessa realidade, cada um desses tipos representa uma resposta ao fenômeno da fome.

O cangaceiro que irrompe como uma cascavel doida neste monturo social significa, muitas vezes, a vitória do instinto da fome – fome de alimentos e fome de liberdade – sobre as barreiras morais que o meio levanta. O beato

fanático traduz a vitória da exaltação moral, apelando para as forças metafísicas a fim de conjurar a instinto solto e desadorado. Em ambos, o que se vê é o uso desproporcionado e inadequado da força – da força física e da força mental – para lutar contra a calamidade e seus efeitos trágicos. Contra o cerco que a fome estabelecem em torno destas populações levando-as a toda sorte de desesperos. (CASTRO, J., 1948, p. 269-271).

Assim, podemos concluir que, para Josué de Castro, exceto nos períodos de seca, desenvolve-se no sertão nordestino um gênero de vida que consegue estabelecer uma relação equilibrada com o meio que ocupa, configurando um tipo de alimentação característico, “alimentação sóbria porém bem equilibrada, a qual constitui um bom exemplo de como pode um grupo humano retirar de um meio pobre, recursos adequados às necessidades básicas de sua vida.” (CASTRO, J., 1948, p.201).

Josué de Castro só pôde identificar o sertanejo enquanto um gênero de vida porque o Sertão do Nordeste foi, historicamente, uma região que despertou menos interesses econômicos. Em “Geografia da Fome” lemos como a “pobreza” desse meio geográfico foi ao mesmo tempo sua “defesa” contra o avanço da “economia mercantil” que ele identifica em outras regiões brasileiras. Somente assim foi possível que lá se desenvolvesse uma relação entre o homem e o meio que se traduzisse em uma identidade, que revelasse de algum modo uma “vitória” do homem sobre as dificuldades impostas pelo meio geográfico, mesmo que essa seja vitória parcial, pois nos tempos de seca eles são obrigados a enfrentar o fenômeno da fome.

E com relação as outras regiões brasileiras, porque nelas Josué de Castro não aponta para a existência de outros gêneros de vida? Josué de Castro não realiza essa problematização explicitamente, mas é possível identificá-la no decorrer de “Geografia da Fome”, pois em nenhum momento de sua exposição sobre as regiões Amazônica e da Zona da Mata nordestina ele consegue identificar uma relação entre o homem e o meio semelhante a que foi exposta acima. Em ambas o centro da análise estará no desequilíbrio da relação homem-meio, causado, segundo ele mesmo, por uma “aventura mercantil”. Para ele:

A fome no Brasil é consequência, antes de tudo, de seu passado histórico, com seus grupos humanos sempre em luta e quase nunca em harmonia com seus quadros naturais. Lutas em certos casos, provocada e por culpa, portanto, da agressividade do meio, que iniciou abertamente as hostilidades, mas, quase sempre, por inabilidade do elemento colonizador, indiferente a tudo que não significasse vantagem direta e imediata para os seus planos de aventura mercantil. (CASTRO, J., 1948, p. 294).

Josué de Castro esta à frente do que Amélia Luisa Damiani define como os limites da própria sociedade. Para ela, “os limites históricos dessa geografia, que ainda são os nossos, não são estritamente limites metodológicos, mas limites de fundamento da sociedade que se desenvolvia” (DAMIANI, 2005, p. 59). Que limites são esses?

- “a sociedade que se realiza e se nega pelo desenvolvimento das trocas e do dinheiro;”
- “a sociedade cujo processo de identificação é abstrato, através do desenvolvimento do Estado;”
- “a sociedade que se propõe acumulativa – de capitais; técnicas; experiências, civilizações -, mas cuja causa acumulativa maior é de cunho econômico e em que a proletarianização de milhões de seres humanos também é acumulativa, pois leva de roldão, nesta economia, mais e mais homens, mulheres e crianças, inseridos precariamente nesta história moderna.” (DAMIANI, 2005, p. 59/60).

Josué de Castro não identifica claramente esses limites e por isso não chega aos seus conteúdos, mas de algum modo aponta para a existência deles, quando trata do fenômeno da fome na Amazônia e na Zona da Mata do Nordeste.

Josué de Castro caracteriza a Amazônia como uma área de fome endêmica. A fome nessa região é explicada pelas deficiências do processo de colonização da região, pois com uma população muito pequena e pouco adensada, o meio geográfico se constituiria como um agente opressor.

Sem forças suficientes para dominar o meio ambiente, para utilizar as possibilidades da terra, organizando um sistema de economia produtiva, as populações regionais têm vivido até hoje no Amazonas, quase que exclusivamente num regime de economia destrutiva. Da simples coleta dos

produtos nativos. Da caça e da pesca. Da colheita de sementes silvestres, de frutos, de raízes e de casca de árvores. Do látex, dos óleos e das resinas vegetais.

Apenas em zonas limitadas e utilizando processos rudimentares se estabeleceu uma cultura primitiva de certos produtos de alimentação, como as da mandioca, do milho, do arroz, e do feijão. Culturas insignificantes, procedidas em pequenas áreas conquistadas à floresta pelo processo de queimadas, de uso pré-colombiano, sendo as sementes lançadas no solo mal preparado, ainda entulhado de troncos, de galhos e garranchos meio carbonizados. (CASTRO, J., 1948, p.53)

Essa colonização despreparada para enfrentar o meio geográfico amazônico se traduzia em uma alimentação insuficiente e desequilibrada. Mas, é no momento em que trata do surto da borracha, que notamos com mais clareza como Josué de Castro entende que a “aventura mercantil” na Amazônia impossibilitou a constituição de uma dieta racional e equilibrada.

Foi durante o ciclo da borracha, que durou entre 1870 e 1910, que essa região foi assolada pelo beri-beri, doença causada pela carência de vitamina B1 e da qual decorre uma série de problemas gastrointestinais e nervosos (anorexia, palpitações, câimbras, irritabilidades, perdas de memória, insônias, etc.) que podem levar até as paralisias.

O ciclo da borracha atraiu milhares de migrantes nordestinos para a Amazônia, na busca de enriquecer através da extração do látex das seringueiras. Porém, com uma alimentação defeituosa, muitos deles foram vítimas do beri-beri²⁶.

De acordo com Josué de Castro, pelo menos metade da população que foi para a Amazônia durante o ciclo da borracha foi atingida por essa carência alimentar. A explicação

²⁶ Josué de Castro narra assim esse momento: “A maior parte dos desbravadores da borracha que ali chegaram atraídos pelo “rush” do produto, foi derrubada pela terrível doença. Chegavam dispostos e cheios de entusiasmo, a maior parte deles, vindos das terras secas do Nordeste e deslumbrados com a abundância de água da região. Metiam-se de mato a dentro pelas estradas dos seringais. Sangravam a sua seringueira e recolhiam seu precioso leite. Defumavam sua borracha. Vendiam o produto por preço fabuloso. E quando estavam se sentindo donos do mundo começavam a sentir o chão fugindo debaixo dos seus pés, a sentir as pernas moles e bambas, a dormência subindo dos pés até a barriga. Uma cinta apertando-lhe o peito como garra. Era o beri-beri chegando, tomando conta do seu corpo, roendo seus nervos, acabando com a vitalidade do aventureiro nordestino.” (CASTRO, J., 1948, p. 89)

para tamanha tragédia está baseada no desequilíbrio que a extração da borracha provocou na relação homem-meio.

Com o alto preço que a borracha alcançava no mercado internacional, todas as populações amazônicas concentraram-se única e exclusivamente na exploração das seringueiras, deixando de lado a rústica agricultura, a pesca e a pouca pecuária que já se mostravam insuficientes no período anterior ao ciclo da borracha. A alimentação sofreu uma tremenda crise e passou a ser constituída por:

[...] alimentos secos, conservas importadas de terras distantes. O regime alimentar do seringueiro era composto de carne seca ou charque, “corned-beef”, feijão empedrado ou bichado, farinha d’água, arroz sem casca, conservas em latas, doce, chocolate e bebidas alcoólicas, importadas diretamente da Europa. (CASTRO, J., 1948, p.90/1).

Assim, para o seringueiro, o momento de ascensão à riqueza era simultaneamente o de entrada em um regime com graves carências alimentares, que levou a vida de milhares desses homens. Com o fim do ciclo da borracha, a situação volta a ser como era anteriormente:

[...] o homem da Amazônia teve de voltar a seus antigos misteres da era de antes da borracha. À sua caça, à sua pesca, à sua colheita de raízes e frutos silvestres, e à sua agricultura incipiente. Agricultura rudimentar, mas capaz de fornecer produtos frescos [...] Passada a febre desta riqueza que tinha desorganizado tão profundamente toda a economia agrária nascente da região, o beri-beri também desaparece. [...] Porque a verdade é que se as riquezas da região amazônica não são tão fabulosas quanto suas lendas, nem o seu clima é dos mais acolhedores do mundo, seria no entanto possível sobrepor-se a estas dificuldades e desenvolver o povoamento da região desde que sua colonização fosse realizada dentro de um plano de aproveitamento racional e não de intempestiva destruição. (CASTRO, J., 1948, p. 92 e 99)

Assim, a partir das constatações de Josué de Castro, podemos concluir que o momento em que a Amazônia mais produz riquezas, geradas pela exportação da Borracha para todo o mundo, é também o momento em que essa região passa pela mais grave crise alimentar de sua história.

Mas, se de maneira geral a fome endêmica na Amazônia está relacionada com as dificuldades que seu meio geográfico oferece à ocupação humana, na Zona da Mata do Nordeste, o fenômeno da fome é ainda mais chocante, pois as “condições tanto do solo quanto

do clima regionais, sempre foram as mais propícias ao cultivo certo e rendoso de uma infinidade de produtos alimentares” (CASTRO, J., 1948, p.113).

Em “Geografia da Fome” é o estudo da relação histórica entre o homem e o meio na Zona da Mata do Nordeste que revela de maneira mais nítida o fracasso do elemento colonizador em terras brasileiras. A conduta colonizadora dos portugueses no Nordeste é caracterizada por um “imediatismo cego”, que busca na exploração do meio geográfico e da mão-de-obra escrava, extrair o máximo de lucro da monocultura da cana-de-açúcar.

Os primeiros colonos portugueses trouxeram consigo um tipo de alimentação ibérica:

caracterizado principalmente, por sua riqueza e variedade de vegetais – de frutas, de legumes e de verduras – produtos do cultivo intensivo, fino e delicado da horta e do pomar, cultivo introduzido na península pelos invasores árabes e transmitido através de séculos a portugueses e espanhóis. (CASTRO, J., 1948, p.127).

Porém, esse tipo de alimentação não conseguiu se manter no Brasil. Primeiro pelas impossibilidades naturais de se produzir o trigo e a uva, alimentos básicos da dieta ibérica, nas primeiras áreas de colonização portuguesa. Mas, principalmente pelo que Josué de Castro denomina de “furor da monocultura da cana”:

Descobrimos cedo que essas terras se prestavam maravilhosamente ao cultivo da cana de açúcar, os colonizadores sacrificaram todas as outras possibilidades ao cultivo exclusivo dessa planta. Aos interesses da sua monocultura intempestiva, destruindo quase que inteiramente o revestimento vivo, vegetal e animal da região, subvertendo por completo o equilíbrio ecológico da paisagem e entravando todas as tentativas de cultivos de outras plantas alimentares no lugar, degradando desse modo, ao máximo, os recursos alimentares da região. (CASTRO, J., 1948, p.113).

Assim, ao invés de estabelecer uma relação harmoniosa e equilibrada com o meio geográfico, o colonizador transformou a Zona da Mata do Nordeste em “uma das zonas de mais acentuada sub-alimentação do país” (CASTRO, J., 1948, p.137). Para Josué de Castro, nem mesmo a influência da cultura alimentar africana, presente até hoje nos pratos tradicionais da região, foi capaz de corrigir os defeitos dessa dieta. Plantando, sem permissão, sua roça dentro do canavial, ou fugindo para os quilombos, onde mantinham hortas e pomares, os negros africanos tentaram se libertar da monotonia alimentar através da

policultura. Além disso, tentavam corrigir sua alimentação com a utilização de ingredientes africanos como o óleo de dendê e a pimenta malagueta. Porém, essa resistência não conseguiu vencer os efeitos provocados pelo latifúndio monocultor.

Para Josué de Castro, é esse passado histórico que explica,

[...] a alta mortalidade global e a verificação de que mais de 50% dos óbitos nesta área se verificam antes dos 30 anos de idade [...] É que aí nasce muita gente, mas morre cedo quase tudo e quase sempre de fome. Desta fome discreta, dissimulada, que destrói surda e continuamente toda a energia vital do nordestino. ” (CASTRO, J., 1948, p.172).

Assim, na Amazônia e na Zona da Mata do Nordeste, o elemento responsável pela geração de riqueza é identificado como aquele que causa o desequilíbrio da relação homem-meio. A busca pelo máximo enriquecimento, através da comercialização de produtos (da borracha em um ciclo curto, ou da cana de açúcar em um ciclo muito mais longo) para a exportação, não permitiria que se formasse uma identidade entre o homem e o meio, e conseqüentemente impossibilitava a formação de gêneros de vida nessas regiões. Josué de Castro lia assim, os limites da própria Geografia Humana.

Ele sabia que a escolha da fome como objeto de estudo se refletia em uma mudança de posicionamento frente à realidade e a própria ciência. No prefácio da primeira edição de “Geopolítica da Fome” ele comenta a expressão “Geografia da Fome”:

A expressão ‘Geografia da Fome’, empregada então pela primeira vez, deve ter soado aos ouvidos de muita gente como uma chocante combinação de palavras... É que a geografia, em seu sentido usual, sempre tratou muito mais dos aspectos positivos e favoráveis do mundo que de seus aspectos negativos – mais das riquezas da terra e das vitórias do homem do que de suas misérias e fracassos. A chamada Geografia Humana – ciência de nossos dias – encarrega-se de apresentar os brilhantes resultados da epopéia do trabalho do homem escrita na superfície da Terra. De registrar tudo o que o homem fez, alterando o meio natural, como um verdadeiro agente geográfico. Já nossa geografia tratava de outro aspecto das relações do homem com o meio: tratava, exatamente, daquilo que o homem não fez, não soube ou não quis fazer. Tratava das possibilidades geográficas que ele não aproveitou ou que malbaratou. Não era, pois, uma geografia das grandezas humanas, mas uma geografia de suas misérias. Uma geografia de trágicas singularidades, na qual se estudava, não a terra que dá de comer ao homem, mas o homem servindo apenas para alimentar a terra.” (CASTRO, J., 1965a, 25)

Contudo, por permanecer no nível da lógica formal (característico dessa Geografia)²⁷ que Josué de Castro pode apenas entrever os limites desta Geografia Humana. Ao estudar a fome, um objeto que não fazia parte dos estudos tradicionais dessa geografia humana, ele anuncia a impossibilidade de se pensar em uma identidade entre homem e meio. Porém, as diversas denominações para o fundamento daquilo que impossibilitava essa relação de identidade – a saber: “aventura mercantil”, “inabilidade do elemento colonizador”, “fraqueza do colono português diante do ímpeto avassalador da cana”, “indústria do fique rico depressa” e “imediatismo cego”, entre outras definições – revelam a dificuldade em explicar o fundamento do processo, os limites históricos anunciados acima por Amélia Luisa Damiani, que não podem ser desvendados dentro de uma lógica formal (de uma sociedade que se realiza e se nega pelo desenvolvimento das trocas e do dinheiro, de uma sociedade que se propõe acumulativa e que acumula a miséria).

Mas, ainda há outro elemento da Geografia Humana de tradição francesa, problematizado no mesmo artigo de Amélia Luisa Damiani, que também nos ajuda a entender com mais profundidade a obra de Josué de Castro. Trata-se do entendimento que essa Geografia tinha da forma do Estado. Para ela:

A geografia definida como clássica acreditava na forma do Estado, como civilizatória. O desenvolvimento da geopolítica, especialmente, tinha esse caráter, o que, inclusive, incluía uma análise positiva do moderno processo de colonização. Então a relação da geografia com a prática passava pela mediação do Estado. (DAMIANI, 2005, p. 60)

Como vimos, Josué de Castro faz severas críticas ao processo de colonização, porém não deixa de acreditar na forma do Estado. Nas conclusões de “Geografia da Fome” esse

²⁷ Essa geografia operava a partir de uma lógica formal. “É possível reconhecer certas relações de causalidade, mas não a relação constitutiva interna dos elementos entre si, nos termos da compreensão da dupla e interna determinação entre eles e de um processo negativo implicado. E, por isto, se torna mais complicado encontrar o tratamento do objeto em movimento, uma noção de processo.” (DAMIANI, 2005, p. 61)

entendimento fica muito claro. Para ele, o Estado brasileiro, seria responsável pela situação do país:

Em última análise, esta situação de desajustamento econômico e social foi consequência da inaptidão do Estado Político para servir de poder equilibrante entre os interesses privados e o interesse coletivo. Incapacidade do poder político para dirigir em moldes sensatos, a aventura da colonização e da organização social da nacionalidade, a princípio por sua tenuidade e fraqueza potencial diante da fortaleza e independência dos senhores de terras, ‘mandachuvas’ em seus domínios de porteiras fechadas indiferentes aos regulamentos e às ordens do Governo que viessem a contrariar seus interesses [...] Sempre, pois, atuando o Governo com uma noção inadequada do uso da força política para levar a bom termo a empresa administrativa de tão extenso território. (CASTRO, J., 1948, p. 295).

Em contraposição a esta situação ele exigia a atuação das elites dirigentes do país.

Para Josué de Castro:

Esta alarmante situação do país em matéria de alimentação para a qual contribuíram todas as forças vivas e todas as classes da nação, exige que as elites dirigentes – o governo, as classes intelectuais e as produtivas – encarem o problema alimentar em sua devida importância, reconhecendo a necessidade urgente de melhorar as condições alimentares do povo brasileiro, entrando a marcha da fome que cada vez mais alarga seus passos, ampliando as suas áreas de devastação e aprofundamento a sua ação maléfica nas primitivas áreas. (CASTRO, J., 1948, p. 303).

Para alcançar esse objetivo Josué de Castro indica a necessidade de estruturação de um “plano sistematizado de política alimentar”, que deveria ser realizado por “um órgão técnico-administrativo que unifique o problema preconizando medida articuladas num plano de largo alcance” (CASTRO, J., 1948, p. 303).

Portanto, para Josué de Castro, a superação da fome passaria por um Estado mais justo, dirigido por uma elite (política, intelectual e produtiva), que promovesse uma política alimentar através de preceitos técnico-administrativos. Através dessa política o Estado teria de resolver quatro problemas centrais: a “produção insuficiente” e a “circulação deficitária” de alimentos, os “maus hábitos alimentares” e o “limitado poder aquisitivo da população” (CASTRO, J., 1948, p. 299)

Esse entendimento levou Josué de Castro a seguir uma carreira política que tem início antes mesmo da publicação de “Geografia da Fome”. Desde o momento em que se formou em

medicina é possível identificar uma atuação de Josué de Castro no âmbito da política. Vejamos rapidamente alguns aspectos dessa carreira política, pois ela exerce uma forte influência em seus últimos trabalhos publicados.

Já nos primeiros anos da década de 1930, no período em que viveu em Recife, foi “contratado, no governo interventor de Carlos de Lima Cavalcanti, para a chefia de saúde da polícia militar” (MELO; NEVES, 2007, p. 30). Em seguida, junto ao diretor de Saúde de Pernambuco, consegue os recursos para realizar o inquérito “As condições de vida das classes operárias do Recife”, utilizado como referência, “sob as ordens de Agamenon Magalhães, ministro do Trabalho [do Governo Vargas], para a determinação do salário mínimo” (MELO; NEVES, 2007, p. 30) que foi regulamentado em 1936 e passou a vigorar em 1940.

De volta ao Rio de Janeiro, em 1939 é encarregado pelo Governo Federal para elaborar o plano de fundação do “Serviço Central de Alimentação”, transformado em “Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS)”, onde permanece até 1941. Em 1943 “idealiza e é designado diretor do Serviço Técnico de Alimentação Nacional (STAN) da Coordenação de Mobilização Econômica, criado a partir do contexto da II Guerra Mundial.” (MELO; NEVES, 2007, p. 280). Dois anos depois, em 1945, o “STAN é substituído pela Comissão Nacional de Alimentação (CNA), que Josué de Castro passa também a dirigir até 1954” (MELO; NEVES, 2007, p. 280).

Todos esses trabalhos realizados por Josué de Castro, antes mesmo de publicar “Geografia da Fome” apontam para o fato de que ele entendia ser possível superar os problemas da alimentação através de uma atuação dentro do Estado. Assim, não é estranho que em “Geografia da Fome” Josué de Castro indique em suas conclusões de que seria tarefa do Estado e das elites (políticas, intelectuais e produtivas) implementar políticas no sentido de superar o drama da fome.

Após a publicação de “Geografia da Fome” (1946) e “Geopolítica da Fome” (1951) sua atuação política ganha ainda mais visibilidade. Em 1947, apenas um ano após a publicação de “Geografia da Fome”, Josué de Castro participa como delegado brasileiro da “Conferência de alimentação e agricultura das Nações Unidas” convocada pela FAO (Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação), tornando-se também membro do “Comitê consultivo permanente de nutrição” dessa mesma organização. Em 1952, um ano depois da publicação de “Geopolítica da Fome”, é eleito Presidente do Conselho Executivo da FAO, cargo mais alto desta instituição.

Para Josué de Castro, a realização das possibilidades postas pelos avanços científicos dependia da política. Nesse sentido ele afirma que “o problema da vitória contra a fome ultrapassa os limites da capacidade dos homens de ciência e dos técnicos” (CASTRO, J., 1965a, p. 424). A superação da fome dependeria de uma política alimentar que conseguisse equilibrar a oferta e procura dos alimentos em escala mundial²⁸.

Essa compreensão de que a fome pode ser superada através do controle da oferta e procura de alimentos já estava presente em “Geografia da Fome”. Neste livro ele afirma que, para que o Brasil conseguisse superar o problema da fome, seria necessário garantir o:

[...] controle e orientação da produção total, tendo como primeira etapa a satisfação das necessidades alimentares mínimas de nosso povo, como segunda etapa, a satisfação de suas necessidades ótimas e como terceira etapa, a exportação de substâncias alimentares para cooperação com a política internacional de alimentação [...] (CASTRO, J., 1948, p. 305)

A leitura é a de que os países “marginais” deveriam, através do progresso econômico, se integrar a comunidade econômica mundial, superando assim o que ele chamava de

²⁸ “A verdade é que não basta produzir alimentos lançando mãos de todas as técnicas disponíveis; é preciso que esses alimentos possam ser adquiridos e consumidos pelos grupos humanos que deles necessitam, isso porque, se não se proceder à adequada distribuição e expansão dos correspondentes níveis de consumo, logo se formarão os excedentes agrícolas, criando-se o grave problema da superprodução ao lado do subconsumo. Daí, a necessidade de que a política de alimentação cuide tanto da produção quanto da distribuição adequada dos produtos alimentares, e daí a necessidade de que esta política seja planejada em escala mundial.” (CASTRO, J., 1965a, p. 424)

“economia colonial”. Não foi fortuito, portanto, que nos anos seguintes Josué de Castro adotasse uma postura muito próxima do desenvolvimentismo.

Em 1954, Josué de Castro é eleito Deputado Federal por Pernambuco, cargo para o qual é reeleito em 1958 (sempre pelo PTB – Partido Trabalhista Brasileiro) no qual permanece até 1962, quando se torna embaixador-chefe da Delegação do Brasil junto à ONU. Trata-se de um período em que a política brasileira (e mundial) está imersa em uma ideologia desenvolvimentista. Mesmo não adotando um conceito de desenvolvimento idêntico ao que se colocava no plano político Josué de Castro passa a identificar a fome com o subdesenvolvimento.

Estando imerso na política de Estado, é compreensível que Josué de Castro traga esse conceito para seus trabalhos científicos. Em 1954, em um discurso pronunciado no Conselho Mundial da Paz em Estocolmo, intitulado “Aos pobres pertence o reino da terra”, Josué de Castro afirma:

É absolutamente necessário terminar com esta tremenda desigualdade social. Infelizmente cada vez mais se alarga o fosso que separa os países ricos e os países pobres, os países chamados bem desenvolvidos, industrial e tecnicamente e os países que se chamam subdesenvolvidos. (CASTRO, J., 1965b, p. 224/5)

Para ele era indispensável “desenvolver de maneira adequada as regiões subdesenvolvidas do mundo”, através de um “auxílio internacional para promover os investimentos indispensáveis ao seu progresso econômico” (CASTRO, J., 1965b, p. 226).

A utilização do par conceitual desenvolvimento/subdesenvolvimento tem sua expressão mais clara em 1957, quando Josué de Castro publica “O Livro Negro da Fome”.

Neste livro ele afirma categoricamente que:

[...] fome e subdesenvolvimento são uma coisa só, não havendo outro caminho para lutar contra a fome, senão o da emancipação econômica e da elevação dos níveis de produtividade das massas de famintos, que constituem cerca de dois terços da população mundial (CASTRO, J., 1966b, p. 1).

Sua carreira política é interrompida com o golpe militar de 1º de abril de 1964: Josué de Castro tem seus direitos políticos cassados e é obrigado a permanecer no exílio em Paris. Essa experiência, juntamente com a constatação de que todas as tentativas institucionais de combate à fome vinham fracassando²⁹, faz com que ele se desaponte com o debate acerca do desenvolvimento e passe a adotar outro ponto de vista sobre esse conceito. Em 1971, em uma de suas últimas publicações, intitulada “A Estratégia do Desenvolvimento”, Josué de Castro afirma: “Tornou-se, pois um lugar-comum falar-se do enorme fosso que separa os países ricos e industriais das nações pobres e subdesenvolvidas.” (CASTRO, J., 1971, p. 9)

Nesse momento ele passa a abordar o conceito de desenvolvimento de maneira distinta, tirando o peso do econômico e colocando acento no plano da política:

Não se pode negar que a crise do Terceiro Mundo e o seu terrível atraso econômico é antes de tudo o resultado de uma falsa atitude de não querer reconhecer que o verdadeiro desenvolvimento é um fenômeno essencialmente político. A própria noção de desenvolvimento implica sempre em uma certa concepção de homem e da sociedade e desabrocha, pois inevitavelmente numa ação política. (CASTRO, J., 1971, p. 10/1)

E conclui afirmando que: “O maior de todos estes erros foi o de se conceber em toda a parte um processo de desenvolvimento semelhante ao desenvolvimento dos países ricos do Ocidente.” (CASTRO, J., 1971, p. 12)

Josué de Castro morre em 1973 ainda no exílio imposto pelos militares, sem ter seus pedidos de retorno ao Brasil aceito pelo Governo Militar. Seus últimos escritos contêm, certamente, o desapontamento com o rumo das políticas alimentares brasileiras e mundiais que não lograram a superação do drama da fome como ele esperava. Assim, o fim de sua obra pode ser entendido como uma reflexão sobre os próprios limites de seu entendimento sobre o fenômeno da fome e de sua atuação política.

²⁹ Josué de Castro reconhece claramente o fracasso da FAO em promover uma política alimentar em âmbito mundial.

A tentativa aqui foi colocar lado a lado dois movimentos distintos. De um lado, o movimento do pensamento de Josué de Castro, que fazia parte de um pensamento geográfico que se constituía no Brasil sobre influência da Geografia Humana de tradição francesa, mas que ao mesmo tempo, mesmo que inconscientemente, anuncia seus limites.

De outro lado, apresentamos a reflexão de Amélia Luisa Damiani, que propõe uma interpretação atenta dessa Geografia Humana e revela como seus limites não são estritamente metodológicos, mas limites de fundamento da sociedade que se desenvolvia; limites que ainda são os nossos.

Nesse mesmo artigo, Amélia Luisa Damiani indica também que a “geografia passa a absorver a crítica da economia política” para compreender uma particularidade dos tempos modernos: “a atividade humana, no capitalismo, concebida como trabalho, sugeria a metamorfose do trabalho útil, concreto, que, sem deixar de sê-lo, se realizaria como trabalho abstrato.” (DAMIANI, 2005, p. 65/6). O que isso significaria? Que “nesse momento, o atributo do homem, o trabalho, se colocaria, ao mesmo tempo, como realização do ser humano e como perda de sua humanidade, como negação do homem.” (DAMIANI, 2005, p. 66).

É neste sentido, que para ela se desenvolve uma geografia contemporânea (que atualiza inclusive a Geografia Crítica) cuja relação com a prática já não é, necessariamente, através do Estado. Trata-se de uma Geografia não estatista, que questiona a economia e o Estado, que generaliza “a crítica ao processo de desumanização, inerente às ações econômicas e estatistas”. (DAMIANI, 2005, p. 60).

Teoricamente essa Geografia inclui a dialética, em um movimento de superação da lógica formal, insuficiente para explicar uma realidade repleta de contradições. Ela inclusive aponta para um novo objeto, o espaço geográfico:

Se o meio, humanizado, seria a tradução da humanidade do homem e da natureza humanizada; o espaço geográfico seria a contradição entre o

homem e a natureza; o embate entre os homens, o domínio da natureza não coincidindo com a apropriação da natureza. (DAMIANI, 2005, p. 66)

É dentro desse movimento de superação que pretendemos apresentar uma nova interpretação da alimentação, de seus processos de deterioração e da fome. Essa superação não descarta as conquistas obtidas por uma Geografia tradicional, mas busca colocar seus limites e avançar para além deles.

4. A alimentação e a reprodução social capitalista

Neste capítulo tentaremos caminhar em direção à geografia contemporânea a qual nos referimos no capítulo anterior, apresentada no artigo de Amélia Luisa Damiani, que generaliza a crítica ao processo de desumanização inerente às ações econômicas e estatistas.

Esse caminho mostrará os limites do pensamento e da ação política de Josué de Castro (mas não somente dele), que admitia o Estado como “forma civilizatória”, portanto, como elemento fundamental na busca por um equilíbrio entre os interesses individuais e o interesse coletivo, que se traduziria em uma relação também equilibrada entre homem e meio.

De algum modo, o paradigma do planejamento, como instrumento de ação do Estado, pode ser identificado desde os primeiros trabalhos de Josué de Castro. Tentaremos questionar esse paradigma a partir do ponto de vista da crítica da economia política, considerando especialmente os problemas da alimentação e a fome. Na sequência, tomaremos o conceito de necessidade, como fio condutor de uma possibilidade de problematização da fome e da miséria na alimentação que considere a crítica da economia política³⁰.

A hipótese que se coloca é a de que a fome e a miséria na alimentação sejam produtos das contradições da reprodução social capitalista. Assim, somente através de uma análise que considere a crítica da economia política seria possível desvendar seus conteúdos.

O centro da crítica de Josué de Castro está na noção de desequilíbrio. Para ele, são as diversas formas de desequilíbrio, derivadas de processos entendidos como irracionais, que explicam a existência da fome. Como vimos no capítulo anterior, Josué de Castro entende que

³⁰ Devo muitas dessas reflexões ao curso de Planejamento, ministrado pelo Prof. Anselmo Alfredo, realizado no segundo semestre de 2007, o qual acompanhei na condição de bolsista/monitor do Programa de Aperfeiçoamento de Ensino (PAE).

é papel do Estado agir, através do planejamento³¹, para garantir ou restabelecer o equilíbrio e a racionalidade da relação entre o homem e o meio, e assim superar a fome.

É possível identificar nesse argumento uma espécie de naturalização do Estado e da economia capitalista, no sentido de que não se pensa para além deles, para além do que está posto. Em outras palavras, tanto o Estado como a economia capitalista, são entendidos como pressupostos da análise e por isso não são problematizados. A crítica não chega aos fundamentos da reprodução da sociedade e em geral resulta numa abordagem cada vez mais pragmática que reproduz a própria lógica do mundo capitalista. A tecnocracia faz parecer que o bom funcionamento do Estado depende da inteligência (e porque não dizer também da ética?) dos próprios tecnocratas. Assim, o planejamento se configura como uma tentativa de impor uma racionalidade a um mundo regido por uma economia inerentemente irracional.

Outro elemento importante a ser considerado é a maneira como o pensamento tecnocrático parece supor uma autonomia entre o Estado e a economia capitalista, ou até mesmo uma predominância do político frente ao econômico. É por isso que o Estado aparece como um agente regulador da economia, que poderia lhe impor uma racionalidade através do planejamento.

A crítica da economia política vem tentando revelar como esse pensamento é insuficiente por não considerar as contradições inerentes à reprodução social capitalista. Ao invés de buscar a racionalidade deste mundo, Karl Marx tentou construir um pensamento que explicasse suas irracionalidades e que, portanto, considerasse de maneira mais profunda suas contradições. Trata-se de entender que vivemos em um mundo repleto de contradições.

Deste modo, em contraposição a uma teoria fundada na noção de equilíbrio estabelece-se uma teoria cujo fundamento é o entendimento da crise. Não se trata mais de buscar um caminho que restabeleça o equilíbrio, mas de revelar como sob o capitalismo esse

31 Em sua obra o que denominamos aqui como planejamento aparece sob diversas denominações, como por exemplo: “plano sistematizado de política alimentar”.

equilíbrio é apenas ocasional e passageiro. O entendimento é de que a reprodução do capital é inerentemente contraditória e crítica. Esse raciocínio aponta para o fato de vivermos apenas uma ilusão de racionalidade e, portanto, de estarmos submetidos a um enorme processo de alienação.

A partir dessa perspectiva o Estado passa a ser entendido de outra maneira. A tentativa é a de expor como o Estado atua no sentido de garantir a reprodução do capital. Como essa reprodução é inerentemente contraditória, o Estado não pode resolver suas contradições, mas somente administrá-las.

Tomemos uma das contradições centrais da reprodução capitalista: o fato de que nela a produção de riqueza é simultaneamente a produção de miséria, pois a produção de mais-valor está assentada na exploração cada vez maior da classe trabalhadora. Isso significa, em outras palavras, que quanto mais riqueza a classe trabalhadora produz, mais pobre ela fica e que o Estado não pode resolver essa contradição, pois ela é o fundamento da acumulação capitalista. No máximo, o Estado pode tentar controlá-la, para que ela não comprometa a própria reprodução do capital, pois a produção de miséria pode se tornar um entrave para a acumulação capitalista. É preciso organizar a exploração para que ela não exceda determinados limites e possa continuar se realizando. Há, além disso, a própria pressão daqueles que estão em condições miseráveis; pressão esta que também deve ser controlada, dominada.

Esse controle e administração da miséria, realizado de maneira geral pelo Estado em benefício da economia capitalista, pode ser claramente identificado nas políticas ligadas ao combate à fome. Uma maneira interessante de revelar essa administração é através de uma

interpretação crítica das atuais políticas que buscam promover a segurança alimentar³² em âmbito nacional e internacional.

4.1 A segurança alimentar como administração da fome

O conceito de “segurança alimentar” tem tomado cada vez mais espaço nos debates acerca da alimentação sendo imprescindível analisá-lo criticamente. Segundo um estudo publicado pela UNICEF (organizado por Maxwell e Frankenberger³³), existem mais de 30 definições de segurança alimentar, sendo impossível identificar qual foi a primeira ou qual seria a mais correta entre elas.

De todo modo, esse estudo aponta para a possibilidade de traçar um percurso que se inicia em 1943, na Conferência de Hot Springs, convocada pelo então presidente dos EUA Franklin Roosevelt, e vai até as atuais definições de “segurança alimentar”. Esse percurso revela, de algum modo, como a Organização das Nações Unidas (ONU) teve um papel central, principalmente através da FAO (Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação), para a constituição desse conceito.

A origem da FAO remete justamente à Conferência de Hot Springs. Segundo Flávio Diniz Ribeiro, essa Conferência constitui um dos momentos em que se configura a idéia de desenvolvimento econômico. Para ele:

Além de grupos de estudo e de trabalho organizados em instituições acadêmicas e em agências de governo e que contaram com a participação decisiva de destacados economistas, é preciso incluir também na análise algumas ações propriamente governamentais - tanto em nível nacional como internacional -, bem como alguns organismos internacionais criados à época que tiveram participação importantíssima na configuração moderna da idéia de desenvolvimento econômico [...] Em 1943, quando a guerra começa a redefinir seus rumos em favor dos Aliados, Roosevelt é levado a convocar a Hot Springs Conference on Food and Agriculture Organization (FAO). Em

32 No primeiro capítulo expusemos como o conceito de “insegurança alimentar” se colocava como uma espécie de esvaziamento do conceito de fome. Agora tornaremos esse raciocínio mais explícito.

³³ Maxwell, S., and T. Frankenberger. Household food security concepts, indicators, and measurements. New York: UNICEF, 1992.

1944, a conferência de Bretton Woods cria o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial [...] (RIBEIRO, 2001, p. 138/9).

Assim, deve-se considerar o fato de que a FAO é criada no mesmo contexto de outras instituições internacionais (FMI e Banco Mundial notadamente) que buscavam se estabelecer como órgãos de regulação do capitalismo em âmbito mundial. A fome é entendida a partir de uma perspectiva desenvolvimentista³⁴. Sob essa perspectiva, a fome é apresentada simultaneamente como sintoma e causa do subdesenvolvimento e sua superação só parece ser possível através do desenvolvimento econômico. Tal perspectiva está em consonância com a visão tecnocrática apresentada acima, pois entende que o Estado pode regular a economia e estabelecer políticas que promovam o desenvolvimento econômico, o que se refletiria, entre outras coisas, na superação da fome.

É nesse contexto que em 1945, em uma Conferência realizada em Quebec, a FAO passa ser uma agência especializada da ONU. Ao mesmo tempo, no que se refere à ONU, em 1948 é formulada a “Declaração Universal dos Direitos Humanos”, que em seu 25º artigo faz uma referência clara ao estabelecimento da alimentação como um dos direitos do homem:

Toda a pessoa tem direito a um nível de vida suficiente para lhe assegurar e à sua família a saúde e o bem-estar, principalmente quanto à alimentação, ao vestuário, ao alojamento, à assistência médica e ainda quanto aos serviços sociais necessários, e tem direito à segurança no desemprego, na doença, na invalidez, na viuvez, na velhice ou noutros casos de perda de meios de subsistência por circunstâncias independentes da sua vontade. (ONU, 1948)

O estabelecimento da alimentação como um “direito humano” é um marco importante. Enquanto um direito formal, o direito humano à alimentação não será suficiente para superar o drama da fome (como as décadas que seguiram a Declaração comprovam), mas, por outro

³⁴ Como vimos, essa perspectiva esteve presente na própria obra de Josué de Castro, que após a publicação de Geografia e Geopolítica da Fome tornou-se Presidente do Conselho da FAO (de 1952 até 1956). Segundo Susan George: “A palavra ‘desenvolvimento’ será encontrada seja no título ou na ideologia oficial de todas as diversas organizações que constituem a família ONU. Através do Grupo do Banco Mundial e das contribuições de seus próprios membros, a ONU controla a distribuição, a destinação geográfica e as finalidades de enormes verbas para o desenvolvimento, e são as equipes tecnocratas da ONU e do Banco Mundial que elaboram os programas e técnicas integradas, cujos ‘pacotes’ serão entregues aos países pobres. As publicações da ONU declaram que mais de 85% dos seus recursos humanos e financeiros são devotados ao desenvolvimento social e econômico.” (GEORGE, 1978, p. 201)

lado, seu entendimento é imprescindível para a compreensão de diversas políticas públicas voltadas para a alimentação.

Os direitos formais, por estarem completamente inseridos na lógica econômica existente, por não tocarem nos fundamentos da reprodução contraditória de nossa sociedade, são estratégicos para o controle e dominação das reivindicações, pois as coloca dentro da lógica estabelecida.

É nesta mesma perspectiva, que em 1974, durante a Conferência Mundial da FAO realizada em Roma, elabora-se uma declaração voltada exclusivamente para a alimentação. Trata-se da “Declaração Universal sobre a Erradicação da Fome e Desnutrição”, na qual se afirma que “todo homem, mulher e criança tem o direito inalienável de estar livre da fome e da subnutrição a fim de desenvolverem-se plenamente e manter suas faculdades físicas e mentais.” (FAO, 1974)

Susan George, em seu livro “O mercado da fome”, aponta para o papel exercido por empresas multinacionais dentro da FAO, em especial nessa Conferência, que foi realizada em um momento marcado por uma crise alimentar em escala mundial:

Enquanto isto, de volta ao ICP [Programa Cooperativo da Indústria - departamento da FAO] as corporações já estão dentro do sistema das Nações Unidas. Pela primeira vez na história, representantes da indústria participaram numa conferência da ONU (Alimentos Mundiais), não como observadores (o status dado a todas as outras organizações não governamentais), mas como delegados (status dado às organizações internacionais e aos governos. (GEORGE, 1978, p. 206)

Para essa autora, o papel das empresas multinacionais era garantir que a FAO adotasse políticas que estivessem em consonância com a “Revolução Verde”. Essa “revolução” estava baseada no aumento de produtividade através da utilização de diferentes tecnologias (desde avanços no campo da genética que modifica sementes até no campo da mecânica que permite a produção de um maquinário cada vez mais eficiente). O discurso era o de que a fome era causada pela baixa produtividade e que as empresas multinacionais do ramo agroindustrial poderiam fornecer a tecnologia necessária para aumentar a produtividade.

Os limites da “Revolução Verde” já foram amplamente debatidos e sabe-se hoje que esta política resultou na consolidação de um modelo altamente concentrador (de terras e capital), que causou fortes impactos sociais e ambientais e escancarou o caráter meramente ideológico de seu discurso no combate à fome.

Nos anos seguintes, a segurança alimentar passa a fazer parte da pauta do próprio Banco Mundial. O fato de o Banco Mundial adotar esse conceito em diversas de suas publicações demonstra essa difusão. Além disso, há uma mudança no sentido da discussão: enquanto na década de 1970 o debate sobre segurança alimentar centrava sua análise na produtividade, na produção e nos estoques nacionais, na década de 1980 esse debate passa a ser realizado a partir da questão da renda individual ou familiar daqueles que passam fome (MAXWELL E FRANKENBERGER, 1992, p. 136).

De todo modo, o entendimento da segurança alimentar construído por essas instituições está sempre fundamentado na relação entre a oferta e a procura de alimentos. Não importa se o acento está na produção (oferta) ou na renda (demanda solvente); de todo modo prevalece o entendimento de que a insegurança alimentar é provocada por um desequilíbrio na oferta ou na procura, que se manifesta na ausência de estoques alimentares ou na renda insuficiente de parte da população para adquirir os alimentos. O discurso e as ações tomadas por essas instituições tentam fazer crer que seja possível organizar e equilibrar essa relação entre a oferta e a procura de alimentos e que somente assim pode-se garantir a segurança alimentar de todos.

Conclui-se, portanto, que se o estabelecimento de direitos formais não são suficientes para a superação das contradições fundantes de nossa sociedade, por outro lado eles são extremamente potentes e precipitam toda uma série de políticas e negócios.

Uma política brasileira de segurança alimentar aparece tardiamente e com grande influência dos conceitos desenvolvidos pela FAO e pelo Banco Mundial. Na década de 1990, durante o governo de Itamar Franco é criado o Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA), que tem como objetivo “definir e implementar as políticas governamentais de segurança alimentar” (MATTEI, WRIGHT E BRANCO, 1997, p. 85), e em 1994 é realizada a Primeira Conferencia Nacional de Segurança Alimentar.

Durante o governo Fernando Henrique Cardoso (1995 – 2002) o CONSEA é desativado o que não significou, no entanto, que o conceito fosse completamente abandonado. Nesse período destaca-se a participação do Brasil na Cúpula Mundial da Alimentação, realizada pela FAO em 1996, para a qual leva um documento (redigido por um grupo de trabalho composto por representantes dos ministérios e da sociedade civil) em que sistematiza a seguinte definição de segurança alimentar:

Segurança Alimentar e nutricional significa garantir a todos acesso a alimentos básicos de qualidade, em quantidade suficiente, de modo permanente e sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, com base em práticas alimentares saudáveis. Contribuindo assim, para uma existência digna em um contexto de desenvolvimento integral da pessoa humana. (INSTITUTO CIDADANIA, 2001, p.13)

Essa definição torna-se uma referência para o Projeto Fome Zero, publicado em 2001 pelo Instituto Cidadania³⁵, que serviu como base para a realização do Programa Fome Zero, implementado em 2003, no primeiro ano de mandato do primeiro governo de Luiz Inácio Lula da Silva. No projeto temos a seguinte definição de segurança alimentar:

Segurança Alimentar e Nutricional é a garantia do direito de todos ao acesso a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente e de modo permanente, com base em práticas alimentares saudáveis e sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais e nem o sistema alimentar futuro, devendo se realizar em bases sustentáveis. Todo país deve ser soberano para assegurar sua segurança alimentar, respeitando as características culturais de cada povo, manifestadas no ato de se alimentar. É responsabilidade dos Estados Nacionais assegurarem este direito e devem fazê-lo em obrigatória articulação com a sociedade civil, cada parte cumprindo suas atribuições específicas. (INSTITUTO CIDADANIA, 2001, p.15)

³⁵ Constam como coordenadores gerais deste projeto Luiz Inácio Lula da Silva e José Alberto de Camargo; e como coordenadores técnicos José Graziano da Silva, Walter Belik e Maya Takagi.

É interessante ressaltar que nesta definição aparece um elemento novo - a saber: a soberania -, pois o entendimento é de que um país só é soberano na medida em que consegue produzir internamente todos os alimentos necessários para garantir a segurança alimentar de sua população.

Não faremos aqui uma interpretação mais aprofundada do Programa Fome Zero, mas é possível identificar através dele como o Estado brasileiro busca administrar, e não superar, as contradições impostas pela economia capitalista. O primeiro elemento a ser destacado é o fato deste Programa ser basicamente um programa de re-distribuição de renda. Dados do orçamento de 2006 do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) confirmam isso: o orçamento total do Programa Fome Zero foi de R\$ 11,7 bilhões, sendo que destes, R\$ 8,3 bilhões estavam orçados para o “Bolsa Família”³⁶, o que significa aproximadamente 75% de todo orçamento. Enquanto isso o valor total investido na implementação de Restaurantes Populares (outra ação que faz parte do Programa Fome Zero) entre 2004 e 2006 foi R\$ 50 milhões.³⁷

Este programa, ao eleger um projeto de re-distribuição de renda como seu carro-chefe pode ser caracterizado como um programa de caráter eminentemente redistributivo. Além do

³⁶ O “Bolsa Família” é um Programa em que as famílias contempladas recebem, todo mês, um valor em dinheiro para “complementar” o orçamento familiar. “O benefício básico é concedido às famílias em situação de extrema pobreza. O valor deste benefício é de R\$ 62,00 mensais, independentemente da composição e do número de membros do grupo familiar. Já o variável é concedido no valor mínimo de R\$ 20,00 e beneficia famílias pobres e extremamente pobres que tenham, sob sua responsabilidade, crianças e adolescentes na faixa de 0 a 15 anos, até o teto de 3 benefícios por família, ou seja, R\$ 60,00. O benefício variável para jovem é concedido às famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, que possuam, em sua composição familiar, adolescentes de 16 e 17 anos matriculados na escola. Cada benefício concedido tem o valor de R\$ 30,00, podendo ser acumulados até dois benefícios por família, no total de R\$ 60,00. [...] As famílias em situação de extrema pobreza podem acumular o benefício básico, o variável e o variável para jovem até o máximo de R\$ 182,00 por mês.” Disponível em:

<http://www.caixa.gov.br/Voce/Social/Transferencia/bolsa_familia/perguntas_frequentes.asp#a>. Acesso em 30/09/2008.

³⁷ Dados disponibilizados pelo Ministério do Desenvolvimento Social em sua página na internet: http://www.mds.gov.br/ascom/hot_site/balanco_mds/fomezero.htm (acesso em 26/09/2008). Vale ressaltar que o ano de 2006 foi o ano com maior orçamento voltado para o Programa Fome Zero durante o primeiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva. Esse é também o ano de sua campanha para a reeleição.

“Bolsa Família” outras ações também fazem parte do Programa Fome Zero, tais como a criação e implementação de Restaurantes Populares, Bancos de Alimentos, hortas urbanas, entre outras. Porém, como vimos acima, o volume de recursos destinados ao Bolsa Família é significativamente superior.

Assim não há como não interpretar o Programa Fome Zero como uma política distributiva. O problema, é que as políticas desse tipo querem nos fazer crer que é possível autonomizar um dos momentos da circulação capitalista, neste caso o momento da distribuição, como se fosse possível pensá-la separadamente da produção.

Para Karl Marx, a circulação do capital é composta por momentos distintos, mas que estão indissociavelmente ligados. Produção, distribuição, troca e consumo não podem ser entendidos isoladamente. Mais do que isso, ele aponta para o predomínio da produção. Segundo ele:

A conclusão a que chegamos não é de que a produção, a distribuição, a troca e o consumo são idênticos; concluímos, sim, que cada um deles é um elemento de um todo, e representa diversidade no seio da unidade. Visto que se determina contraditoriamente a si própria, a produção predomina não apenas sobre o setor produtivo, mas também sobre os demais elementos; é a partir dela que o processo sempre se reinicia. É evidente que nem a troca nem o consumo podiam ser os elementos predominantes. O mesmo se verifica em relação à distribuição tomada como distribuição dos produtos; e se a tomarmos como distribuição dos agentes de produção, ela é um momento da produção. Por conseguinte, uma dada produção determina um dado consumo, uma dada distribuição e uma dada troca; determina ainda as relações recíprocas e bem determinadas entre esses diversos elementos. (MARX, 2003, p. 49)

O que queremos colocar, a partir dessa passagem, é a impossibilidade de pensarmos uma distribuição “justa” sob o capitalismo, pois a produção capitalista de mercadorias está assentada na exploração, na produção de miséria, como já anunciamos acima.

Como entendemos então o Programa Fome Zero? Entendemos que ele se configura como uma tentativa de administração da miséria, de administração da fome, pois por um lado, através de suas ações, chega a aliviar em alguma medida a miséria de muitos brasileiros,

cumprindo uma função importante para a reprodução do capital, mas por outro, não chega sequer perto dos fundamentos responsáveis pela existência da fome hoje.

Quando o Estado promove políticas de distribuição de renda (ou mesmo de mercadorias) ele está administrando a crise. E ao administrar as crises ele está tentando articular interesses, está tentando esconder as contradições centrais da reprodução capitalista.

O sentido da exposição dessas diversas definições de segurança alimentar foi o de demonstrar seu limite explicativo. É importante entender esse limite, pois as políticas públicas realizadas nos últimos anos estão, de maneira geral, fundamentada sobre esse entendimento. Trata-se de uma problematização que não supera uma busca pelo equilíbrio entre a oferta e a demanda de alimentos e que entende que o Estado é responsável na busca por esse equilíbrio.

Como não chega às contradições inerentes à produção de mercadorias não consegue entender que a busca por um equilíbrio entre oferta e demanda e/ou a intenção de transformar os alimentos em um direito (assumindo um estatuto diferente das demais mercadorias) não são possíveis.

Vejamos agora outra possibilidade de interpretação da alimentação e da fome que considera a crítica da economia política.

4.2 O entendimento da alimentação e da fome a partir de uma teoria das necessidades

A intenção, nesse momento, é mostrar como a superação da fome e da miséria na alimentação só pode ser concebida através de um pensamento extra-econômico, ou seja, que está para além dos imperativos econômicos. Para isso tomaremos o conceito de necessidade, que segundo Agnes Heller, tem um papel fundamental na obra de Karl Marx.

O alimento pode ser entendido como o objeto de uma necessidade específica: a necessidade de se alimentar. Nos “Manuscritos Econômico-Filosóficos” Marx trata diretamente dessa necessidade. Segundo ele:

A fome é uma carência natural; ela necessita, por conseguinte, de uma natureza fora de si, de um objeto fora de si, para se satisfazer, para se saciar. A fome é a carência confessada de meu corpo por um objeto existente fora dele, indispensável à sua integração e externalização essencial. (MARX, 2004, p. 127)³⁸

Advertimos, no início desse trabalho, para o fato de não podermos considerar a alimentação como uma necessidade natural. Esse entendimento também está presente na obra de Marx, na medida em que ele revela como os modos de satisfação das necessidades naturais, fazem delas mesmas necessidades sociais, pois a própria natureza só existe para o homem através da ação da sociedade (HELLER, 1983, p. 31)³⁹. Do mesmo modo, a alimentação enquanto necessidade não tem como objeto apenas o alimento em si, mas também as relações sociais que envolvem esse ato.

Essas considerações são importantes, pois através delas buscamos trazer os fundamentos de uma crítica que reivindica não somente a sobrevivência, mas também a vida. Em outra passagem dos “Manuscritos Econômico-Filosóficos” Marx revela como para o faminto não existe a “forma humana da comida, mas somente sua existência abstrata como alimento”, porém nessa condição “não há como dizer em que esta atividade de se alimentar se distingue da atividade *animal* de alimentar-se” (MARX, 2004, p. 110). Assim, todo

³⁸ Sobre essa relação entre a necessidade e seu objeto, Agnes Heller afirma que: “A necessidade do homem e o objeto da necessidade estão em correlação: a necessidade se refere em todo momento a algum objeto material ou a uma atividade concreta. Os objetos ‘fazem existir’ as necessidades e inversamente as necessidades aos objetos. A necessidade e seu objeto são momentos, lados de um mesmo conjunto. [...] Naturalmente, por objeto da necessidade não há que se entender somente a objetualidade coisal. O mundo em sua totalidade constitui um mundo objetivo, toda relação social, todo produto social é objetivação do homem.” (HELLER, 1986, p. 44).

³⁹ “Por conseguinte, as necessidades necessárias para a manutenção do homem como ser natural são também sociais (é conhecida a afirmação dos Grundrisse que sustenta que a fome que se satisfaz com garfo e faca é distinta da satisfação com carne crua): os modos de satisfação tornam social a necessidade.” (HELLER, 1986, p. 31)

entendimento de que a fome possa ser superada sem a consideração da “forma humana da comida” é ideológico e reduz o homem a sua animalidade.

Não podemos, no entanto, destacar a alimentação de todas as outras necessidades. Trata-se de um processo geral, que leva o trabalhador à miséria de maneira avassaladora e atinge todos os momentos de sua vida⁴⁰. Para Marx, pode-se dizer que o homem retorna a um estágio anterior ao de sua própria animalidade.

Mesmo a carência de ar livre deixa de ser, para o trabalhador, carência; o homem retorna à caverna, que está agora, porém, infectada pelo mefítico [ar] pestilento da civilização, e que ele apenas habita muito *precariamente*, como um poder estranho que diariamente se lhe subtrai, do qual ele pode ser diariamente expulso se não pagar. Tem de *pagar* essa casa mortuária. A habitação-luz que Prometeu, em Ésquilo, denota como uma das maiores dádivas pelas quais ele fez do selvagem um homem, cessa de existir para o trabalhador. Luz, ar, etc., a mais elementar limpeza *animal* cessam de ser, para o homem, uma carência. A *imundície*, esta corrupção, apodrecimento do homem, o *fluxo de esgoto* (isto compreendido à risca) da civilização torna-se para ele seu *elemento vital*. O completo abandono não natural, a natureza apodrecida, tornam-se seu *elemento vital*. Nenhum de seus sentidos existe mais, não apenas em seu modo humano, mas também não num modo não humano, por isto mesmo sequer num modo animal. [...] [Isto quer dizer] não apenas que o homem deixa de ter quaisquer carências humanas⁴¹, [mas que] mesmo as carências *animais* desaparecem. O irlandês apenas conhece a carência de *comer* e efetivamente [conhece a necessidade] do *comer batatas* e, naturalmente, apenas *batatas Lumpers*, a pior espécie de batatas. Mas a Inglaterra e a França já têm, em cada cidade industrial, uma pequena Irlanda. O selvagem, o animal, ainda têm a carência da caça, do movimento, etc., da socialidade. (MARX, 2004, p. 140/1)

Pode-se perceber claramente na passagem acima que Karl Marx fundamenta suas críticas na realidade vivida pelos trabalhadores das primeiras cidades industriais que surgiam

⁴⁰ “Chega-se, por conseguinte, que o homem (o trabalhador) só se sente como [ser] livre e ativo em suas funções animais, comer, beber e procriar, quando muito ainda habitação, adornos, etc., e em suas funções humanas só [se sente] como animal. O animal se torna humano, e o humano, animal. Comer, beber e procriar etc., são também, é verdade, funções genuína[mente] humanas. Porém na abstração que as separa da esfera restante da atividade humana, e faz delas finalidades últimas e exclusivas, são [funções] animais.” (MARX, 2004, p. 83).

⁴¹ Na tradução aqui utilizada, Jesus Ranieri opta por diferenciar o conceito de *Bedurfnis* do conceito de *Notwendigkeit*. O primeiro ele traduz, de maneira geral, mas nem sempre como carência; já o segundo, do mesmo modo, aparece em geral como necessidade. Essa distinção é menos perceptível na tradução do livro de Agnes Heller para o espanhol. De todo modo, é importante que o leitor saiba da proximidade do significado dos dois conceitos (carência e necessidade) aqui utilizados.

no continente europeu. Além da crítica ao próprio processo de industrialização é possível identificar também um questionamento em direção ao conceito de civilização.

Para Marx, seria importante considerar inclusive, o fato de que a miséria vivida pelos trabalhadores é ainda mais degradante, na medida em que convive com a riqueza, com a possibilidade de outra vida. Neste sentido, para ele:

O selvagem na sua caverna [...] não se sente estranho, ou sente-se, antes como em casa. [...] Mas o porão dos pobres é uma habitação hostil, [...] que ele não pode considerar como seu lar. [...] Do mesmo modo, ele [o pobre] sabe a qualidade de sua habitação em oposição com a habitação humana residente *no outro lado*, no céu da riqueza. (MARX, 2004, p. 146/7)

Essa passagem revela um aspecto importante da maneira como Marx considera as necessidades. Elas não são eternas e imutáveis, mas constituídas e determinadas histórica e socialmente⁴². No caso acima, se pensarmos que se trata da necessidade de abrigo (moradia), vemos que mesmo vivendo nas cavernas, o “selvagem” teria sua necessidade por moradia satisfeita, porém o mesmo não pode ser dito do “pobre”, que em meados do século XIX, tinha outro entendimento do que significa o morar.

Mas qual seria o fundamento desse processo que reduz os trabalhadores a mais miserável sobrevivência? Agnes Heller afirma que Marx desenvolve o raciocínio que aponta para uma inversão crucial: sob o capitalismo o trabalhador existe para a valorização do capital, em vez da riqueza material existir para as necessidades de desenvolvimento do trabalhador (HELLER, 1986, p.22).

Para Marx, a redução das necessidades do trabalhador “à mais necessária e mais miserável subsistência da vida física”, fruto do modo como o economista político (e, por consequência, o capitalista) “calcula a vida (existência) mais escassa possível como norma”, “faz do trabalhador um ser insensível e sem carências” (MARX, 2004, p. 141).

⁴² “[...] Marx insiste mais de uma vez na historicidade destas necessidades, em sua dependência da tradição, do grau de cultura, etc. [...]” (HELLER, 1986, p. 22).

Segundo Agnes Heller, o conceito de necessidade foi um conceito “decisivo” para a economia política clássica, para a qual “a análise e a crítica da necessidade têm lugar desde um ponto de vista do capitalismo” (HELLER, 1986. P. 24). Essa análise, segundo a autora, era por isso puramente econômica:

[...] o valor econômico constitui o valor único, o máximo, que não pode ser transcendido desde nenhum outro ponto de vista. As necessidades do trabalhador aparecem como limites da riqueza e são analisadas como tais. Mas, ao mesmo tempo, a necessidade que se manifesta em forma de demanda solvente é uma força motriz e um meio de desenvolvimento industrial. (HELLER, 1986, p. 24)

Essa concepção que a economia política tem das necessidades é imprescindível para que possamos compreender como elas são entendidas a partir do ponto de vista do capital. Como a citação acima revela, as necessidades são reduzidas às necessidades econômicas, na medida em que são entendidas apenas como um custo de produção, pois há um custo para a manutenção e reprodução da força de trabalho expresso através das satisfações das necessidades dos trabalhadores, ou como uma demanda solvente, porque os trabalhadores devem satisfazer suas necessidades através do mercado, o que significa que os objetos de suas necessidades tornam-se mercadorias.

Para Agnes Heller, Marx rechaça essa concepção puramente econômica das necessidades, pois:

Na opinião de Marx, a redução do conceito de necessidade à necessidade econômica constitui uma expressão da alienação (capitalista) das necessidades, em uma sociedade na qual o fim da produção não é a satisfação das necessidades, senão a valorização do capital, na qual o sistema de necessidades está baseado na divisão social do trabalho e a necessidade só aparece no mercado, sob a forma de demanda solvente. (HELLER, 1986, p. 25)

Essa alienação capitalista das necessidades, se expressa em uma enorme inversão entre meios e fins. O homem se torna meio; o uso e o valor de uso se tornam meios; a comunidade e a sociedade se tornam meios; as necessidades se tornam meio; e o único fim é a valorização do capital. Para a economia política as necessidades do trabalhador são “apenas a necessidade

de conservá-lo durante o trabalho, a fim de que a raça dos trabalhadores não desapareça” (MARX, 2004, p. 92).

A crítica a essa inversão, a essa alienação, só pode ser feita a partir de uma perspectiva extra-econômica, que considera o homem e suas necessidades para além dos imperativos da economia. Segundo Agnes Heller, para Marx, “[...] a este respeito, serve de critério valorativo o homem ‘rico em necessidades. A alienação das necessidades equivale à alienação dessa riqueza.” (HELLER, 1986, p. 49).

O homem “rico em necessidades”, que segundo Agnes Heller se coloca como um critério valorativo para Marx, “constitui uma *construção conscientemente filosófica* que não se remete a fatos empíricos” (HELLER, 1986, p. 49); trata-se, antes de tudo, de uma construção que “deve realizar-se no futuro” (HELLER, 1986, p.50). Essas considerações são importantes, pois a intenção não é realizar uma crítica passadista, que reclama a volta a um estágio anterior da história humana. Pelo contrário, reconhecem-se também os limites das sociedades pré-capitalistas.

Mas, se esta construção filosófica não se remete a fatos empíricos, isso não significa que ela se apresente como uma concepção filosófica pura. O esforço de Marx é mostrar como seria possível identificar no próprio homem e em suas necessidades a possibilidade de superação da alienação. Primeiramente ele nos mostra como o homem se apropria dos objetos através da relação humana que estabelece com eles:

Cada uma das suas [do homem] relações *humanas* com o mundo, ver, ouvir, cheirar, degustar, sentir, pensar, intuir, perceber, querer, ser ativo, amar, [...] são no seu comportamento *objetivo* ou no seu *comportamento para com o objeto* a apropriação do mesmo, a apropriação da efetividade humana; seu comportamento para com o objeto é o *acionamento da efetividade humana*; [...] *eficiência* humana e *sofrimento* humano, pois o sofrimento, humanamente apreendido, é uma autofruição do ser humano. (MARX, 2004, p. 108)

Nos “Manuscritos Econômico-Filosóficos” o sentido da exposição é revelar como o homem desenvolve sentidos diferentes daqueles dos animais, em suma, sentidos humanos. Para Marx, “compreende-se que o olho humano frui de forma diversa do que o olho rude, não humano [frui]; o ouvido humano diferentemente do ouvido rude, etc.” (MARX, 2004, p. 109). Assim, quanto mais o homem desenvolve seus sentidos, maior é sua fruição, maior é sua apropriação dos diversos objetos que o cerca. O homem é rico quando é rico em necessidades, quando tem necessidades ricas.

Porém, a apropriação humana não está direcionada apenas para coisas; “da mesma maneira, os sentidos e o espírito do outro homem se tornam minha própria apropriação” (MARX, 2004, p. 109). Isso significa que o outro homem passa a ser entendido como objeto de necessidade do homem. É neste sentido que Marx afirma que:

O homem *rico* é simultaneamente o homem *carente* de uma totalidade da manifestação humana de vida. O homem, no qual a sua efetivação própria existe como necessidade interior, como *falta*. [...] Ela é o elo passivo que deixa sentir ao homem a maior riqueza, o *outro* homem como necessidade. A dominação da essência objetiva em mim, a irrupção sensível da minha atividade essencial é a *paixão*, que com isto se torna a *atividade* da minha essência. (MARX, 2004, p. 112/3).

A maior riqueza para o homem é, portanto, o outro homem; esta é sua maior necessidade. Esse entendimento está apoiado no que Marx havia afirmado um ano antes na “Introdução à crítica da filosofia do direito de Hegel”, onde argumenta que:

A teoria é capaz de se apossar das massas ao demonstrar-se *ad hominem*, e demonstra-se *ad hominem*, logo que se torna radical. Ser radical é tomar as coisas pela raiz. Mas, para o homem, a raiz é o próprio homem. [...] [Essa teoria] termina, por conseguinte, com o *imperativo categórico de derrubar todas as condições* em que o homem surge como um ser humilhado, escravizado, abandonado, desprezível [...] (MARX, 2005, p. 151)

A tentativa de Marx é de des-inverter o raciocínio da economia política, que entende o homem como meio e não como fim. Marx quer revelar a alienação das necessidades, revelar

como a propriedade privada reduz todas as necessidades ao ter⁴³. “O lugar de todos os sentidos físicos e espirituais passou a ser ocupado, portanto, pelo simples estranhamento de todos esses sentidos, pelo sentido do ter.” (MARX, 2004, p.108) E, nesse sentido, conclui:

[...] assim, a supra-sunção positiva da propriedade privada, ou seja, a apropriação *sensível* da essência e da vida humanas, do ser humano objetivo, da *obra* humana para e pelo homem, não pode ser apreendida apenas no sentido da *fruição imediata*, unilateral, não somente no sentido da *posse*, no sentido do *ter*. O homem se apropria de sua essência omnilateral de uma maneira omnilateral, portanto como um homem total. (MARX, 2004, p. 108)

A realização desse homem total só é possível a partir da superação do capitalismo, pois exige a superação das contradições impostas pela reprodução capitalista. Assim, tal entendimento revela os limites de uma atuação que se quer fazer por dentro do Estado, sem romper com os fundamentos dessa economia inerentemente irracional e contraditória.

A crítica radical é aquela para qual o valor máximo é o homem, cuja raiz, como vimos, é o homem. Essa crítica não pode ser realizada dentro da lógica da mercadoria. Para Raoul Vaneigem: “Nada existe no universo das coisas, redutíveis a dinheiro ou não, que possa ser tratado como equivalente ao ser humano. O indivíduo é irredutível. Ele muda, mas não se troca.” (VANEIGEM, 2002, p. 122) E neste sentido conclui que “a vida não tem preço [...] que a vida se situa para além de qualquer estimativa de preço, [que] não pode ser comercializada.” (VANEIGEM, 2002, p. 150) É preciso, portanto, superar a lógica da equivalência que dá sustentação aos discursos de viabilidade econômica, de crescimento, de desenvolvimento econômico etc.

Henri Lefebvre nos ajuda a compreender como as necessidades, do ponto de vista do capital, são dominadas, funcionalizadas e, assim, servem à reprodução do capital. Para ele, “o fim, o objetivo, a legitimação dessa sociedade é a satisfação. Nossas necessidades conhecidas, estipuladas são ou serão satisfeitas.” (LEFEBVRE, 1991, p. 89) Mas porque elas serão

⁴³ “A propriedade privada nos fez tão cretinos e unilaterais que um objeto somente é o nosso [objeto] se o temos, portanto, quando existe para nós como capital ou é por nós imediatamente possuído, comido, bebido, trazido em nosso corpo, habitado por nós, etc., enfim, usado.” (MARX, 2004, p.108)

satisfeitas? Porque elas são rentáveis, porque elas se configuram como a demanda solvente necessária para a realização das mercadorias. Deste modo, as necessidades são funcionalizadas e estimuladas sempre novamente, mesmo que de maneiras um pouco diferentes, configurando um “consumo organizado”. Para ele, há um fetichismo da satisfação que consiste no fato de que para cada necessidade é oferecida um objeto, mas esta é uma “hipótese, de início, falsa, especificamente porque negligencia as necessidades sociais.” (LEFEBVRE, 1999, p. 146)

É necessário ressaltar, no entanto, que somente as necessidades rentáveis são ou serão satisfeitas, e que elas somente serão satisfeitas a partir da mediação do mercado. No caso da alimentação significa que nossa alimentação passa sempre pelo crivo da rentabilidade. Além disso, quem não tem o dinheiro necessário para comprar os alimentos de que precisa vai depender de que alguém o faça, e esse alguém pode ser o Estado. Assim, a maioria das políticas de “segurança alimentar” citadas acima, não rompe com essa mediação do mercado; pelo contrário, elas garantem a realização do consumo, pois o Estado assume o papel de comprador.

Para Henri Lefebvre, seria necessário realizar uma crítica a um entendimento da necessidade que está baseado em uma “individualização dentro da massificação” e se expressa em “questões de direitos: direito ao trabalho, ao lazer, à profissão, à educação, à habitação” (LEFEBVRE, 1991, p. 162), e porque não dizer também direito à alimentação? Para ele, esses direitos se transformam em reivindicações que se formulam em um plano moral e jurídico, do qual o Estado se apodera para realizar suas estratégias, “mas justamente por isso as reconhece e as ratifica até um certo ponto” (LEFEBVRE, 1991, p. 162).

É por isso que, para Henri Lefebvre, é necessário uma “análise da necessidade”, que seja “mais do que um estudo ‘positivo’ das necessidades, visando constatá-las e classificá-las” (LEFEBVRE, 1999, p. 70).

Se existem necessidades ‘funcionalizáveis’, também existe o desejo, ou os desejos, aquém e além das necessidades inscritas nas coisas e na linguagem. Ademais, as necessidades são fixadas, admitidas, classificadas, apenas em função de imperativos econômicos, de normas e ‘valores’ sociais. Classificação e denominação das necessidades têm, portanto, um caráter contingente, e são, paradoxalmente, instituições. Acima das necessidades, erigem-se as instituições que as regulam ou as classificam estruturando-as. Aquém das necessidades situa-se, global e confuso, um ‘alguma coisa’ que não é coisa: a impulsão, o elã, a vontade, o querer, a energia vital, a pulsão, como se quisesse chamar. (LEFEBVRE, 1999, p. 70/1).

É com esse entendimento das necessidades que tentaremos realizar uma crítica da fome e da miséria na alimentação. O sentido dessa exposição foi o de mostrar como somente uma transformação radical da realidade pode possibilitar a satisfação das necessidades humanas em seu sentido pleno, sem concessões; foi o de explicitar a necessidade da realização de uma crítica radical.

No próximo capítulo colocaremos mais um elemento importante para a realização dessa crítica: trata-se de uma consideração mais aprofundada do espaço, que toma como ponto de partida a obra de Josué de Castro e tenta seguir em direção a uma concepção de espaço que inclua a dialética.

5. A deterioração da alimentação e a produção do espaço: uma tentativa de aproximação a partir do conceito de escala geográfica

Na obra de Josué de Castro a região aparece como uma escala que sintetizaria não apenas uma dieta, ou seja, uma maneira de se alimentar, como uma série de processos que a configuraria ou não como uma região de fome endêmica ou epidêmica. Com a ajuda de Amélia Luisa Damiani, tentamos mostrar como a relação homem-meio, que constituía uma identidade e possibilitaria a formação de tais regiões alimentares (possibilitaria, portanto, uma síntese dos processos na escala regional), é cada vez mais difícil de ser identificada. Tentamos mostrar também como Josué de Castro de algum modo anunciou essa dificuldade em sua obra.

Podemos nos perguntar sobre o que muda e o que permanece no conceito de “região de fome” de Josué de Castro em relação ao conceito de região da Geografia Humana da qual ele era tributário. O que muda é que a ênfase não está mais na identidade entre o homem e o meio geográfico que ele ocupa, mas exatamente no seu oposto: a identidade seria a da não realização da humanidade do homem através de sua relação com os outros homens e com a natureza, lida na dramaticidade da fome. Por outro lado, permanece a tentativa de sintetizar o processo em uma região, que em princípio é estabelecida através da identidade dada pela dieta alimentar, que como vimos é um dos elementos através do qual a relação homem-meio pode ser lida.

Mas, no século XX o processo de urbanização se aprofunda e aponta para a tendência da realização de uma sociedade urbanizada. Esse processo impõe uma mudança de leitura. Segundo Amélia Luisa Damiani “as cidades, na sua identidade com qualquer outra cidade, era uma mudança de processo que assustava. Ela alteraria a compreensão clássica posta pelo pensamento geográfico.” (DAMIANI, 2005, p. 65)

Essa mudança de processo pode ser lida na relação da obra de Josué de Castro com a realidade brasileira. Entre os anos de 1932 e 1946, anos que consideramos como aqueles em que Josué de Castro realiza seus estudos para escrever “Geografia da Fome”, o Brasil é ainda um país predominantemente rural, passando por um processo de urbanização. Esse processo de urbanização é lido como mais um elemento que agravaria a situação alimentar brasileira. Para ele:

Consequência dessa centralização absurda [centralização do poder político em âmbito federal] e da política de fachada da República foi o quase abandono do campo e o surto de urbanização que se processou entre nós a

partir dos fins do século passado. Urbanização que não encontrando no país nenhuma civilização rural bem enraizada, veio acentuar de maneira alarmante a nossa deficiência alimentar. [...] Entre nós o desequilíbrio [entre campo e cidade] se deu acentuando males sempre existentes desde o dia em que os primeiros aventureiros europeus, financiados em grande parte pelo capital judaico, resolveram criar nessas terras de América a indústria do ‘fique rico depressa’ para uns e que foi ao mesmo tempo a ‘indústria da fome’ para outros. (CASTRO, J., 1948, p. 295/6).

De qualquer modo, a análise de Josué de Castro está voltada para a realidade do campo. Ao tratar da fome nas diferentes regiões brasileiras, e depois em todo o mundo em “Geopolítica da Fome”, seu enfoque é sobre as populações rurais. São elas que definem, a partir de seu gênero de vida, mesmo que ele não se constitua em quanto tal, as regiões delimitadas por Josué de Castro.

Ao mesmo tempo, é importante ressaltar, que a noção de região na obra de Josué de Castro não o impede de realizar interpretações que articulem diferentes escalas. Ao tratar de cada região ele a coloca em sua relação com outras regiões, mas também explora outras escalas, como a do mundial, do nacional e do local. Não se trata, portanto, de uma abordagem realizada somente a partir de uma escala, mas de uma interpretação que sintetiza o entendimento do processo a partir da escala regional.

Neil Smith nos coloca um interessante problema acerca das escalas geográficas. Para ele: “[...] o problema é que a divisão do mundo em localidades, regiões, nações e assim por diante é essencialmente considerada natural.” (SMITH, 2000, 138-9) Para superar essa naturalização das escalas espaciais é necessário que se considere que elas são produzidas social e historicamente.

Neste capítulo tentaremos realizar uma interpretação crítica da relação entre as diferentes escalas geográficas. Esta interpretação estará apoiada, primeiramente, em dois trabalhos, a saber: o texto “Contornos de uma política espacializada: veículos dos sem-teto e

produção de escala geográfica” de Neil Smith e o livro “*Justice, Nature and the Geography of Difference*”⁴⁴ de David Harvey.

A partir da contribuição desses autores interpretaremos dois trabalhos que apresentam (explícita ou implicitamente) a importância do entendimento da alimentação, e conseqüentemente de seus processo de deterioração e da fome, através de várias escalas. Primeiramente trataremos do livro “*Consuming Geographies: we are where we eat*”⁴⁵ de David Bell e Gill Valentine, que também têm como referência a contribuição de Neil Smith acerca das escalas espaciais, e tentam através dela realizar uma interpretação do consumo alimentar em diversas escalas.

Em seguida, tomaremos o livro “O nome da marca: McDonald’s, fetichismo e cultura descartável” de Isleide Fontenelle, para através dele, mostrar como é possível ler a produção do espaço em mais de uma escala, sendo realizada pelo McDonald’s.

5.1 A geografia do consumo de Bell e Valentine

Em “*Consuming Geographies: we are where we eat*” David Bell e Gill Valentine têm como objetivo propor novas maneiras de entendimento do consumo alimentar através de uma análise que considere as escalas espaciais. Esse caminho, conforme os próprios autores indicam, está baseado na discussão de escala contida na obra de Neil Smith:

Como plano estruturante, nós escolhemos a discussão de escala espacial contida no artigo ‘Homeless/global: scaling places’ (1993) de Neil Smith. Movendo-se através das escalas do corpo-casa-comunidade-cidade-região-nação-global (e ao mesmo tempo reconhecendo suas limitações – veja, por exemplo, Woodhead 1995), explorando diferentes aspectos do consumo de alimentos em cada escala, nós visamos produzir um relato do que Cook e Crang (1996) chamam “circuito da cultura culinária” que eles mapeiam no espaço. [...] Apesar da ênfase de Smith estar na política espacial(izada), um fato que se reflete na sua escolha por exemplos que ilustram cada escala, a estruturação do espaço via escala provê um caminho útil para a ordenação de nossa discussão dos regimes de consumo alimentar, já que as geografias do

⁴⁴ “Justiça, Natureza e a Geografia da Diferença”

⁴⁵ “Geografias do Consumo: nós somos onde nós comemos”

consumo em cada escala (assim como entre as escalas) provoca diferentes respostas teóricas e empíricas. (BELL e VALENTINE, 1997, 12)

Deste modo, os autores estruturam seu estudo através das diferentes escalas citadas. Começando pela escala do corpo até chegar à escala global, Bell e Valentine trazem diferentes interpretações para o consumo alimentar em cada uma das escalas.

Na escala corporal eles buscam explorar de que maneira o “corpo ideal” (ou um ideal de corpo) é produzido social, histórica e geograficamente. Negando que o corpo seja algo estritamente natural eles utilizam a obra de Foucault para tratar das diversas maneiras pelas quais as práticas sociais e culturais da disciplina, vigilância e auto-restrição modelam nossos corpos.

Neste caminho revelam o sofrimento, a humilhação e os constrangimentos que passam as pessoas que não conseguem atingir esse “corpo ideal”. De um lado expõem as dificuldades e os estigmas enfrentados pelos que estão acima do peso; por outro retratam o sentido trágico dos altos índices de anorexia constatados entre as mulheres nos últimos anos.

Tratam também da relação entre as “fronteiras corporais” e a alimentação (revelando de algum modo a relação entre exterioridade e interioridade contida no ato de alimentar-se), pois o alimento, enquanto algo que ultrapassa essa fronteira e passa a fazer parte do corpo, deve ser controlado para evitar que este seja contaminado ou poluído, não somente no sentido médico, científico, ou natural mas também (ou principalmente) no sentido cultural e religioso

Passando para a escala da casa, eles evidenciam como a alimentação tem um papel central na produção dos relacionamentos e das identidades do lar. Assim como no caso do “corpo ideal”, outra construção social, histórica e geográfica é interpretada: a “refeição adequada”, ou “refeição completa”⁴⁶. Segundo os autores essa refeição, diferentemente dos lanches e petiscos, está diretamente relacionada com a escala da casa, sendo em geral definida

⁴⁶ Em inglês: *proper meal*.

como aquela refeição que é preparada em casa e comida junto com a família. Mais do que isso, essa refeição ajudaria a produzir aquilo que se entende por “lar” e “família”.

Ainda dentro da escala da casa Bell e Valentine analisam como as identidades individuais são articuladas e contestadas através da alimentação. Seja no conflito acerca das escolhas alimentares entre crianças e adultos, ou com relação às restrições alimentares de parte dos indivíduos, a casa não pode ser considerada um lugar que comporta apenas um tipo de alimentação.

Por fim, eles tratam do movimento feminista que propôs uma superação da “família patriarcal” que impõe às mulheres determinadas tarefas e funções e conseqüentemente configura as dinâmicas espaciais do cozinhar e se alimentar na casa. Segundo os autores o preparo e o consumo coletivo dos alimentos foram colocados pelas feministas como uma tentativa neste sentido.

Ao tratar da escala da comunidade, os autores reconhecem a dificuldade que este termo carrega, pois sua definição não é precisa. De qualquer modo, Bell e Valentine analisam como alguns espaços onde compartilhamos a comida e a bebida são centrais na construção dos laços comunitários. Eles citam os *Pubs* e as festas de rua como momentos significativos dessa construção na Inglaterra.

Mas há também lugares institucionais nos quais a alimentação também exerce um forte papel seja na criação da unidade ou da diferença. Nas escolas, nos locais de trabalho, nas prisões, nos hospitais, assim como em outros lugares institucionais, a alimentação pode ser utilizada como uma forma de controle ou de resistência.

Os autores tratam também de um fenômeno que acompanha os movimentos migratórios: a manutenção da identidade da comunidade (estrangeira) através da alimentação. Pratos típicos que são preparados como no lugar de origem oferecem uma unidade, mas podem ao mesmo tempo excluir os que não fazem parte da comunidade.

Na escala da cidade, como a preocupação é dar conta do consumo alimentar (afinal de contas trata-se de uma Geografia do Consumo) os autores concentram sua interpretação nos restaurantes e supermercados. Ambos são entendidos como equipamentos tipicamente urbanos que revelariam alguns “rituais da vida na cidade”.

Os restaurantes são interpretados a partir de dois pontos de vista: do consumidor e do trabalhador. Do ponto de vista do consumidor, eles ressaltam a importância de se entender os restaurantes como um lugar onde as pessoas “comem na esfera pública”: “Ninguém precisa saber o que nós comemos em casa, atrás de nossas portas. Mas em um restaurante, tudo que comemos e a maneira como comemos estão constantemente à mostra, sob contínua vigilância.” (BELL e VALENTINE, 1997, p. 123)

Assim, os autores vão explorar o fato de que os restaurantes precisam criar uma atmosfera adequada para o consumo alimentar. Mais do que isso, muitas vezes é mais esta atmosfera do que a própria comida que está em jogo em uma ida a um restaurante. E concluem: “O ato de comer fora – seja nas interações altamente prescritas dos restaurantes da alta cozinha ou nos *pubs* casuais e informais – é, então, algo que contém várias práticas sociais e culturais, cheias de normas e códigos.” (BELL e VALENTINE, 1997, p. 123)

Do ponto de vista dos trabalhadores eles revelam como estes são cada vez mais treinados para vender ao consumidor uma experiência e não somente para lhe servir uma refeição. Assim, se um chefe de cozinha é mais importante que um garçom, para eles, isso não significa que o garçom não tenha sua importância para criar uma atmosfera para o restaurante.

Por fim, eles exploram o fato de os restaurantes serem atualmente um lugar de negócios e como isso chega a influenciar, inclusive, na promoção internacional de algumas cidades através de sua culinária, que passa a ser entendida como um “capital cultural”.

Já com relação aos supermercados é explorada tanto a maneira como eles alteram a “paisagem urbana”, como a “ciência” que existe por trás do ambiente altamente controlado de suas lojas.

Delineando rapidamente a escala regional, os autores buscam interpretar como podemos tratar da região em um mundo cada vez mais globalizado. Alguns processos apontam claramente para a erosão da região (homogeneização da alimentação através disseminação das cadeias de *fast-food*, por exemplo) enquanto outros a reafirmam (a identidade regional de certos pratos ou produtos como os queijos ou os vinhos).

Porém, mesmo a identidade regional expressa através da culinária se globaliza. Isso significa que uma dieta típica de uma parte do planeta pode ser reproduzida em outra parte completamente distinta, o que revela em muitos casos a própria erosão da região.

Já na escala nacional, a tentativa é evidenciar como a “cozinha nacional” está em constante processo de reinvenção. Mesmo tendo um papel central nos sentimentos nacionalistas a “cozinha nacional” transforma-se incessantemente, haja vista que são múltiplos os contatos com outras cozinhas.

Autenticidade e tradição são valores perseguidos por uma cozinha nacional, porém uma interpretação mais cuidadosa mostra como todas as cozinhas sempre estiveram em contato com elementos exteriores, sendo difícil imaginar uma cozinha genuinamente nacional.

Concluindo o caminho, através da escala global, Bell e Valentine procuram expor visões “pessimistas” e “otimistas” com relação ao impacto do processo de globalização na alimentação e tentam muito rapidamente anunciar possíveis relações dessa escala com as anteriores.

Esta exploração esquemática das escalas espaciais do consumo alimentar nos coloca diante da complexidade e da riqueza do tema, pois cada escala revela-se como um campo

farto para os estudos da alimentação. Com o auxílio de uma vasta bibliografia os autores trazem inúmeros exemplos e estudos de caso que tornam a exposição mais rica e interessante. No entanto, também é necessário apontar para os limites de tal abordagem que não supera uma visão formal e estrutural das escalas e da alimentação.

5.2 A produção de escalas, os saltos escalares e os dilemas de escala: a contribuição de Neil Smith e David Harvey

Bell e Valentine tomaram abertamente a obra de Neil Smith, mais especificamente sua discussão sobre a escala, como ponto de partida para o estudo. Porém o que vemos no texto é a utilização da articulação das escalas geográficas proposta por Neil Smith como um modelo, que acaba por naturalizar as escalas, o que não apenas não condiz como é oposto ao pensamento do autor.

Essa naturalização se dá na medida em que os autores não discutem a produção de cada escala (como cada uma é produzida) e não discutem como essas escalas se relacionam e se interpenetram. O livro é estruturado de maneira que uma escala aparece após a outra (um capítulo para cada escala) não dando a ênfase necessária à relação entre diferentes escalas, entre escalas distintas que se relacionam. Parece haver uma concepção de espaço linear.

O problema aí está ligado, portanto, a própria concepção de espaço desta “Geografia do Consumo”, que busca compreender como o consumo alimentar se realiza em diferentes escalas e não como a produção do espaço (e conseqüentemente de escalas espaciais) chega até a alimentação redefinindo-a incessantemente. O espaço não é suficientemente problematizado, aparecendo como cenário (ou pano de fundo) de uma ação mais importante – o consumo. O espaço fica assim sempre numa posição passiva.

Anunciamos no início deste capítulo que para Neil Smith é necessário ir no sentido inverso, aquele da desnaturalização das escalas, pois ela revelaria que escala espacial é

produzida social e historicamente. Enquanto Bell e Valentine separam as escalas de maneira rígida e estrutural, raramente apresentando as sobreposições e interrelações entre as diferentes escalas, Neil Smith busca justamente superar essas separações. Ele não está supondo uma separação rígida de esferas espaciais; não está propondo um “sistema ontológico” de escalas. Essa tipologia (corpo-casa-comunidade-cidade-região-nação-global) é concebida como “inerentemente aberta e incompleta”. Para ele:

A questão é justamente não ‘congelar’ um conjunto de escalas como blocos de uma política espacializada, mas compreender os meios sociais e os propósitos políticos mediante os quais e para os quais esse congelamento de escalas é todavia realizado – embora transitoriamente. (SMITH, 2000, p. 144).

Trata-se, portanto, de entender a produção das escalas espaciais. Aí está a riqueza da abordagem de Neil Smith que se perde no texto de Bell e Valentine. Enquanto Smith aposta na necessidade de revelar como a sociedade “produz e é produzida por estruturas geográficas de interação social” (SMITH, 2000, p. 139) os outros dois autores ficam apenas com uma análise do consumo em diferentes escalas.

Vejamos rapidamente como uma análise escalar mais próxima daquela proposta por Neil Smith pode revelar outros conteúdos da alimentação. Para expor sua “teoria esquemática da produção da escala” Neil Smith parte de um projeto colocado em prática em Nova York: o “Veículo do Sem-Teto”, que segundo ele revelaria a importância da escala enquanto “dimensão vital de uma política espacializada” (SMITH, 2000, p. 133). O que seria esse Veículo do Sem-Teto?

“O ‘Veículo do Sem-Teto’ baseia-se na arquitetura vernacular do carrinho de supermercado e proporciona o espaço e os meios para facilitar algumas necessidades básicas: transportar, sentar, dormir, abrigar-se e lavar-se.” (SMITH, 2000, p. 134) Ele foi projetado para poder levar os pertences dos sem-teto (sacos, roupas, cobertores, comida, água e latas vazias). O compartimento de cima, que durante o dia é usado para carregar coisas, pode ser

desdobrado tornando-se um espaço para dormir, pois outra dificuldade dos sem-teto é encontrar um lugar adequado para passar a noite. Além disso, “a ponta cônica de alumínio do veículo, que lembra de modo satírico um foguete ou outro dispositivo de alta tecnologia militar, dobra-se a fim de se tornar uma bacia”. (SMITH, 2000, p. 134)

“Veículo do Sem-Teto”⁴⁷

⁴⁷ Fotos disponíveis em: <<http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq000/esp260.asp>> e <<http://www.flickr.com/photos/21116348@N08/2075087399/sizes/o/>>.

Este veículo, projetado por Krzysztof Wodiczko, um artista de Nova York, não pretende ser uma solução para todos os problemas dos sem-teto, busca restaurar a mobilidade para as pessoas que foram “expulsas dos espaços privados pelo mercado imobiliário. Sem um lar ou outro lugar para guardar suas posses, é difícil andar pela cidade, pois é preciso carregar todos seus pertences consigo.” (SMITH, 2000, p. 134). Ele é, portanto, deliberadamente prático, pois busca satisfazer algumas das necessidades do sem-teto, mas ao mesmo tempo ele é simbólico, pois “expressa e expõe as relações de poder e falta de poder que definem a situação dos sem-teto.” (SMITH, 2000, p. 135)

O carrinho de supermercado “ícone do consumismo em expansão, torna-se um meio de produção tanto quanto de consumo, uma tecnologia básica para conduzir a vida cotidiana.” (SMITH, 2000, p. 135). Ou seja, trata-se de pensar não apenas o consumo, mas também (e simultaneamente) a produção.

Neste sentido Neil Smith chama atenção para o fato de que o veículo, ao permitir que os sem-teto tenham maior mobilidade dentro da cidade, acaba por redefinir a escala de suas vidas cotidianas. O “Veículo dos Sem-Teto” permite que os sem-teto “saltem escalas” simbólica e praticamente, permite que eles

[...] reorganizem a produção e reprodução da vida cotidiana e resistam à opressão e à exploração numa escala maior. [...] Dito de outro modo, saltar escalas permite aos expulsos dissolver as fronteiras espaciais que são em larga medida impostas de cima e que detêm, em vez de facilitar, sua produção e reprodução da vida cotidiana. (SMITH, 2000, p. 137).

O argumento é de que com o veículo um sem-teto pode percorrer maiores distâncias em seus trajetos diários, além de poder utilizar novos espaços para descansar e dormir (pois pode contar com o próprio veículo como abrigo), estendendo assim a área da cidade que faz parte de sua vida cotidiana.

Há, portanto, um entendimento escalar mais complexo do que a simples articulação de diferentes escalas. O veículo se colocaria como uma possibilidade de “saltar escalas”, como um objeto que diminuiria a escala do controle oficial e ao mesmo tempo expandiria a escala

da vida cotidiana dos sem-teto. Em outras palavras, ele caracterizaria uma produção distinta das escalas espaciais da vida cotidiana dos sem-teto. Isso porque “uma maior mobilidade aumenta as possibilidades de reunião e organização públicas; torna o ‘sem-teto’ mais perigoso para a frágil coerência das geografias políticas dominantes da cidade” (SMITH, 2000, p. 136).

Em seu livro “*Justice, Nature and the Geography of Difference*”, David Harvey também ressalta a importância das escalas espaciais. A preocupação de David Harvey está baseada naquilo que ele identifica como uma das maiores dificuldades daqueles que buscam construir uma oposição ao capitalismo enquanto sistema social. Para ele, partidos, sindicatos, movimentos sociais, intelectuais, etc., não conseguem pensar teoricamente e agir politicamente de maneira efetiva em mais de uma escala espacial. Parece que as lutas em âmbito local não conseguem se articular com lutas globais e vice-versa.

Ele utiliza como exemplo o caso de uma empresa automobilística instalada em Cowley, cidade vizinha à Oxford, que após anos consecutivos de demissões em massa estava para anunciar o fechamento da fábrica, que se mudaria para outra localidade mais vantajosa. Frente a essa situação ele, juntamente com outros professores universitários, foi chamado a escrever um livro que pudesse informar os próprios trabalhadores sobre o que estava acontecendo.

Ficou evidente, no entanto, que muitos dos escritores tinham diferentes perspectivas políticas e interpretações, o que se mostrou particularmente difícil nas conclusões. Segundo David Harvey, todo tipo de coisa dividia-os: as péssimas condições de trabalho tornavam difícil uma defesa incondicional da preservação daqueles empregos, mesmo que sua defesa fosse importante por não existir alternativas; havia também questões ambientais relacionadas não somente à fábrica em si, como também ao produto por ela produzido (carros luxuosos para os ricos); outro problema central se referia à coexistência de fenômenos, assim como de

demandas, de longo e curto prazo. Assim, David Harvey achou que seria “desleal” com sua concepção de socialismo se não tratasse desses problemas na conclusão do referido livro.

Para ele:

A visão de que, o que é certo e bom do ponto de vista dos militantes da fábrica de Cowley também é certo e bom para a cidade, e por extensão para a sociedade como um todo é muito simplista. Outros níveis e tipos de abstração têm de ser empregados se o socialismo quiser romper com seus limites locais e se tornar uma alternativa viável ao capitalismo como um modo de produção e relações sociais que funcionam. (HARVEY, 2004, p. 23)

Para David Harvey a diferença de escala entre o local e o universal não se realiza sem dificuldades:

O movimento de solidariedades tangíveis entendidas como modelos de vida social organizada em comunidades afetivas e reconhecíveis para um conjunto mais abstrato de concepções que teriam um alcance universal envolve um movimento de um nível de abstração –ligado ao lugar - para outro nível de abstração capaz de se estender através do espaço. [...] [Porém] a mudança de um mundo conceitual, de um nível de abstração para outro, pode ameaçar o propósito e os valores comuns que dão base ao particularismo militante alcançado em lugares particulares. (HARVEY, 2004, p. 33).

Neste ponto David Harvey recorre às contribuições de Neil Smith que, segundo ele, ressaltou a dificuldade que enfrentamos em “aprender a negociar entre e através das diferentes escalas espaciais da ação política e da teorização” (HARVEY, 2004, p. 41).

A teoria da escala geográfica – mais corretamente a teoria da produção de escala geográfica – é muito subdesenvolvida. De fato, não há uma teoria social da escala geográfica, para não mencionar uma materialista histórica. E, no entanto, ela tem um papel crucial em nossa construção geográfica da vida material. A brutal repressão da Praça Tianamen foi um evento local, regional, nacional ou internacional? Nós podemos assumir razoavelmente que foi os quatro, o que imediatamente reforça a conclusão que a vida social opera em e constrói uma espécie de um espaço hierárquico mais do que um mosaico. Como nós podemos conceber criticamente essas várias escalas, como nós arbitramos e traduzimos entre elas? (SMITH apud HARVEY, 2004, p. 41/2).

Para David Harvey, se os movimentos e os intelectuais enfrentam essa tensão entre as diferentes escalas de atuação e de entendimento da realidade, já

[...] o capitalismo como um sistema social conseguiu não apenas negociar, mas em geral manipular ativamente tais dilemas de escala em suas formas de luta de classes. Isso foi particularmente verdadeiro em sua tendência em

realizar um desenvolvimento desigual setorial e geográfico assim como em forçar uma competitividade divisora entre lugares definidos em diferentes escalas. [...] O problema para as políticas socialistas é encontrar caminhos para responder tais questões, não de maneira definitiva, mas precisamente através da definição de modos de comunicação e tradução entre diferentes tipos e níveis de abstração.” (HARVEY, 2004, p. 42).

Para ele tanto as empresas capitalistas, como o Estado capitalista, conseguiram (e conseguem) atuar em diferentes escalas de maneira coordenada, superando contraditoriamente os entraves a sua reprodução.

Como David Harvey anuncia a intenção não é responder definitivamente tais questões, mas caminhar no sentido de seu entendimento. Em nosso caso, ao estudarmos a deterioração da alimentação e da fome, em um primeiro momento percebemos a importância desse debate através dos diferentes discursos construídos acerca desses fenômenos. Para a FAO (Organização para a Agricultura e Alimentação da ONU) a superação da fome passa pela construção de uma política alimentar internacional que tente articular diferentes escalas. Já alguns movimentos sociais do campo tendem a levantar como bandeira de luta a soberania alimentar, em clara referência à produção dos alimentos necessários para a alimentação da população de um país em escala nacional. Há também algumas ONGs que através de argumentos ambientalistas lutam pela produção local dos alimentos, alegando que o transporte desses por longas distâncias, além de outros fatores como a refrigeração e as embalagens, seriam responsáveis por grandes impactos ambientais.

Mas, em um segundo momento, após a leitura dos textos de Neil Smith e David Harvey, ficou clara a necessidade de pensar como as empresas capitalistas e o Estado conseguiam articular suas ações em diferentes escalas naquilo que se refere à alimentação. Assim, com a ajuda dessas contribuições acerca do conceito de escala geográfica (contribuições que mais problematizam do que fecham e definem o conceito) analisaremos a atuação de uma empresa capitalista que atua no ramo da alimentação, a saber, o McDonald's,

no intuito de revelar a importância de um entendimento da reprodução do capital que esteja atento à produção do espaço em diferentes escalas.

5.3 Entendendo o papel da produção de escalas através do McDonald's

O sentido dessa interpretação da produção do espaço em diferentes escalas pelo McDonald's é revelar, de algum modo, como as empresas capitalistas impõem uma nova maneira de alimentar-se a partir do fim do século XIX. Tanto em termos nutricionais, quanto em relação a toda sociabilidade que envolve a alimentação, será possível observar de que maneira os imperativos da reprodução do capital chegam até o cerne da vida cotidiana, empobrecendo-a.

Tomaremos o McDonald's como eixo central desse momento de nossa análise. Por se tratar de uma rede de lanchonetes de *fast-food* mundialmente conhecida, muitos dos processos aqui citados serão facilmente identificados, sendo possível relacioná-los com aquilo que foi exposto das obras de Neil Smith e David Harvey. A idéia é a de que o McDonald's possa ser entendido como um caso paradigmático para o entendimento da relação entre a produção do espaço urbano e a alimentação.

Devo ressaltar que o eixo dessa análise do McDonald's está ancorado no livro “O nome da marca: McDonald's, fetichismo e cultura descartável” de Isleide Fontenelle, no qual a autora busca entender a importância e o papel das marcas no capitalismo contemporâneo.

Isleide Fontenelle lida com uma contradição central do atual momento do capitalismo: frente a toda homogeneização provocada pela produção em massa de mercadorias as empresas devem ao mesmo tempo tentar se diferenciar umas das outras no mercado. Para a autora essa tentativa de diferenciação estaria concentrada na imagem das empresas e das mercadorias. Segundo ela:

Esse processo [o crescimento da importância da imagem] se inicia pelos idos dos anos 50-60, quando os ganhos de produtividade levaram a uma explosão de produtos fabricados em série por diferentes empresas, o que provocou a

necessidade de se criar uma ‘imagem de marca’ como elemento determinante na diferenciação dos produtos. (147) [...] [A marca] define, particulariza, diferencia um produto ou um conjunto de produtos além do seu aspecto físico, material. (...) Nesse aspecto, o papel que desempenham os produtos que consumimos, na forma como definimos a nós mesmos e aos outros, está, agora, fundamentalmente ligado à marca. Pois não é a marca quem diz quem eu sou ou quem é o outro por usar *jeans* Levi’s, vestir pulôver Benetton, calçar tênis Nike, comer no McDonald’s, beber Coca-Cola ou fumar Marlboro? (FONTENELLE, 2002, p. 178)

Neste sentido o livro demonstra, através de uma rica interpretação (que é simultaneamente teórica e empírica) da realidade, o processo pelo qual o McDonald’s produziu uma marca que é hoje reconhecida mundialmente, tendo chegado ao ponto de ser identificada como um dos símbolos máximos do capitalismo global.

Mesmo não sendo a preocupação central da autora é possível reconhecer em seu livro o papel central da produção do espaço e das escalas espaciais para o entendimento de como McDonald’s conseguiu se reproduzir e superar diversas crises.

O desafio aqui será, portanto, incorporar uma análise mais atenta à produção do espaço e das escalas espaciais, costurando diversas passagens que possam revelar como, por um lado, o surgimento e a expansão do McDonald’s estão intimamente ligados a momentos particulares da produção do espaço nos Estados Unidos (e depois em todo mundo), e de outro lado, como o próprio McDonald’s precisou produzir um espaço para se reproduzir.

Para revelar como o McDonald’s produz espaços em diferentes escalas espaciais tomaremos a tipologia escalar de Neil Smith, mas sem cair na armadilha de ordená-las ou torná-las naturais. Como o próprio autor aponta essa tipologia é “inerentemente aberta e incompleta”, assim para tratar do McDonald’s proponho desde o início duas modificações. Ao invés de trabalhar com as escalas da casa e da região, por estarmos lidando especificamente com o McDonald’s, estas serão substituídas respectivamente pelas escalas do restaurante e

dos subúrbios⁴⁸. Mais adiante veremos o papel central que as escalas do restaurante e dos subúrbios tiveram para o desenvolvimento do McDonald's.

Ao mesmo tempo, a análise não percorrerá um caminho linear da escala corporal até a global. Muito mais interessante é revelar como as diferentes escalas se articulam sem necessariamente passar pelas escalas mais próximas, ou seja, como ocorrem os “saltos escalares” nas palavras já citadas de Neil Smith.

Assim, no decorrer do texto será ressaltado como a produção do espaço empreendida pelo McDonald's, desde seu surgimento até sua expansão pelo mundo, foi realizada sempre e simultaneamente em diferentes escalas.

O McDonald's surge em um período de transformações radicais na maneira como as mercadorias e o espaço estão sendo produzidos. Na primeira década do século XX Henry Ford revolucionou a maneira de se produzir automóveis ao introduzir a linha de montagem e a produção em série nas fábricas, que permitiu a produção em massa, e por isso com menores custos, de seu famoso “modelo T”. Esta maneira de produzir foi rapidamente incorporada por outros ramos de atividade redefinindo de maneira geral a produção industrial de mercadorias como um todo.

A maneira como a introdução do automóvel alterou significativamente o modo de vida nas cidades foi e continua sendo amplamente debatida e não pretendemos dar conta desse debate nesse momento. De qualquer modo, é importante ressaltar que a vida cotidiana nunca mais foi a mesma a partir da popularização do automóvel, e a alimentação, como elemento central da vida cotidiana, também sofreu de diversas maneiras as influências do automóvel.

Um exemplo dessas modificações foi o surgimento de novas maneiras de comercializar os alimentos visando atender o público motorizado. Os supermercados, hoje tão

⁴⁸ A tipologia escalar fica assim: corpo – restaurante – comunidade – cidade – subúrbio – nação – global.

comuns, representaram uma mudança radical na maneira como os habitantes das cidades passaram a comprar, não apenas alimentos, como toda uma série de produtos para a manutenção da casa.

Enquanto pequenos mercados e armazéns compravam e vendiam pequenas quantidades, os supermercados, através de inovações na forma de distribuição (que dependia dos automóveis de carga / caminhões), passaram a fazer grandes pedidos pelos quais obtinham preços mais vantajosos. Ao mesmo tempo, para chegar até esses supermercados e levar as compras para casa os clientes passavam a depender também do automóvel.

Outra inovação ainda mais intimamente ligada ao automóvel foi o *drive-in*⁴⁹ que surgiu no início do século XX nos EUA e deu origem as lanchonetes que se popularizaram em todo o mundo. “O *drive-in* resultou do avanço tecnológico e das imensas possibilidades aberta pela técnica e pelo seu produto para consumo mais fascinante – o automóvel.” (FONTENELLE, 2002, p. 50). Segundo Isleide Fontenelle, o primeiro *drive-in* foi aberto em 1921, em Dallas, por um vendedor de doces e fumo que concluiu que as pessoas com carros são tão preguiçosas que não querem sair de seus automóveis para se alimentar. “Mas o grande *boom* do *drive-in* teve como cenário a Califórnia onde, de fato, esse negócio mais prosperou. [...] Na Califórnia, lugar onde floresceu a indústria do cinema, o *drive-in* representava um ‘teatro ao ar livre’.” (FONTENELLE, 2002, p. 51)

E foi exatamente na Califórnia, no fim da década de 30, que os irmãos Richard e Maurice McDonald abriram seu primeiro *drive-in* (primeiro em Arcádia, mudando depois para San Bernadino, ambas as cidades próximas de Los Angeles) depois de uma tentativa frustrada de administrar um cinema.

⁴⁹ O *drive-in* é uma lanchonete na qual o cliente não precisa descer do carro para ser atendido. De dentro do automóvel ele é atendido por garçonetes que se encarregam de fazer, cobrar e buscar os pedidos que são em geral consumidos dentro do próprio automóvel no estacionamento. Os *drive-in* tornaram-se rapidamente um espaço de socialização, principalmente dos jovens e adolescentes. (FONTENELLE, 2002)

Nos anos 40 o McDonald's já era um dos lugares mais freqüentados pelos adolescentes de San Bernadino, porém já nessa década se observa o declínio desse tipo de negócio em todos os EUA. Foi nesse contexto que os irmãos McDonald passaram a pensar em uma maneira nova de operar seu negócio, através de uma forma que prescindisse de garçonetes e perdesse apelo para os adolescentes, buscando uma nova clientela. Em 1948, eles fecharam o *drive-in* e fizeram uma reforma.

Ao reabrirem, o negócio já não era mais o mesmo: surgia um novo restaurante cuja operação envolvia um mínimo de atendimento personalizado ao cliente e um cardápio enxuto. Os alimentos eram preparados com base numa linha de montagem, e a simplicidade dos procedimentos permitia que os McDonald se concentrassem mais na qualidade de cada passo da operação. (FONTENELLE, 2002, p. 55)

Considerando esse novo enfoque os irmãos desenvolveram o primeiro personagem da marca: *Speedee*⁵⁰, pois decidiram que a velocidade do serviço deveria ser o ponto fundamental a ser ressaltado no novo negócio.

Mais do que uma nova maneira de organizar seu negócio os irmãos McDonald estavam dando os primeiros passos para a constituição de uma nova forma de se alimentar. A partir do momento em que o elemento central de uma refeição não é a sociabilidade que ela proporciona, ou o prazer proporcionado pelo gosto do alimento, ou mesmo seu valor nutritivo para a boa manutenção do corpo, mas a velocidade com que ela é adquirida e consumida, temos certamente um processo de empobrecimento da alimentação. Porém, como veremos, esse processo de empobrecimento está em consonância com os diversos aspectos da reprodução do capital.

Durante o período da reforma do McDonald's a região de San Bernadino se tornou uma cidade da classe trabalhadora e era exatamente esse público que os irmãos queriam atingir. A combinação de serviço rápido, preços baixos e eliminação de gorjetas, atraiu

⁵⁰ Derivação da palavra speed, que em inglês significa velocidade, rapidez.

trabalhadores que queriam almoçar rapidamente, assim como famílias que procuravam por opções não muito caras para as refeições da tarde e da noite.

A idéia do tempo corrido e do almoço rápido durante o período de trabalho já estava se tornando extremamente usual na América do pós-guerra. Uma experiência que já havia começado no final do século XIX, revelando uma forte simbiose com a técnica. (FONTENELLE, 2002, p. 58)

O automóvel (e a produção em série) trouxe consigo o desejo cada vez maior por rapidez, tanto no momento do trabalho como no momento do lazer. A indústria automobilística foi o modelo para a “fábrica do *fast-food*”, pois a busca por eficiência e velocidade não ficou restrita ao ambiente da fábrica. (FONTENELLE, 2002, p. 60)

A racionalidade do tempo de trabalho impôs a velocidade mesmo nos momentos em que não havia motivo para pressa alguma. Assim, mesmo quando havia tempo livre disponível o imperativo da velocidade estava presente. Mas, é importante ressaltar que o aumento da velocidade na maneira como as refeições passaram a ser servidas e consumidas atendem também a outra necessidade, a saber, a de acelerar a circulação do capital. Com um serviço cada vez mais veloz os *fast-food* podem servir cada vez mais refeições em um intervalo de tempo cada vez mais reduzido, aumentando assim a lucratividade do negócio.

De uma perspectiva mais ampla, a velocidade do tempo começou a permear toda a vida cotidiana. Pois, afinal, que tipo de diversão é essa que leva alguém a comer rapidamente e, em seguida, ir embora? Mas a própria rapidez do serviço e a velocidade com que as coisas eram executadas – o pedido, a feitura do sanduíche, a entrega – faziam parte do show. (...) Afinal, mais do que nunca, tempo passou a significar dinheiro. (FONTENELLE, 2002, p. 61)

É possível afirmar, portanto, que os irmãos McDonald introduziram a lógica industrial da produção em série na produção de alimentos em restaurantes⁵¹.

Como *fast-food*, a partir da Segunda Guerra Mundial e, especialmente, na gestão Kroc⁵², o McDonald's dá início a algo realmente singular: a aplicação

⁵¹ É necessário ressaltar que esse pioneirismo está na forma de produzir as refeições no restaurante, haja vista que, segundo Claude Fischler, uma indústria já vinha se formando em torno da alimentação desde o fim do século XIX. Para ele, isso significa que o gosto dos americanos já vinha se acostumando à presença de alimentos industrializados desde o fim desse século.

⁵² Mais adiante ficará claro o que foi a “gestão Kroc”, ou, em outras palavras, o que significou gestão de Ray Kroc para o McDonald's.

da tecnologia e dos métodos industriais de organização do trabalho ao ato, até então artesanal, de fazer comida e, ainda mais fundamental, na forma de se comer! (FONTENELLE, 2002, p. 314)

A partir de seu sucesso o McDonald's também passou a produzir os alimentos segundo os métodos industriais mesmo fora da escala do restaurante, pois para garantir a padronização de seus lanches foi necessário submeter toda uma cadeia de fornecedores aos imperativos da produção industrial. Com isso, podemos dizer que os restaurantes do McDonald's, enquanto lugar de preparação final e montagem dos lanches, são apenas a ponta final de um enorme processo de industrialização dos alimentos. Conseqüentemente, Isso representou uma mudança de escala na atuação do McDonald's que passa a controlar a produção em um espaço muito mais amplo do que somente aquele do restaurante.

É neste sentido, portanto, que apontamos para o fato de o surgimento do McDonald's estar intimamente ligado a um momento específico da produção do espaço (e das mercadorias de um modo geral) nos EUA. Ao mesmo tempo em que ele representa algo pioneiro, pois dá início a aplicação dos métodos industriais que já vinham sendo utilizados em outras indústrias no ramo da alimentação, ele surge para atender as necessidades de uma nova sociedade que está se acostumando ao consumo de massa, que busca incessantemente a velocidade e que vive em um novo espaço – aquele no qual o automóvel tem cada vez mais primazia.

Por outro lado, é importante entender também como o McDonald's teve de produzir espaços e escalas espaciais para se tornar uma empresa global que no fim do século XX empregava cerca de 1,5 milhões de pessoas e servia mais de 40 milhões de refeições por dia em todo o mundo.

Como vimos o McDonald's teve um papel importante na “aplicação de tecnologias e métodos industriais de organização de trabalho” no ato de fazer comida. Para isso foi necessária a adaptação de sua cozinha aos imperativos da linha de montagem. O fluxo das operações necessárias para fazer um lanche foi estudado e a partir dele os equipamentos

(chapas, fritadeiras, refrigeradores, *multimixers*, etc.) foram distribuídos de tal modo que trouxessem para a cozinha a eficiência da linha de montagem. Estava criada a cozinha industrial dentro do restaurante⁵³.

Todos os equipamentos da cozinha (assim como o restante do restaurante) além de eficientes deveriam ser também de fácil limpeza. Nesse sentido a utilização de materiais como o vidro, o metal e o plástico (substituindo, por exemplo, a madeira) foi essencial para agilizar o trabalho dos funcionários. Esses materiais atendiam a necessidade de funcionalidade e durabilidade não apenas para os equipamentos da cozinha, como do próprio edifício, diminuindo assim os custos da operação.

Outro fator muito importante para aumentar a velocidade do serviço foi a utilização de embalagens descartáveis, pois assim todos os funcionários podiam se concentrar somente na produção das refeições e não na lavagem de louças e talheres.

Por fim, a cozinha deveria estar aberta aos olhares de quem está fora dela. Isso era ao mesmo tempo uma “garantia” de que os clientes tinham algum controle sobre a produção e um acesso ao que Isleide Fontenelle chamou de “parte do show” do McDonald’s.

Foi assim, portanto, que os irmãos McDonald’s deram início a produção do espaço que o McDonald’s necessitou para poder tornar-se a companhia que é hoje. Esta produção começou na escala do restaurante, com maior atenção para sua cozinha. Veremos, mais adiante, que a produção do espaço na escala do restaurante não pára por aí, pois foi necessário produzir também o espaço destinado aos clientes.

Mas, se para alguns o McDonald’s é o lugar da realização de uma refeição rápida, para aqueles que trabalham nessa rede de restaurantes é o lugar de trabalho onde passam grande parte de seu dia. Para os trabalhadores do McDonald’s a cozinha é um espaço ao qual

⁵³ Isleide Fontenelle afirma que antes do McDonald’s somente os exércitos teriam trabalhado de tal forma com relação à alimentação, porém é importante frisar que para os exércitos a refeição em períodos de guerra serve apenas para nutrir rapidamente seus soldados.

eles devem se adequar, pois a maneira e a velocidade com que seus movimentos são feitos devem estar em consonância com a velocidade dos pedidos e das máquinas.

Assim como Ford, ao introduzir a linha de montagem, estava produzindo um espaço diferente, que moldava os corpos de seus trabalhadores, os irmãos McDonald faziam o mesmo em seu restaurante. Colocada em termos escalares a questão revela como a escala da fábrica/restaurante acaba por interferir diretamente na escala do corpo. Ou, em outras palavras, como corpo do trabalhador é redefinido pelos imperativos que vêm de outra escala que o oprime. Em certa medida é o que Neil Smith define como a imposição de “fronteiras espaciais” que controlam “a produção e a reprodução da vida cotidiana”. (SMITH, 2000, p. 137) Gregory Hall chega a afirmar que:

[...] o processo mecanizado e ritualizado do McDonald's minimiza as possibilidades de se relacionar com qualquer coisa a não ser categorias ou espécies de situações... Esta limitação é um ingrediente essencial para operações que devem ocorrer eficientemente, como no McDonald's. (HALL apud FONTENELLE, 2002, p. 40)

Assim, dentro da escala do restaurante o corpo do trabalhador é subjugado pelas exigências do processo de trabalho. Os movimentos realizados diariamente são repetitivos e a pressão para que estes sejam realizados corretos e rapidamente recai sobre o corpo (e a mente) do trabalhador consumindo-o. Para se ter uma idéia dessa opressão basta se perguntar se em algum instante conseguimos denominar aquelas pessoas que trabalham na cozinha do McDonald's de cozinheiros.

O ato de cozinhar, mesmo em restaurantes, sempre guardou “elementos artesanais” que caracterizavam o cozinheiro ou a cozinheira. A criatividade daquele que prepara os alimentos se revela nos temperos, nos ingredientes e como eles são combinados, nos diferentes modos de preparo e apresentação do prato, etc. Já no McDonald's, assim como em outras redes de *fast food*, os trabalhadores são forçados a seguirem uma rígida seqüência de operações para que os lanches sejam sempre idênticos e possam assim satisfazer uma

necessidade contemporânea identificada por Isleide Fontenelle: a necessidade de segurança promovida pela previsibilidade prometida pela marca.

Porém, o sucesso do McDonald's não pode ser explicado somente pelo pioneirismo na adoção de métodos industriais em sua cozinha. É preciso entender como o McDonald's conseguiu expandir seu negócio por todo o país (e mais tarde pelo mundo) sem deixar de garantir a padronização de seus lanches, essencial para o sucesso de sua marca.

Para isso é necessário que consideremos também outro elemento essencial: a franquia empresarial. A franquia é ao mesmo tempo uma figura jurídica e uma forma de organização empresarial sem a qual o McDonald's não poderia ter estendido sua atuação em diferentes espaços de maneira tão rápida e eficiente. No limite, foi ela que permitiu ao McDonald's produzir o espaço em outras escalas.

Os negócios na forma de franquia não começaram com o McDonald's. Isleide Fontenelle revela como já em meados do século XIX a companhia de máquinas de costura Singer já trabalhava com franquias nos EUA. A *General Motors* também precedeu o McDonald's no ramo das franquias, ao comercializar seus automóveis através de uma rede de distribuidores. Outra grande empresa, a Coca-Cola também foi uma das pioneiras na utilização do *franchising*. Para essa autora, o que o McDonald's fez foi ajudar a formatar um novo tipo de *franchising* - o chamado *business format franchising*. Enquanto o *franchising* tradicional vende apenas o direito de usar a marca na venda do produto, o tipo de franquia implementado pelo McDonald's impõe um padrão a ser seguido pelo franqueado na operação do negócio. Essa “franquia empresarial” depende da capacidade da empresa multiplicar seu negócio em diferentes lugares sem perder a uniformidade dos produtos e serviços adotados, o que é ainda mais difícil quando tratamos do ramo alimentício.

O responsável pela adoção do sistema de franquias pelo McDonald's não foi nenhum dos irmãos McDonald, mas Ray Kroc, que em 1954 era apenas seu fornecedor de máquinas de milk-shake. O McDonald's chamou a atenção de Kroc, pois este pequeno *drive-in*, precisava de oito *multimixers*, cada um com capacidade para fazer seis copos de *milk-shake* ao mesmo tempo. Como fornecedor de vários restaurantes Ray Kroc conhecia profundamente o funcionamento das cozinhas.

Por isso, quando viu, pela primeira vez, o *drive-in* dos McDonald em funcionamento, em um típico horário de almoço, ficou maravilhado com a organização do serviço e com a quantidade de consumidores. [...] Enquanto o estacionamento estava cheio, com filas mas pouca espera, no interior do restaurante uma equipe de ajudantes – com roupas e chapéus brancos, dando um aspecto de limpeza que esses restaurantes quase nunca tinham – utilizava-se de serviços padronizados para cada passo da operação: abastecimento organizado dos suprimentos, em moldes industriais; eficiência do sistema de produção do cardápio simplificado, levando à diminuição de desperdícios; serviço rápido e, conseqüentemente, baixos preços. (FONTENELLE, 2002, p. 65/66)

Kroc viu a possibilidade de expandir o McDonald's por todo o país (escala nacional), mas estava diante de irmãos satisfeitos com a dimensão de seu negócio. Assim ele negociou com os irmãos o direito de comercializar as franquias do McDonald's para alguns anos depois “comprar os direitos exclusivos de uso da marca e então fundar a *McDonald's Corporation*”. (FONTENELLE, 2002, p. 66)

Para Fontenelle o que Kroc conseguiu foi impor aos franqueados o formato criado pelos irmãos McDonald (com alguns aperfeiçoamentos), que permitia que o restaurante fosse otimizado como uma linha de montagem e garantia uma uniformidade maior das operações de produção e serviço. Esse foi um aspecto importantíssimo para que o McDonald's saísse na frente no ramo tão promissor do *fast-food*.

Segundo essa mesma autora, diversos fatores foram responsáveis pelo sucesso do sistema de franquias do McDonald's. O primeiro deles, que não é exclusivo ao McDonald's, é a cultura do empreendedorismo que desde o início do século XX já estava fortemente presente nos EUA. Assim, tornar-se um franqueado (do McDonald's ou de outra grande empresa) era

unir o espírito empreendedor tão valorizado, com a segurança que somente uma grande marca poderia proporcionar.

O que a *McDonald's Corporation* oferece ao franqueado é a lucratividade comprovada de um nome, de uma marca associada à ordem, à uniformidade, à previsibilidade, valores cada vez mais importantes para a sociedade contemporânea.

Outro fator que contribui para o sucesso do sistema de franquias está relacionado às possibilidades de investimento. Como o McDonald's não poderia crescer em um ritmo tão intenso, sem para isso investir enormes quantidades de capital, transferir o peso do investimento inicial do negócio ao franqueado foi uma ótima alternativa. Assim, de início quem assume os riscos da operação e tem seu capital imobilizado é o franqueado e não a empresa.

Com o investimento feito e contratos assinados o franqueado passa a ser cativo do McDonald's, que exige dele uma obediência estrita na maneira de realizar todas as operações. Ao mesmo tempo, como o sucesso do McDonald's depende do sucesso de seus franqueados a companhia realiza diversos investimentos para tornar o negócio o mais lucrativo possível. Assim, todas as franquias do McDonald's recebem assistência da companhia desde o momento da decisão de sua localização.

Portanto, aquilo que Neil Smith coloca como a capacidade de saltar escalas, ou que David Harvey aponta como a capacidade das empresas capitalistas e do Estado de lidar com os dilemas escalares, pode ser lido no McDonald's através da figura da franquia empresarial.

É a figura da franquia empresarial que costura a unidade entre a *McDonald's Corporation* e todos seus franqueados. Essa unidade permite que todas as decisões tomadas em escala nacional, e até mesmo em escala global, possam ser aplicadas rapidamente em todos os restaurantes, possibilitando uma ação coordenada em diversas escalas.

Essa ação coordenada se revela de diversas maneiras. Uma delas é no âmbito da propaganda. Como a *McDonald's Corporation* centraliza os gastos de propaganda de todas as franquias ela acumula um enorme orçamento para isso. Assim o McDonald's pode ter inserção nos meios de comunicação mais caros e a marca passa a ser conhecida em escalas cada vez mais amplas.

Outra manifestação dessa ação coordenada do McDonald's revela-se na maneira como a localização das franquias é escolhida. Como não é de interesse do McDonald's que duas franquias suas compitam entre si, há um planejamento aprofundado sobre a localização dos restaurantes fazendo com que a distância entre elas seja controlada em relação às possibilidades que cada localidade apresenta.

Porém, o planejamento da localização de cada loja não se reduz a tarefa de evitar a competição entre diferentes franqueados. Mais do que isso ele é um elemento essencial para entendermos como o McDonald's pôde estender sua rede de franquias em diferentes escalas, sempre em consonância com as mudanças nas configurações espaço-temporais do século XX.

A atuação do McDonald's reforça, portanto, que o espaço não deve ser entendido como “cenário” ou “pano de fundo”, mas como elemento ativo no processo de reprodução do capital. Em outras palavras: é a própria atuação das empresas capitalistas e do Estado que impõem uma leitura crítica da produção do espaço.

Vejamos agora como o McDonald's, através da produção do espaço em diferentes escalas, tornou-se uma empresa global. Partiremos de sua atuação nos subúrbios americanos, para em seguida analisarmos como ele “conquistou” as cidades. Por fim, trataremos de como a atuação nas cidades dos EUA foi essencial para que o McDonald's passasse a atuar em todo o mundo.

Desde cedo Ray Kroc percebeu a importância do planejamento espacial para o crescimento do McDonald's. Fontenelle indica como durante o pós-guerra ele percebeu que o crescimento da malha rodoviária nos EUA permitia não apenas a intensificação do uso do automóvel, como o desenvolvimento de uma nova forma de habitação: aquela dos subúrbios.

Devemos ressaltar que entendemos aqui os subúrbios americanos como uma escala de atuação do McDonald's, mas que assim como Neil Smith alerta é importante revelar como essa escala foi produzida para que ela não seja naturalizada.

Se o McDonald's vinha inovando ao trazer a linha de montagem para a alimentação Abraham Levitt trazia, segundo Isleide Fontenelle, o fordismo à construção da casa. Esse empreendedor imobiliário tornou a casa um produto para ser consumido em massa nos EUA do pós-guerra. Sua companhia, a Levitt & Sons, construiu entre 1947 e 1951 “17.447 casas sobre os campos de uma antiga fazenda de batatas em Nova York, fazendo surgir a *Levittown*, uma comunidade instantânea de 75 mil pessoas” (FONTENELLE, 2002, p. 105).

É revelador que essa “comunidade” tenha surgido sobre um campo de batatas. O preço da terra dentro das cidades não permitiria um negócio de tal magnitude, sendo necessário, portanto, atuar no entorno das cidades constituindo seus subúrbios. Esse modelo de construção de casas se espalhou por todo o território dos EUA e acabou por realizar mais do que uma nova forma de habitação, mas um novo modo de vida associado aos subúrbios. Fontenelle destaca a maneira como a indústria do automóvel e da construção dos subúrbios se complementava, na medida em que o automóvel possibilitava a existência dos subúrbios, e os subúrbios faziam crescer a necessidade por automóveis. (FONTENELLE, 2002, p. 106)

Ray Kroc teve a capacidade de perceber cedo as possibilidades abertas por esse novo modo de vida dos subúrbios americanos, pois foi atuando principalmente neles que o McDonald's cresceu nos primeiros anos sob sua administração. “As lojas McDonald's começaram a pipocar nos subúrbios, nos cruzamentos das rodovias e em meio a interseções de

bairros, visando atingir as famílias que ali se instalavam: o pai trabalhador, a mãe dona-de-casa e, sobretudo, as crianças.” (FONTENELLE, 2002, p. 107) Ele dava tanta importância à localização dos futuros restaurantes que chegou a sobrevoar áreas para poder definir onde seria mais vantajoso abrir um McDonald’s.

De um avião alugado, com a ajuda de um binóculo, Kroc procurava por novos lugares, vasculhava as áreas próximas a torres de igrejas, escolas, centros de compra e confluências de tráfego, vislumbrando na sua vizinhança famílias consumidoras em potencial, com casas com um carro na garagem e vaga para mais um. (FONTENELLE, 2002, p. 107)

Essa atuação na escala dos subúrbios permitiu que o McDonald’s se tornasse, em pouco tempo, uma rede de *fast-food* com atuação em todos os EUA, ou seja, em escala nacional. Deste modo, foi através da atuação em uma escala – a do subúrbio – que o McDonald’s conseguiu atingir outra escala – a nacional. Mas, para isso, foi imprescindível que ele atuasse simultaneamente em uma terceira escala: a do restaurante.

Situados nas estradas onde os automóveis circulavam em alta velocidade não apenas os restaurantes, como qualquer estabelecimento comercial, tinha de chamar a atenção do motorista. Para Isleide Fontenelle, os postos de gasolina formaram o primeiro conjunto arquitetônico à beira das estradas, pois se constituem como uma infra-estrutura necessária para a manutenção dos carros. Junto aos postos de gasolina surgem os restaurantes, pois além da necessidade de manter o carro funcionando, os motoristas precisam se alimentar para seguir viagem.

A arquitetura desses estabelecimentos precisou se adaptar ao automóvel, pois este impõe um novo tipo de olhar, produto da velocidade. “Como captar esse olhar em meio a tanta mobilidade? Tal desafio exigia que se desse um novo tratamento às imagens arquitetônicas para atrair esse viajante das auto-estradas.” (FONTENELLE, 2002, p. 200)

Essa arquitetura específica de “beira de estrada” visava ser prazerosa e atraente, sendo, sobretudo, direcionada para o consumo. Isleide Fontenelle aponta para o fato de essa

arquitetura ter, neste sentido, investido nos simulacros, onde predominavam imitações de estilos (a construção de “castelos” sendo um entre tantos exemplos).

O McDonald’s não ficou fora disso e definiu como padrão um edifício composto por 2 arcos dourados.

Nesse período, a simbologia associada aos arcos, como forma audaz e moderna, ia além da arquitetura: eles foram tomados como representantes de uma era aeroespacial, expressão do potencial tecnológico do século XX. Por consequência, os arcos do McDonald’s estavam inseridos nesse poder simbólico que foi associado à arquitetura com arcos. (FONTENELLE, 2002, p. 209)

Somente na década de 60 os arcos deixam de ser um elemento do edifício e passam a fazer parte da logomarca: dois arcos que podem ser lidos como um “M”.

Além da arquitetura é interessante ressaltar como Ray Kroc soube se aproveitar do contexto político internacional da Guerra Fria. Ele não estava muito satisfeito com a primeira imagem desenvolvida pelo McDonald’s, o bonequinho Speedee, pois ele apenas vinculava a idéia de velocidade. Segundo Isleide Fontenelle, para Ray Kroc, mais importante do que a velocidade eram dois outros valores: a disciplina e a ordem.

De qualquer modo a velocidade não deixa de ser um dos principais atrativos de uma ida ao McDonald’s. Além disso, devemos nos perguntar mais uma vez sobre que tipo de refeição é aquela que antes da sociabilidade, do sabor e do valor nutritivo visa a disciplina e a ordem. Neste sentido ele buscou atrelar a imagem do McDonald’s ao “*american way*” quando instituiu o uso obrigatório da bandeira dos EUA em cada um dos restaurantes⁵⁴. Assim, a bandeira dos EUA ajudou a legitimar os valores de ordem e disciplina. Juntamente com a

⁵⁴ “Pode-se presumir que o símbolo mais associado à imagem de disciplina e ordem que Ray Kroc buscava para a sua marca foi a bandeira americana. [...] Ao colocar o McDonald’s no mesmo nível das principais instituições americanas – como o Senado Nacional, por exemplo – que tinham a prática de manter hasteada a bandeira ininterruptamente, Kroc afirmava que, em sua loja, ‘a bandeira estava em exposição como parte de um programa que encorajava os americanos a construírem e desenvolverem seu país e não a destruí-lo’.” (FONTENELLE, 2002, p. 182-3)

arquitetura de seus restaurantes ela conseguiu formar uma “idéia de lugar” tão cara ao McDonald’s.

Ainda na escala do restaurante é preciso salientar que a partir do momento em que o McDonald’s deixou de ser um *drive-in*, (onde as pessoas se alimentam dentro de seus carros) para se tornar um restaurante fechado, ele passou a investir também na caracterização do interior de suas lojas. A decoração com “motivos de escape” característica do McDonald’s era um prolongamento “dos significados investidos na arquitetura de fachada dos restaurantes” (FONTENELLE, 2002, p. 213).

Além dos “motivos de escape” o McDonald’s sempre buscou refletir em suas lojas os valores tradicionais ainda presentes na sociedade americana do pós-guerra, não sem ao mesmo tempo investir “na modernidade encarnada no tempo veloz e na organização desse tempo; na eficiência, no desenvolvimento, no controle, enfim, no progresso” (FONTENELLE, 2002, p. 112)

Isso tudo para que as pessoas, quando estivessem no McDonald’s, pudessem se sentir ao mesmo tempo inseridas na modernidade, mas de maneira segura, preservando os valores tradicionais. Para Fontenelle nessa

[...] América idílica do pós-guerra, o McDonald’s tornou-se o protótipo e o reflexo do espaço social idealizado, no qual pudessem reinar a disciplina e a ordem. (...) Além de um lugar asséptico, tornou-se um espaço previsível, onde o consumidor sempre sabe como deve se comportar, o que esperar, o que vai comer e quanto vai pagar. (FONTENELLE, 2002, p. 72)

Mais do que uma refeição, o McDonald’s oferece um “sentido de lugar” em uma vida cada vez mais acelerada e sem referenciais. O que temos aqui, portanto, é uma atuação espacial - uma produção do espaço simultaneamente multiescalar, pois, como já dizíamos, para se tornar uma rede de *fast-food* nacional o McDonald’s atuou principalmente na escala dos subúrbios (aproveitando-se de suas centralidades já constituídas – as Igrejas, as escolas, os centros de compra). Essa atuação teve de ser acompanhada por uma concepção própria da arquitetura do edifício (escala do restaurante) e de seu interior, seja na cozinha que

possibilitava a efetivação de uma linha de montagem, seja no espaço destinado aos clientes que criava uma experiência.

Esse processo só foi possível graças à figura da franquia empresarial, pois foi através dela que o McDonald's pôde atuar diretamente na escolha da localização das lojas, assim como impor rígidos padrões de operação do negócio (da arquitetura interna e externa à velocidade com que o lanche deveria ser servido) a todos os franqueados.

Se a identificação construída com o modo de vida dos subúrbios foi essencial para a expansão do McDonald's, no fim da década de 60 ela já representava um limite. Enquanto restaurante pensado e construído para os subúrbios sua atuação ficava restrita a este espaço que conformava um modo de vida próprio diferente daquele das cidades.

Foi no fim da década de 60 que os limites de uma atuação restrita aos subúrbios foi sentida. Sem grandes possibilidades de continuar expandindo sua companhia somente através desses espaços foi necessário voltar o foco da expansão do McDonald's para os centros urbanos, para as cidades.

Essa mudança na escala de atuação do McDonald's mais uma vez foi acompanhada de processos realizados simultaneamente em outras escalas. Isso significa que mais uma vez o McDonald's teve de produzir um espaço em diferentes escalas, pois não era possível transpor o modelo de restaurante pensado e produzido para o modo de vida dos subúrbios para as cidades que apresentavam, do ponto de vista do McDonald's, um novo perfil de mercado consumidor.

Diferentemente do que ocorria nos subúrbios, os consumidores nas cidades eram em sua maioria pedestres que trabalhavam nos centros comerciais e buscavam alimentar-se durante o intervalo para o almoço (que de maneira geral não passa de uma hora). Neste sentido, Isleide Fontenelle afirma que “nos distritos comerciais, o McDonald's voltou-se, então, para a população que trabalhava, focando seu negócio na conveniência do serviço: um

restaurante próximo do local de trabalho e com a previsibilidade de uma refeição servida sem muita espera.” (FONTENELLE, 2002, p. 118)

Mais do que isso o McDonald's deu uma ênfase ainda maior na construção do restaurante como um lugar especial dentro da cidade, pois lá “os consumidores encontrariam, além da eficiência de uma máquina de produção de alimentos, um oásis de ordem e cordialidade em meio ao caos urbano e à indiferença do espaço da fábrica ou do escritório.” (FONTENELLE, 2002, p. 118)

Ou seja: para continuar crescendo o McDonald's precisou redefinir até mesmo como ele próprio produzia seu espaço, seja na localização de suas lojas que foram dos subúrbios para a cidade, seja na produção de um restaurante que fosse distinto daquele que era produzido nos subúrbios.

Assim, podemos dizer que o McDonald's adotou um novo modo de produzir o espaço quando passou a focar sua atuação nas grandes cidades dos EUA. Essa mudança no modo de produzir o espaço revela a estreita relação que o McDonald's tem com a maneira como o espaço urbano vinha sendo produzido tanto nos EUA como em outras partes do globo.

A construção de um lugar que pareça “acolhedor” dentro do “caos urbano” mostra como cada vez mais o McDonald's vende toda uma “experiência” (que está em consonância com o espaço-tempo no qual o McDonald's se insere) e não apenas um lanche que supre as necessidades alimentares dos trabalhadores. No limite o McDonald's tenta se colocar nas cidades, como o outro do espaço do trabalho (da fábrica e do escritório), o outro da própria cidade cada vez mais entendida como caótica, tentando se constituir como o espaço do lazer, do gozo. Porém, contraditoriamente o McDonald's se realiza como um espaço inteiramente planejado e produzido para o consumo.

Se nos debruçamos mais uma vez sobre a escala do restaurante veremos a importância de problematizarmos a produção do espaço interno dos restaurantes do McDonald's, pois enquanto a cozinha deve ser funcional, tendo em vista uma organização dos espaços que favorecesse cada etapa da linha de montagem, por outro lado, no espaço voltado para os consumidores deveriam sobressair-se os “simulacros”.

Essa produção de simulacros fica ainda mais nítida quando se sabe que

[...] um dos maiores fornecedores de arte de fábrica do McDonald's é uma empresa que costumava projetar cenários de filmes para Hollywood, ou seja, era responsável por construções de cenários artificiais que permitiam aos estúdios dispensar as áreas exteriores de filmagem. Assim, o objetivo desse tipo de empresa é a simulação de lugares, de tal maneira que a simulação pareça ‘real’, levando a própria realidade a se tornar, cada vez mais, enfadonha e tediosa, porque incontrolável. (FONTENELLE, 2002, p. 213)

Essa idéia de que o McDonald's venderia uma experiência e não simplesmente um lanche foi expressa claramente e por mais de uma vez por Ray Kroc. Para ele: “nós [o McDonald's] não estamos no negócio de *fast-food*, nós estamos no show business” (FONTENELLE, 2002, p. 217)

Essa estratégia do McDonald's revelou-se desde cedo não apenas nos restaurantes pensados como “lugares simulados”, mas também em seus anúncios, pois enquanto a concorrência veiculava imagens de “hambúrgueres fumegantes”, “a mensagem do McDonald's passou a ser o prazer que uma ida a uma de suas lojas proporcionaria” (FONTENELLE, 2002, p. 185)

Margaret King faz uma interessante associação entre o McDonald's e a Disney. Segundo ela, ambas as companhias

[...] fizeram uso inovador do conceito de ‘lugar’, suportado por uma forte base de fantasia e preenchimento de vários tipos de necessidades e desejos. Ambas se originam de uma ideologia que é facilmente identificável com um *ethos* da classe média. Ambas aplicaram soluções únicas e distintas a vários problemas e preocupações dentro da vida americana que têm a ver com a vida em família, televisão, lazer, mobilidade e necessidades coletivas por limpeza, ordem, segurança e descanso (acompanhados por uma excitação moderada), eficiência, padronização, patriotismo e um tipo particular de beleza uniforme e estável. (KING APUD FONTENELLE, 2002, p. 187)

O papel do espaço é imprescindível, pois é através dele que o McDonald's vai associar sua marca à diversão, ao entretenimento, ao lazer, minimizando outros aspectos de seu negócio, como a padronização extrema de seus lanches. O espaço do restaurante do McDonald's propõe, neste sentido, uma dupla domesticação: de um lado a domesticação daquele que trabalha e deve se adequar ao ritmo da linha de montagem; de outro lado domestica-se aquele que consome o lanche (e o espaço) através da construção de um simulacro onde o comportamento de cada um é altamente padronizado.

Contudo, a entrada do McDonald's nas grandes cidades não se deu sem alguns conflitos e embates. Vale lembrar que o período que vai do fim da década de 60 até o início da década de 70 é marcado por um forte movimento contracultural, que nos EUA se expressava de diversas maneiras. As manifestações contra a Guerra do Vietnã, o questionamento da típica família nuclear burguesa, a reivindicação da legalização do consumo de drogas consideradas ilícitas, a luta pela igualdade racial, além do questionamento ético acerca do consumo de carnes pelo vegetarianismo crescente são alguns dos exemplos de combates que de alguma maneira chegavam até o McDonald's, haja vista que esta rede de lanchonetes simbolizava os valores tradicionais da sociedade americana.

Para entendermos esses conflitos será necessário considerar outra escala de análise: a da comunidade⁵⁵. O espaço urbano guarda dentro de si, de maneira mais ou menos desgastada, o sentimento de comunidade. Nos EUA esse sentimento muitas vezes se sobrepõe às questões raciais, sendo comum designarem-se bairros negros, latinos ou orientais dentro das cidades americanas.

Segundo Isleide Fontenelle, nesse momento de luta pela igualdade racial o movimento negro começou a boicotar o McDonald's devido à ausência de franqueados negros. Em pouco

⁵⁵ O conceito de comunidade, assim como o de subúrbio, tem aqui uma íntima relação com a realidade dos EUA. Seria possível dizer que para a realidade brasileira a noção de bairro seja mais adequada, sem que isso queira dizer que esta tenha os mesmos conteúdos da primeira. Como estamos tratando da atuação do McDonald's nos EUA permaneceremos com esse conceito, utilizado também na bibliografia consultada.

tempo o McDonald's se viu obrigado a responder a essas manifestações com uma política de franquia para as minorias. Ao mesmo tempo vários bairros urbanos também se manifestaram contra a instalação das lojas do McDonald's, pois essas levavam os comerciantes menores à falência, além de destruir as características da comunidade.

Em suma, no momento em que havia um descontentamento geral com as tradições americanas, o McDonald's, como representante dessas tradições, também foi questionado. Nesse sentido, Isleide Fontenelle alerta para o fato de o McDonald's ter respondido a essas críticas com um programa comunitário. Segundo ela:

Se o McDonald's pretendia mesmo tornar-se um novo centro para os bairros urbanos, teria de considerar suas necessidades e seus valores. Foi certamente a percepção correta dessas críticas que levou a companhia a iniciar o desenvolvimento de um amplo programa comunitário que a faz se autodenominar, hoje, 'um bom vizinho'. (FONTENELLE, 2002, p. 123).

Como esses questionamentos também se davam nacionalmente a corporação também realizou projetos nacionais como as "Casas de Caridade Ronald McDonald". Assim, aquilo que hoje se apresenta através do discurso da responsabilidade social das empresas, já vinha sendo praticado pelo McDonald's desde a década de 70.

Obviamente que todos os questionamentos sobre o crescimento do McDonald's e o papel que ele vinha desempenhando na sociedade americana nunca tiveram como resposta medidas que impossibilitassem suas condições de reprodução. Pelo contrário, o McDonald's utilizou essas críticas para redefinir sua atuação, mesmo que apenas no plano do discurso, no sentido de ampliar suas possibilidades de crescimento.

Mesmo enfrentando esses problemas o crescimento do McDonald's a partir de sua entrada nas cidades foi geométrico, tanto nos EUA como fora dele. Em 1971 "o McDonald's já estava presente em todos os cinquenta estados americanos – e em outros quatro países – com quase 1.600 restaurantes e faturamento anual de 587 milhões de dólares; em 1972, quebrava o marco de um bilhão de dólares em vendas anuais". (FONTENELLE, 2002, p. 126)

Na década seguinte o crescimento continuou e no início dos anos 80 o McDonald's já tinha mais de 6.000 restaurantes em 27 países. Dados do próprio McDonald's afirmam que atualmente haja mais de 31.000 restaurantes em 119 países (espalhados pelos 6 continentes), que servem diariamente 47 milhões de pessoas⁵⁶.

Enquanto o McDonald's era um negócio voltado ao “modo de vida” dos subúrbios americanos sua atuação esteve restrita a uma configuração espacial particular dos EUA. Porém, quando passou a atuar nas cidades americanas o McDonald's estava ao mesmo tempo construindo a possibilidade de atuar em praticamente todas outras cidades do mundo. Em outras palavras, pode-se dizer que foi a partir do momento em que conquistou as cidades dos EUA, que o McDonald's abriu a possibilidade de atuar globalmente.

Sabemos que a produção do espaço nas grandes cidades do mundo levou rapidamente à homogeneização e padronização do modo de vida urbano. Essa produção padronizada e homogeneizada das cidades conferiu certa “identidade” entre elas, sendo possível a partir desse momento pensar em negócios que poderiam explorar uma mesma forma de atuação nas mais diversas cidades do globo.

Há, além disso, de se ressaltar o importante papel que os EUA, enquanto nação mais poderosa do bloco capitalista exercia sobre os outros países. A difusão do “*american way of life*” através de uma exacerbação do consumo foi um fenômeno marcante na vida cotidiana da população de diversos países e abriu caminho para a atuação das empresas desse país.

A presença do McDonald's em todo o mundo transformou essa rede de restaurantes em uma referência dentro da economia capitalista. Isleide Fontenelle ressalta que o Big Mac, principal produto do McDonald's, por sua alta padronização e universalização

[...] foi transformado em ‘moeda’ pela revista inglesa *The Economist*, servindo de referência para o cálculo do denominado Índice Big Mac, um descompromissado e ‘divertido’ indicador de comparação cambial entre as

⁵⁶ Fonte: <http://www.mcdonalds.ca/en/aboutus/faq.aspx>

moedas das principais economias do mundo, baseado na teoria da Paridade do Poder de Compra (PPC, ou PPP em inglês), segundo a qual uma certa cesta de bens e serviços deveria custar o mesmo em qualquer país. (FONTENELLE, 2002, p. 30)

Outros autores preocupados com o significado do McDonald's nas refeições cotidianas, como é o caso de Claude Fischler, definem a existência de um “gosto global mcdonaldizado”. Mais do que um gosto exclusivamente voltado para o McDonald's esses autores identificam uma padronização que atinge diversas refeições, mesmo aquelas realizadas em casa. Assim, de alguma maneira podemos dizer que o McDonald's representa parte dessa vida urbana cada vez mais apoiada no consumo e ao mesmo tempo cada vez mais miserável.

Mais uma vez o McDonald's passa a ter de lidar com críticas, agora em escala global. As novas críticas revelam as preocupações que aparecem como centrais do contexto atual: trata-se de críticas ecológicas e nutricionais. Desde a década de 80 o McDonald's é identificado como símbolo da sociedade do descartável bastante criticada pelos movimentos ecológicos em escala global, que exigem da companhia uma postura menos agressiva com relação ao meio ambiente. Ao mesmo tempo o aumento significativo da população obesa no mundo (principalmente nos EUA) fez com que as críticas ao valor nutricional dos lanches do McDonald's fossem cada vez mais freqüentes e pesadas.

Porém, como no momento em que estava enfrentando críticas na escala da comunidade, o McDonald's tratou de responder rapidamente às críticas e incorporou o discurso ecológico e nutricional em sua atuação. Novos lanches menos calóricos e compromisso com a reciclagem são medidas que de alguma maneira acalmam os críticos e não tocam naquilo que é essencial ao McDonald's. Novamente o McDonald's parece absorver as críticas e superá-las mesmo que apenas no âmbito do discurso para continuar seu processo de crescimento global.

O sentido dessa exposição acerca do funcionamento e da expansão do McDonald's foi o de revelar, mesmo que apenas parcialmente, como os processos de deterioração da alimentação no século XX e início do século XXI estão diretamente relacionados ao modo como os alimentos foram sendo cada vez mais absorvidos pela lógica da circulação capitalista.

Para o capital o alimento é uma mercadoria estratégica para sua reprodução. De um lado ele representa uma das necessidades que os trabalhadores devem satisfazer para que a força de trabalho se reproduza. De outro, por ser tão essencial para a reprodução da vida, o alimento é também uma mercadoria que entra no processo de reprodução ampliada do capital.

Além disso, o caso do McDonald's revela a importância do entendimento da produção do espaço (realizada por empresas e pelo Estado) para a compreensão da alimentação e de seus processos de deterioração. Essa compreensão caminha no mesmo sentido daquilo que vínhamos colocando a partir das contribuições de Neil Smith e David Harvey através do debate acerca das escalas espaciais. Vimos como a atuação do McDonald's foi inerentemente espacial conseguindo superar aquilo que David Harvey denominou de "dilemas de escala".

Seria importante realizar uma pesquisa aprofundada nos outros setores da economia capitalista ligados à produção e comercialização de alimentos que também produzem um espaço voltado prioritariamente para a reprodução do capital. As grandes redes de supermercados também adotam inúmeras estratégias espaciais (em diversas escalas) diretamente voltadas para sua reprodução, basta ver a enorme preocupação destas com a organização das mercadorias em suas lojas ou sua localização em pontos de grande circulação das metrópoles.

Além dos supermercados seria interessante analisar também a atuação do Estado com relação ao que se convencionou denominar "abastecimento". Através de suas secretarias e órgãos competentes, o Estado tenta administrar o abastecimento de alimentos, não sem

produzir um espaço para isso. Os CEASAs (no caso de São Paulo CEAGESP) espalhados pelo país são um exemplo claro dessa tentativa de organização que certamente privilegia os intermediários na medida em que lhes garante um monopólio de comercialização.

Em suma: seria muito importante expandir a análise que foi realizada a partir do caso do McDonald's para outros setores da economia capitalista. Contudo, deixaremos esta análise para outro momento e nos concentraremos agora em fazer uma interpretação da fome e da miséria na alimentação no urbano a partir da metrópole de São Paulo.

6. A fome, a miséria na alimentação e o urbano

A articulação de diferentes escalas espaciais proposta por Neil Smith nos permitiu avançar no entendimento do papel do espaço para a alimentação. Assim, pudemos dar os primeiros passos no sentido de uma superação da concepção de espaço colocada por Josué de Castro e pela Geografia Clássica de tradição francesa, que buscava a síntese dos fenômenos na região.

A apresentação da alimentação, através do consumo, em diversas escalas se mostrou interessante, porém insuficiente. Tentando superar essa visão buscamos mostrar como o McDonald's⁵⁷ precisou produzir espaços em diferentes escalas para garantir sua reprodução, raciocínio que poderia ser estendido para diversas outras empresas capitalistas que atuam no ramo da alimentação. No entanto, nesse percurso ficou evidente a importância do entendimento da cidade para a compreensão do processo de expansão e reprodução do McDonald's. A cidade, nesse caso, já apresentaria a necessidade de ser problematizada para além de uma discussão unicamente escalar.

Ao mesmo tempo, é importante ressaltar que, como já havíamos anunciado ao trabalharmos com a obra de Josué de Castro, o fenômeno urbano impôs uma nova leitura da realidade. No caso brasileiro, durante as décadas de 1950 e 1960 há uma inversão decisiva: a população urbana passa a ser maior do que a população rural. Atualmente, segundo dados do IBGE, cerca de 80% da população brasileira vive em cidades. Essa inversão quantitativa (pois trata da quantidade de população) impõe transformações qualitativas à realidade que precisam ser consideradas.

Josué de Castro trabalhou principalmente com a fome no campo, mas em seus escritos literários (“Documentário do Nordeste” e “Homens e Caranguejos”) é possível identificar

⁵⁷ Mais uma vez é importante ressaltar que a escolha pelo McDonald's está baseada no caráter paradigmático que essa empresa representa para o pensamento sobre a alimentação contemporânea.

uma interpretação da fome nas cidades. Ao mesmo tempo, ao tratar do crescimento das cidades em obras como “Geografia da Fome”, Josué de Castro identifica nelas o outro do “gênero de vida”, dos fenômenos de longa duração, do equilíbrio e dos fenômenos tidos como civilizatórios. A urbanização aparecia para ele como descontrolada; como mais um fator de desequilíbrio que viria a agravar o panorama da fome no país.

Quando Josué de Castro começa a escrever seus primeiros trabalhos ainda pode-se dizer que no Brasil as cidades eram uma extensão do campo, pois permaneciam como um dos termos de uma sociedade rural. Com o avanço do capitalismo, apoiado no processo de industrialização, as cidades cresceram, não só em tamanho como em importância (poder) e passaram a determinar o rural, que passa agora a ser entendido como uma extensão do urbano.

Essa enorme virada foi sentida de maneira intensa na Geografia em todo o mundo. Ainda dentro de uma Geografia Clássica surgiu uma “Geografia Urbana” que teve de dar conta dos fenômenos em movimento. Portanto, foram os acontecimentos que impuseram uma nova leitura da realidade, pois esta precisava ser compreendida em seu movimento. Portanto, essa Geografia Urbana precisou anunciar os limites da “Geografia Clássica”, o que revela o caráter quase revolucionário da Geografia Urbana dentro da Geografia⁵⁸.

Segundo a Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio (PNAD), realizada em 2002 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população urbana representa 83% da população total do país. Essa mesma pesquisa, que buscou compreender a situação alimentar do brasileiro, estima que mais de 70 milhões de brasileiros, quase 40% da população total (!!!), estejam em situação de “insegurança alimentar”, sendo que destes, quase

⁵⁸ Devo essas reflexões ao curso de Geografia Urbana I, ministrado pela Profa. Amélia Luisa Damiani, realizado no segundo semestre de 2007, o qual acompanhei na condição de bolsista/monitor do Programa de Aperfeiçoamento de Ensino (PAE).

80% vivem nas cidades (aproximadamente 55 milhões) e pouco mais de 20% vivem no campo (cerca de 15 milhões).

A fome, onde quer que se manifeste, é um fenômeno degradante. Não estamos aqui, advogando que todos os esforços, tanto de entendimento como de combate, concentrem-se somente sobre a fome nas cidades. Entretanto, é fundamental constatar que a fome se manifesta de maneiras diferentes na cidade e no campo, sendo necessário entendê-las profundamente.

A fome, enquanto drama vivido cotidianamente é sempre cruel, mas as estratégias de sobrevivência do faminto no campo e na cidade são certamente diferentes, mesmo que sejam sempre humilhantes e revelem a desumanidade inerente à sociedade capitalista.

Para a realização de uma interpretação mais aprofundada da fome no urbano iniciaremos esse capítulo precisando a noção de urbano e de sociedade urbana, a partir do livro “Revolução Urbana” de Henri Lefebvre. Em seguida caracterizaremos rapidamente a cidade de São Paulo e sua constituição enquanto metrópole, para podermos apresentar, por fim, uma interpretação da fome e da miséria na alimentação em São Paulo.

6.1 A industrialização, a negação da cidade e o urbano como objeto virtual

A problematização da cidade não pode permanecer somente em uma discussão escalar. Deste modo, é necessário definir com mais clareza porque consideramos o urbano como um elemento indispensável que redefine uma leitura sobre a deterioração da vida cotidiana que se manifesta na miséria na alimentação e na fome.

Henri Lefebvre parte de uma hipótese: “a urbanização completa da sociedade” (LEFEBVRE, 1999, p. 15). Essa hipótese implicaria uma sociedade urbana, entendida por ele como um “objeto virtual”, ou seja, como um objeto possível que se situa para além do constatável (empírico), mas que nem por isso pode ser considerado fictício. Para ele:

Trata-se de uma hipótese teórica que o pensamento científico tem o direito de formular e de tomar como ponto de partida. [...] Não há ciência sem hipóteses teóricas. Destaquemos desde já que nossa hipótese, que concerne às ciências ditas “sociais”, está vinculada a uma concepção epistemológica e metodológica. O conhecimento não é necessariamente cópia ou reflexo, simulacro ou simulação, de um objeto já real. [...] Para nós, aqui, o objeto se inclui na hipótese, ao mesmo tempo que a hipótese refere-se ao objeto. [...] Enunciamos um objeto virtual, a sociedade urbana, ou seja, um objeto possível, do qual teremos que mostrar o nascimento e o desenvolvimento relacionando-os a um processo e a uma práxis (uma ação prática). (LEFEBVRE, 1999, p. 16)

Para elucidar essa hipótese Lefebvre traça um eixo vai da ausência de urbanização até a realização (possível) da sociedade urbana. Para ele “esse eixo é ao mesmo tempo espacial e temporal: espacial, porque o processo se estende no espaço que ele modifica; temporal, uma vez que se desenvolve no tempo, aspecto de início menor, depois predominante, da prática e da história.” (LEFEBVRE, 1999, p. 20)

Quadro 1 – Eixo espaço-temporal

Fonte: Lefebvre, Henri. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999, p. 20.

Em seguida Lefebvre preenche esse eixo, que representa o caminho percorrido pelo fenômeno urbano, com algumas balizas. Para ele, em torno do zero inicial estão os primeiros grupos humanos que marcaram e nomearam o espaço. Logo em seguida, neste eixo, aparece a cidade política povoada por sacerdotes, guerreiros, príncipes, nobres, chefes militares, assim

como por administradores e escribas. A cidade política, que não pode ser concebida sem a escrita (documentos, ordens, taxas, etc.), “acompanha, ou segue de perto, o estabelecimento de uma vida social organizada, da agricultura e da aldeia.” (LEFEBVRE, 1999, p. 21)

A troca e o comércio não têm lugar privilegiado nessa cidade: “esses lugares são, antes de mais nada, excluídos da cidade política [...]. O processo de integração do mercado e da mercadoria (as pessoas e as coisas) à cidade dura séculos e séculos.” (LEFEBVRE, 1999, p. 22)

Com o fortalecimento das trocas e do comércio constitui-se a cidade comercial (mercantil). Nessa cidade a troca comercial torna-se função urbana; essa função faz surgir uma forma, e dela uma nova estrutura do espaço urbano (LEFEBVRE, 1999, p. 23). A praça do mercado torna-se central e substitui a praça da reunião (a ágora, o fórum); além disso, uma nova arquitetura traduz uma nova concepção de cidade.

Até aqui, no entanto, o campo ainda predomina sobre a cidade. O poder está na riqueza imobiliária, nos produtos do solo, nas pessoas estabelecidas territorialmente. Mas, “num dado momento, essas relações múltiplas se invertem, há uma reviravolta.” (LEFEBVRE, 1999, p. 23) A cidade deixa de ser uma “ilha urbana num oceano camponês” e torna-se um dos termos (igual ao outro) da relação entre “cidade-campo”. Para Lefebvre essa inversão pode ser verificada no pensamento de filósofos e escritores, na medida em que a realidade urbana se instala como mediação essencial entre os que refletem e a natureza⁵⁹.

Lefebvre localiza esse momento no centro do eixo espaço-temporal que fundamenta a análise. Essa inversão está associada ao crescimento do capital comercial. Para ele, “é a cidade comercial, instalada na cidade política, mas prosseguindo sua marcha ascendente, que a explica.” (LEFEBVRE, 1999, p. 25)

⁵⁹ “As pessoas que refletem não mais se vêem na natureza, mundo tenebroso atormentado por forças tenebrosas. Entre elas e a natureza, entre seu centro e seu núcleo (de pensamento, de existência) e o mundo, instala-se a mediação essencial: a realidade urbana.” (LEFEBVRE, 1999, p. 24)

E é justamente o crescimento do capital comercial que precipita a emergência do capital industrial e, conseqüentemente, da cidade industrial. Mas esse momento guarda uma particularidade, pois no entendimento de Henri Lefebvre, a cidade é anterior à indústria. A indústria se aproxima das cidades para aproximar-se dos capitais, dos mercados, da mão-de-obra, em um processo que não se realiza sem resistências:

Assim como a *cit* poltica resistiu durante longo tempo a conquistadora, meio pacfica, meio violenta, dos comerciantes, da troca e do dinheiro, a cidade poltica e comercial se defendeu contra o domnio da indstria nascente, contra o capital industrial e o capitalismo *tout court*. (LEFEBVRE, 1999, p. 25)

Portanto, a indstria no estaria vinculada cidade, mas, “antes de mais nada, ligada no-cidade, ausncia ou ruptura da realidade urbana.” (LEFEBVRE, 1999, p. 25) O processo de industrializa faz com que a cidade se estenda desmesuradamente e leva urbaniza da sociedade, mas trata-se de uma urbaniza que nega a cidade; onde a no-cidade e a anticidade conquistam a cidade.

Nesse movimento, a realidade urbana, ao mesmo tempo amplificada e estilhaada, perde os traos que a poca anterior lhe atribua: totalidade orgnica, sentido de pertencer, imagem enaltecadora, espao dominado e demarcado pelos esplendores monumentais. (LEFEBVRE, 1999, p. 26)

Vejamos como Lefebvre desenvolve seu argumento para mostrar a ausncia de uma realidade urbana na cidade industrial. Um elemento central em sua argumenta est baseado naquilo que ele denomina de processo de imploso-exploso da cidade: imploso causada pela “enorme concentra (de pessoas, de atividades, de riquezas, de coisas e de objetos, de instrumentos, de meios e de pensamento) na realidade urbana”; e uma imensa exploso que projeta “fragmentos mltiplos e disjuntos (periferias, subrbios, residncias secundrias, satlites etc.)” (LEFEBVRE, 1999, p. 26).

Neste processo a cidade industrial anuncia um outro momento, qualitativamente novo, o qual Lefebvre denomina como “zona crtica”, cuja conseqncia a “problemtica urbana”

que se impõe em escala mundial. Contraditoriamente é apenas através dessa problemática urbana que podemos entrever a realidade urbana que está para além da “zona crítica”.

Quadro 2 – Eixo espaço-temporal com as balizas

Fonte: Lefebvre, Henri. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999, p. 27.

Portanto, o urbano não é uma realidade pronta e acabada, mas um horizonte, uma “virtualidade iluminadora”. Além disso, cada sociedade apresenta particularidades e especificidades que não permitem a formulação de um único modelo para todas elas, e assim cada uma delas precisa “contornar e romper os obstáculos” que atualmente tornam impossível a realização plena do urbano.

A industrialização impôs uma homogeneidade em nome da razão, da lei, da técnica, do Estado, etc. com o intuito de “legitimar a ordem geral que corresponde à lógica da mercadoria” (LEFEBVRE, 1999, p. 42). Para Lefebvre, as várias lógicas que se confrontam na sociedade (a da mercadoria, a do Estado, a da organização espacial, a da vida cotidiana)

têm um lugar comum: a lógica da mais-valia. “A cidade, ou o que resta dela, ou o que ela se torna, serve mais do que nunca à formação de capital, isto é, à formação, à realização, à distribuição de mais-valia.” (LEFEBVRE, 1999, p. 43) É por isso que Lefebvre considera a cidade industrial como a não-cidade, pois nela reina a ausência da realidade urbana.

Em contraposição à industrialização está o urbano, um campo ainda ignorado e desconhecido, com o qual se relativiza o que se passava por absoluto: a razão, a história, o Estado, o homem. Ele indica outra lógica espacial e temporal:

O espaço-tempo urbano, desde que não seja definido pela racionalidade industrial – por seu projeto de homogeneidade –, aparece como diferencial: cada lugar e cada momento não tendo existência senão num conjunto, pelos contrastes e oposições que o vinculam aos outros lugares e momentos, distinguindo-os. (LEFEBVRE, 1999, p. 45)

Só é possível apreender o espaço-tempo diferencial a partir “do ponto de vista do encontro, da simultaneidade, da reunião, ou seja, dos traços específicos da forma urbana.” (LEFEBVRE, 1999, p. 44) Trata-se de recuperar os conceitos centrais da realidade anterior, que foram destituídos pela industrialização, para restituí-los em um contexto ampliado.

Segundo Lefebvre, o espaço muda com os períodos (rural, industrial, urbano) existindo, pois, três camadas no espaço, superpostas, interpenetradas, absorvidas, ou não, uma na outra. O espaço rural continha uma heterogeneidade advinda da sua relação direta com a natureza. O espaço industrial substitui essa heterogeneidade por uma homogeneidade do espaço industrial, ou melhor, por sua vontade de homogeneidade conforme à sua racionalidade quantitativa. O espaço só é representado em função de critérios produtivistas; cálculos de otimização regulam, em princípio, o emprego do espaço. (LEFEBVRE, 1999, p. 117/8)

Lefebvre busca realizar uma crítica radical da separação e da segregação (que se expressam em uma “política do espaço”, ou de modo mais geral no “urbanismo”), através do que ele denomina de “teoria do espaço diferencial” (LEFEBVRE, 1999, p. 117). Para ele:

As diferenças que emergem e se instauram no espaço não provêm do espaço enquanto tal, mas do que nele se instala, reunido, confrontado pela/na realidade urbana. Contrastes, oposições, superposições e justaposições substituem os distanciamentos, as distâncias espaço-temporais. (LEFEBVRE, 1999, p. 117)

O espaço urbano difere-se radicalmente do industrial por ser diferencial e não homogêneo. É importante ressaltar que diferença não é sinônimo de segregação: “Quem diz ‘diferença’, diz relações, portanto, proximidade - relações percebidas e concebidas, portanto, inserção numa ordem espaço-temporal dupla: próxima e distante.” (LEFEBVRE, 1999, p. 124) Já a separação e a segregação rompem a relação e constituem uma ordem totalitária que espedaça o urbano. Essa ordem totalitária da cidade industrial tenta acabar com o conflito separando os elementos no espaço.

Somente uma concepção de espaço diferencial, que considera os contrastes, oposições, justaposições, permite um entendimento mais aprofundado da realidade urbana na qual se destaca a relação entre centro e periferia – relação esta já anunciada no percurso trilhado por Henri Lefebvre. Para ele: “Não existe cidade, nem realidade urbana, sem um centro. [...] Não existem lugares de lazer, de festa, de saber, de transmissão oral ou escrita, de invenção, de criação sem centralidade.” (LEFEBVRE, 1999, p. 93) Porém, a centralidade tende a sucumbir aos golpes daqueles que utilizam as atuais relações de produção e de propriedade em seu proveito.

A contradição, para ele, se desloca para o interior do fenômeno urbano: “entre a centralidade do poder e as outras formas de centralidade, entre o centro ‘riqueza-poder’ e as periferias, entre a integração e a segregação.” (LEFEBVRE, 1999, p. 155) Deste modo, seria necessário considerar a relação entre centro e periferia, entre as centralidades e as periferias da cidade. Mas, essa consideração não pode prescindir de uma análise dialética, pois é necessário considerar as contradições que caracterizam essa relação.

Esta interpretação exige a consideração do sincrônico. Diferentemente da leitura diacrônica, que é estritamente processual, a leitura sincrônica considera a simultaneidade. Ela

chega assim não somente à divisão social do trabalho como à divisão territorial do trabalho (que se dá na simultaneidade). Assim ela permite a compreensão de que um lugar está sendo expropriado para que outro se realize. Ela considera, portanto, uma dialética de tempo e de espaço na qual a luta de classes é redefinida.

A consideração de uma dialética sócio-espacial também revela a insuficiência de um pensamento que considera apenas o espaço geométrico, que tem limites estabelecidos (como por exemplo a linearidade) para o entendimento da realidade. É preciso caminhar na direção do entendimento da superposição e da contradição dos (entre os) espaços.

Tomemos a relação centro-periferia para avançarmos nesta dialética sócio-espacial. Henri Lefebvre coloca a noção de centro-periferia em movimento. Não há um único centro e uma única periferia; há diversificação, multiplicação e diferenciação dos centros juntamente com uma diversificação, multiplicação e diferenciação das periferias (diversificadas inclusive em suas relações com os centros).

Uma leitura sistêmica buscaria uma relação de composição, articulação e até mesmo de equilíbrio entre centro e periferia. Através da dialética espacial, essa relação centro-periferia é entendida em sua contradição (contradição do espaço): se tomarmos a produção do espaço veremos que uma está incluída na outra, que a produção de uma é simultaneamente a produção de seu oposto. Nos resta, nesse sentido, entender como esse processo contraditório se manifesta no processo de produção da cidade.

É por isso que entendemos ser necessária a consideração simultânea das centralidades e periferias da cidade para a compreensão dos processos de deterioração da vida cotidiana, entre os quais se destaca a deterioração da alimentação. Neste sentido, nossa interpretação da fome nas cidades parte de um recorte espacial: a metrópole de São Paulo, ou melhor, tomamos algumas centralidades e periferias dessa metrópole como ponto de partida para o entendimento da fome e da miséria na alimentação em nossos dias.

6.2 A metrópole paulistana e a urbanização crítica

Em que medida São Paulo seria uma metrópole indicada para a realização de tal estudo? Em primeiro lugar deve ficar claro que toda e qualquer metrópole guarda particularidades que devem ser consideradas, o que as tornam, em certa medida, únicas. Porém, ao mesmo tempo, vimos como a industrialização produz contraditoriamente e em escala mundial um espaço urbano cada vez mais homogêneo. Vimos, inclusive, que é sobre essa homogeneidade que está assentada a expansão do McDonald's (e não apenas dele, mas também de grandes redes de supermercado, por exemplo) por todo o mundo. De algum modo essa homogeneização cria um elemento comum entre todas as cidades. A esse respeito, Amélia Luisa Damiani afirma: “A História, nesse momento, propõe as metrópoles como detentoras da universalidade dos processos sociais. O urbano está sintetizando esse momento crítico.” (DAMIANI, 2000, p. 30)

São Paulo foi o centro do processo de industrialização no Brasil o que para Odette Seabra permite dizer que “esta enorme estrutura de urbanização contém as virtualidades e as negatividades do processo de urbanização” (SEABRA, 2004, p. 274) Para essa autora:

A cidade de São Paulo ficou no centro de um processo de divisão territorial do trabalho depois de 1930, processo que teve por fundamento a industrialização brasileira. A partir de então, São Paulo e sua região formaram o *hardcore* da acumulação e da reprodução capitalista com característica endógenas, centralizando por mais de quatro décadas, os investimentos produtivos e gerando economias de aglomeração. [...] Fato é que São Paulo ficou no centro da mobilidade do capital e do trabalho nacional. As migrações rural urbano, em todo território nacional e nos seus diversos estágios, até os anos setenta, dirigiam-se sobretudo para São Paulo. [...] De todo modo, a região de São Paulo continuou a receber o maior fluxo migratório do País porque concentrava o parque industrial que respondia, em 1970, por 58% do valor da transformação industrial nacional. (SEABRA, 2004, p. 274/5)

A imensa concentração industrial em São Paulo só foi possível através de uma grande mobilização da força de trabalho disponível no país. Assim, as enormes taxas de migração para São Paulo só podem ser explicadas a partir do ponto de vista da necessidade que o capital

industrial tinha de força de trabalho. Em suma, a migração deve ser lida a partir da mobilidade do trabalho.

Esse processo de industrialização, que reconfigurou as relações entre campo e cidade no Brasil, foi sentido dramaticamente na cidade de São Paulo. Essa cidade, que até os anos 1950 era integrada por uma “coroa de bairros” passou pelo processo de implosão-explosão ao qual nos referimos no item anterior a partir da obra de Henri Lefebvre.

Para Odette Seabra, até a década de 1950 seria possível identificar uma “*São Paulo cidade de bairros*”, composta pelos bairros centrais (Sé, Santa Efigênia, Liberdade); pelos bairros do centro expandido (Higienópolis, Campos Elíseos, Jardim América, Brás, Pari, Bom Retiro); e também pelos bairros surgidos dos “núcleos de povoamento antigo” (Penha, Nossa Senhora do Ó, Santana, Santo Amaro, Pinheiros). Estes bairros guardavam, de algum modo, uma diversidade histórico-cultural; havia, segundo ela, uma relação cidade-bairro que abrigava a “convergência (os bairros eram, cada um deles, a parte que confirmava o todo) e a divergência, o ‘alhures’ (perfil próprio)” (SEABRA, 2004, p. 277).

Porém, o processo de crescimento da cidade imposto pela indústria transforma esses bairros em nada mais do que fragmentos da metrópole. Entre 1950 e 1980 “implodiam as estruturas internas da cidade a medida que explodia o tecido urbano na formação das periferias que davam configuração, propriamente, à metrópole” (SEABRA, 2004, p. 277). A periferização da cidade estaria colocada já nos anos 1940 quando trabalhadores começam a fazer suas próprias casas em loteamentos populares⁶⁰.

No espaço da metrópole não é mais possível identificar, como antigamente, a diversidade histórico-cultural dos bairros, mas de algum modo esses bairros permanecem como centralidades, o que configura uma policentralidade da metrópole. Ao mesmo tempo há

⁶⁰ “Na São Paulo cidade de bairros, cujo apogeu, como disse, se deu pelos anos 1950, a periferização já estava lá como latência e mesmo como realidade, pois a literatura informa que pelos anos 1940 já haviam loteamentos populares, nos quais os trabalhadores começaram a fazer suas próprias casas.” (SEABRA, 2004, 277)

uma enorme expansão da periferia, principalmente nas áreas próximas à Serra da Cantareira (Norte) e na região das represas Billings e Guarapiranga (Sul). Atualmente São Paulo tem cerca de 19 milhões de habitantes que ocupam uma área urbanizada que “no sentido Leste-Oeste, tem mais de cem quilômetros de diâmetro e que, no sentido Norte-Sul alcança, de modo inexorável, áreas tidas até pouco tempo como inabitáveis” (SEABRA, 2004, p. 274).

Pode-se dizer que as centralidades e o próprio centro de São Paulo sofrem um esvaziamento, característico da implosão da cidade, enquanto ao mesmo tempo as periferias crescem, caracterizando a explosão desta mesma cidade. Para Odette Seabra ocorre uma “periferização do Centro de São Paulo”, que concentra a maior parte dos moradores de rua da cidade um grande número de “ambulantes” (SEABRA, 2004, p. 283)

É necessário ressaltar também que o processo de industrialização que em um primeiro momento mobilizou a população para as cidades através da oferta de empregos, avança no sentido de expelir cada vez mais os trabalhadores do processo produtivo através do desenvolvimento das forças produtivas. Contudo, o fato do processo de industrialização não requerer mais trabalhadores não significou uma diminuição da população das cidades. Pelo contrário, ela continuou crescendo, revelando que não há uma correlação estrita entre a industrialização e a urbanização: a primeira precipitou, mas não pode controlar a segunda.

O setor terciário não conseguiu absorver a demanda por empregos e as enormes cidades, que cresceram atendendo às necessidades do capital, chegam hoje ao limite da crise, pois o desemprego generalizado leva à miséria milhões de pessoas que têm como única forma de sobreviver a venda de sua força de trabalho. Pode-se dizer, portanto, que há uma enorme massa de miseráveis nas cidades brasileiras e que neste sentido a metrópole de São Paulo também é reveladora deste outro momento da urbanização brasileira, caracterizado pela crise do trabalho.

Se, por um lado, há uma crise do trabalho que se revela na impossibilidade de inserção no mercado de trabalho por parte dos trabalhadores, por outro, a propriedade da terra capitalizada sustenta um amplo campo de negócios urbanos que, ao mesmo tempo, impede (ou dificulta ao máximo) o acesso do trabalhador à moradia/terra. Isso se configura, na visão de Amélia Luisa Damiani, como uma urbanização crítica (DAMIANI, 2000, p. 30). Grande parte da população não tem acesso àquilo que caracterizaria o urbano, pois “tornar o lugar mais urbano significa, no limite da racionalidade do Estado e da propriedade privada da terra urbana, expulsar a população que é excedente.” (DAMIANI, 2000, p. 32) O urbano, portanto, não é para todos.

Assim, Amélia Luisa Damiani alerta para o fato de que:

[...] para além dos conflitos sociais, das diferenças sociais que persistem, se instauram, recobrando-as e amplificando-as, as diferenças espaciais, de acesso à urbanização. Então, temos um recorte de classe, remetido à idéia, neste exemplo, de centro e periferia. Um proletário é, ao mesmo tempo, potencialmente, um morador de periferia. [...] Ainda mais, o processo, como um todo, não se resolve numa lógica formal, instrumental; produz-se centralidade, centralidade da periferia, e, simultaneamente, a tentativa de seu controle, incluindo a metamorfose dos conteúdos da centralidade. (DAMIANI, 2004b, p. 85)

A grande maioria da população pobre de São Paulo vive em suas periferias, onde o acesso aos serviços públicos e privados mais básicos - tais como o acesso aos serviços de saúde, saneamento, educação, transporte, lazer e, no caso da alimentação, os serviços de abastecimento - quando existem, são deteriorados. O mercado imobiliário, através da diferenciação de preços, regula o acesso aos “equipamentos” da cidade, reservando as áreas mais “equipadas” àqueles que podem pagar por elas. Ao mesmo tempo o Estado reforça as desigualdades espaciais quando investe quantias superiores nas áreas que interessam ao capital imobiliário.

Essa diferenciação de acesso também acontece dentro das próprias periferias, que apresentam centralidades constituídas pelos meios de transporte, pelo comércio e pelos

equipamentos públicos (escolas, hospitais, postos de saúde, restaurantes populares, etc.). Muitas vezes, distante até mesmo destas centralidades da periferia, grande parte da população tem sua condição de vida ainda mais deteriorada na metrópole. São as diferenças espaciais amplificando as diferenças sociais.

Henri Lefebvre entende que os habitantes do centro (ou do que restou dele) da cidade são privilegiados, pois sua relação com a cotidianidade difere daqueles que moram nas periferias. Nesses lugares o “urbano”, germe da sociedade virtual, se mantém e talvez se confirme: “Os encontros se multiplicam, imprevistos e previsíveis nesse ambiente.” (LEFEBVRE, 1991, p. 134) Mas ele faz questão de ressaltar que entende o centro como um referencial possível, como uma tendência, e não como uma nova entidade, como uma nova “idéia platônica”.

Assim, na medida em que a população tem cada vez menos acesso àquilo que caracteriza o urbano e vive apenas ocupando fragmentos da metrópole, é imprescindível destacar que se trata de uma “urbanização crítica”. Crítica e não desordenada ou desequilibrada; pois não se refere a uma ausência de planejamento ou racionalidade, mas de uma urbanização que absorve as contradições de uma reprodução crítica da sociedade.

Neste sentido Amélia Luisa Damiani afirma:

O mundo das massas despossuídas é a urbanização crítica. O mundo de uma economia que se realiza criticamente é a urbanização crítica. O urbano como centralidade de culturas, festas, desejos, encontros, necessidades, que é negado, é a urbanização crítica. O mundo do dinheiro, da equivalência, que, nos seus fundamentos e subterrâneos, move-se como relações de não equivalência, de exploração do trabalho, de expropriação dos meios de vida e de produção, de embate entre as formas do dinheiro – a do dinheiro como medida de valor e como meio de circulação, sintetizadas na forma do dinheiro como capital – é a urbanização crítica. A tábua rasa da história, o seu varrer, a produção da obsolescência precoce dos produtos vários, incluindo a cidade, para afirmar novos produtos, é a urbanização crítica. (DAMIANI, 2004a, p. 39)

Será, portanto, a partir do conceito de urbanização crítica que caminharemos em direção ao entendimento da alimentação nas cidades. Nossa hipótese é a de que as diferenças

espaciais de acesso à urbanização se configuram como um elemento fundamental para o entendimento da alimentação e da fome nas cidades.

6.3 Elementos para a compreensão da fome e da miséria na alimentação em São Paulo

O caminho da exposição revela a importância do entendimento da urbanização crítica para a compreensão da alimentação e da fome nas cidades. O acesso à urbanização está intimamente relacionado ao acesso às centralidades. Vimos como para Henri Lefebvre o centro aparece como uma referência possível, como germe da sociedade virtual (urbana). Deste modo, entendemos que os diferentes lugares que as pessoas ocupam na metrópole vão determinar seu maior ou menor acesso às centralidades, nas quais resistem (mesmo que residualmente) alguns elementos do urbano.

Para entender como do ponto de vista da alimentação as diferenças espaciais de acesso à urbanização se verificam concretamente como uma amplificação das diferenças sociais, optamos pela realização de trabalhos de campo em lugares selecionados da metrópole.

A definição desses recortes dentro da metrópole não estava dada antes do início da pesquisa. Na verdade, a definição dos trabalhos de campo a serem realizados dependia antes de mais nada das indagações iniciais que surgiram a partir das leituras realizadas. Assim algumas perguntas se colocavam: onde vivem, ou que espaços ocupam aqueles que passam fome nas cidades? Em que medida o espaço ocupado define ou redefine a alimentação das pessoas? Quais são as estratégias de sobrevivência do faminto na cidade?

Até definirmos os recortes espaciais a serem contemplados por trabalhos de campo mais sistematizados buscamos percorrer espaços que pareceriam interessantes para o estudo da alimentação e da fome na metrópole de São Paulo. Ou seja, primeiramente realizamos

alguns trabalhos de campo de maneira menos sistematizada, com o intuito principal de identificar lugares que poderiam ser mais reveladores do processo que estávamos estudando. Assim foram realizadas algumas saídas para a realização de observação direta.

Fomos algumas vezes ao centro de São Paulo, local marcado por uma “periferização” nas palavras de Odette Seabra acima citadas, onde se encontra uma grande quantidade de estabelecimentos que comercializam alimentos (desde lanchonetes e restaurantes até o “Mercado Municipal da Cantareira” e o que sobrou da “Zona Cerealista”⁶¹) e ao mesmo tempo uma grande parte do moradores de rua da cidade.

A partir dessas saídas selecionamos os Restaurantes Populares da rede Bom Prato como um possível e interessante objeto para a análise da alimentação das camadas mais pobres da população no centro da cidade. Com o decorrer da pesquisa notamos que a distribuição dos restaurantes dessa rede não estava restrita ao centro, pois se estendia também para outras centralidades da metrópole: ou seja, a distribuição dessa rede de Restaurantes Populares estava diretamente relacionada com as centralidades da metrópole, muitas vezes situando-se naquilo que Odette Seabra define como bairros surgidos a partir de núcleos antigos de povoamento.

O mapa que segue revela como a distribuição dos Restaurantes Bom Prato no município de São Paulo acompanha de maneira evidente os principais pontos do sistema de

⁶¹ “A Zona Cerealista movimenta dinheiro e mercadorias desde o século 19. A construção do Pátio Ferroviário do Pari, em 1891, é um marco do bairro. O estudo mostra que já em 1921 havia mais de cem armazéns na região - que ainda tinha indústrias e residências típicas de imigrantes. Quando o Mercado foi erguido, em 1933, o comércio de alimentos já dominava toda a margem do Rio Tamanduateí - que hoje corre entre as pistas da avenida - e a área se consolidava como principal pólo de abastecimento do País. Graças também à Bolsa de Cereais de São Paulo, criada informalmente no pátio do Pari em 1923 e transferida nos anos 60 para a sede atual, na Avenida Senador Queirós.” (O Estado de São Paulo, Caderno Metrópole, Domingo 21 de outubro de 2007, <http://www.estado.com.br/editorias/2007/10/21/cid-1.93.3.20071021.36.1.xml>)

Na década de 1970, grande parte do comércio até então realizando na Zona Cerealista é transferido para as margens do Rio Pinheiros no conhecido CEAGESP (Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo).

transporte do município. Dos 17 restaurantes representados todos estão próximos de estações de trem ou metrô (14 deles), assim como de corredores e terminais de ônibus (outros 3). Além disso o mapa revela com clareza uma maior concentração destes restaurantes no centro da cidade (4 deles estão lá localizados: 25 de Março, Liberdade, Brás e Campos Elíseos).

Restaurantes Populares Bom Prato - 2008

Fonte: SEMPLA; http://www.codeagro.sp.gov.br/bom_prato/bom_prato.php
Org. BIACHETTI, F.S.; FARIA, C.S.; RIBEIRO JR., J.R.S.

Contudo, o tratamento da fome impunha também a consideração da alimentação nas periferias da cidade de São Paulo. Nesse sentido, novamente através de observações diretas, buscamos encontrar outros recortes possíveis na periferia. A primeira tentativa foi a de conhecer algumas feiras localizadas nas periferias da cidade, com o intuito de observar com mais atenção o período do “fim de feira”, no qual muitas pessoas recolhem os alimentos descartados pelos feirantes (trata-se, em São Paulo, da “hora da xepa”). Contudo, a possibilidade de conversar com as pessoas nesse momento era muito pequena e nossa intenção sempre foi a de ouvir dos próprios entrevistados como eles entendiam sua própria alimentação.

Portanto, pode-se dizer que foi através da realização de uma série de saídas com o objetivo de realizar observações que demos o primeiro passo no sentido de definir de maneira mais clara os trabalhos de campo a serem realizados. De todo modo, esse primeiro momento já mostrava também o limite da observação e apontava para a necessidade de realização de entrevistas, mesmo que estas se aproximassem de conversas informais, para que pudéssemos nos aprofundar no entendimento e compreensão da alimentação das pessoas.

Nesse sentido, definimos duas possibilidades de aproximação da fome e da miséria na alimentação a partir das centralidades e periferias da metrópole paulistana. De um lado, selecionamos os Restaurantes Populares, localizados ora no centro, ora em outras centralidades da metrópole, como um recorte que oferecia ao mesmo tempo a possibilidade de conversar com seus usuários e de algum modo compartilhar com eles a experiência de se alimentar nesses estabelecimentos.

E de outro lado, a partir da possibilidade de acompanhar os agentes de saúde da Unidade Básica de Saúde (UBS) do Jardim Gaivotas, pudemos entrevistar uma série de moradores desse bairro que se constituiu em uma das áreas de expansão da periferia da

metrópole. Essa parceria foi essencial para a realização das entrevistas, pois os agentes de saúde, que em geral são moradores do próprio local onde trabalham, realizam visitas regulares aos domicílios mais necessitados e não apenas conhecem muito bem a realidade vivida pela população, como têm alguma relação de proximidade com essa mesma realidade. Assim, ao acompanhar os agentes de saúde em diferentes oportunidades, pudemos de alguma maneira vencer o obstáculo imposto pelo estranhamento na relação “entrevistador-entrevistado”; estranhamento ainda maior quando se trata de falar de questões tão delicadas como a fome.

Restaurantes Populares: uma breve apresentação

A rede Bom Prato de Restaurantes Populares é administrada pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Governo do Estado de São Paulo. Essa rede foi criada a partir de um decreto do então governador Mário Covas (PSDB) em 26 de dezembro do ano 2000. Sua criação, portanto, pode ser relacionada com cenário político-partidário de então, pois nesse ano Luiz Inácio Lula da Silva é eleito presidente do país tendo como uma de suas principais propostas de governo a realização de uma política de segurança alimentar: o Fome Zero.

Atualmente a rede conta com 30 Restaurantes, que servem mais de 40.000 refeições diariamente, sendo que 17 estão localizados no município de São Paulo (25 de Março, Brás, Campos Elíseos, Capão Redondo, Guaianazes, Itaim Paulista, Itaquera, Jabaquara, Jardim Ângela, Lapa, Liberdade, Santana, Santo Amaro, São Mateus, São Miguel Paulista, Tucuruvi, Vila Nova Cachoeirinha); 4 estão localizados em outros municípios da Grande São Paulo (Guarulhos, Mogi das Cruzes, Osasco e Santo André); 7 localizam-se em cidades do interior (Campinas, Jundiaí, Ribeirão Preto, São José do Rio Preto, São José dos Campos, Sorocaba e Taubaté); e dois estão em cidades litorâneas (São Vicente e Santos).

Cada uma das unidades é gerida e administrada por uma entidade comunitária ou assistencial sem fins lucrativos. Essa entidade deve servir diariamente uma refeição a um preço pré-estipulado pelo Governo do Estado - em 2008 o valor máximo da refeição era de R\$ 3,25. Desse valor R\$ 1,00 é pago pelo usuário e o valor restante é subsidiado pelo Estado. O baixo valor pago pela refeição é a principal característica desses restaurantes, pois eles buscam atender justamente aqueles que têm menor condição de realizar uma refeição.

Para que possa produzir um grande número de refeições por um baixo preço os Restaurantes Populares trabalham com cozinhas industriais, que podem até mesmo ser comparadas às cozinhas industriais de outros restaurantes ou redes de *fast-food*, por ter como principal característica sua funcionalidade.

Porém, diferentemente dessa rede de *fast-food*, os Restaurantes Populares têm pouca ou nenhuma preocupação com a experiência que envolve o ato de se alimentar. A estrutura física de todos os restaurantes é muito parecida e se reduz ao estritamente necessário: mesas e cadeiras de plástico, pratos e talheres comuns, copos de plástico e praticamente nenhuma decoração do ambiente onde se realizam as refeições. Como o intuito é garantir somente que as pessoas tenham uma refeição, tudo parece se reduzir aos imperativos econômicos. O trabalhador, o desempregado, o idoso/aposentado, ou seja, todos aqueles que têm nos Restaurantes Populares uma das únicas possibilidades de se alimentar, têm de se sujeitar às condições degradantes da sobrevivência

Nos Restaurantes Populares da rede “Bom Prato” é comum que as filas para o almoço (única refeição servida no dia) comecem a se formar por volta das 9 horas da manhã (principalmente por idosos), apesar do fato de estes restaurantes só começarem a servir suas refeições a partir das 11 horas. Isso quer dizer que, para muitas pessoas, a espera pelo almoço

chega a 2 horas, o que se torna ainda mais aviltante pelo fato de as filas serem feitas na rua e sem qualquer abrigo do sol ou da chuva.

Após a fila é necessário enfrentar o momento de se servir. Como se fizessem parte das engrenagens de uma fábrica, as pessoas são levadas à linha de montagem. Do outro lado desta linha de montagem, e também fazendo parte dela, estão os funcionários, trabalhando em um ritmo intenso e desgastante. Para se ter uma noção do fluxo dessa linha de montagem, apenas no Bom Prato de Santo Amaro, 2.040 refeições são servidas em cerca de quatro horas e meia⁶², o que resulta em uma média de quase 8 refeições servidas por minuto. Deste modo, cabe ao consumidor unicamente o papel de empurrar sua bandeja, em geral já devidamente preparada por um funcionário, enquanto outros funcionários servem sua refeição. Qualquer pedido que saia da normalidade (mais ou menos de determinada porção, ordem de colocação de cada alimento etc.) não é bem recebido, pois atrapalham o intenso fluxo e causando ainda mais pressão sobre os funcionários. Além disso, não é raro que parte da comida servida vá parar não no prato, mas na própria bandeja.

A qualidade da comida também obedece aos imperativos econômicos. O prato é composto basicamente pela tradicional combinação de arroz com feijão, acompanhada de alguma carne e de algum legume. Há também uma salada e uma fruta, além de um suco. Porém, devemos lembrar que como tudo isso pode custar no máximo R\$ 3,25, essa refeição não se destaca pela qualidade.

Contudo, engana-se quem pensa que os Restaurantes Populares são freqüentados somente por moradores de rua ou pela parte mais miserável da população. Através de entrevistas realizadas nas filas (e também nas mesas) em mais de uma unidade (25 de Março, Lapa, Santo Amaro e Capão Redondo) foi possível identificar que muitos dos usuários desses

⁶² Dados extraídos do site: http://www.codeagro.sp.gov.br/bom_prato/bom_prato.php.

restaurantes eram na verdade pessoas que trabalhavam e estudavam nas proximidades e que tinham neles a possibilidade de realizar uma refeição por um preço mais acessível.

Essa constatação é importante, pois revela que nem mesmo muitos daqueles que estão trabalhando têm sua alimentação garantida e dependem, portanto, do auxílio do Estado e de entidades assistenciais para isso. Além disso, a localização dos Restaurantes Populares nas centralidades da metrópole faz com que apenas as pessoas que têm acesso a essas centralidades possam usufruir desse serviço.

Em entrevistas realizadas com idosos, que formavam já às 9 horas da manhã uma fila para almoçarem na unidade do Bom Prato da Rua 25 de Março (centro da cidade), pude constatar com mais clareza essa relação entre o acesso à centralidade e a possibilidade de utilização desse serviço. Questionados sobre o local de moradia, a maioria dos idosos respondeu que não morava perto da Rua 25 de março, ou nem mesmo na região central da cidade. Todos eles, no entanto, se beneficiavam da gratuidade do transporte público para os aposentados e por isso conseguiam comer com frequência nos Restaurantes Populares. Deste modo, esses restaurantes servem, sobretudo, àqueles que de alguma maneira têm acesso a centralidade.

Entendemos que não é necessário retomar aqui todo o argumento desenvolvido no terceiro capítulo acerca do papel desempenhado pelo Estado no que se refere àquilo que identificamos como administração da fome. Os Restaurantes Populares são parte de uma política maior de Segurança Alimentar que, como vimos, busca somente garantir a sobrevivência (de parte) da população. O sentido é o de administrar, e não o de superar as contradições impostas pela economia capitalista.

Jardim Gaivotas: elementos para o entendimento da alimentação na periferia

O Jardim Gaivotas é um dentre os vários loteamentos clandestinos existentes às margens das represas Billings e Guarapiranga no extremo sul do município de São Paulo. Assim como os outros loteamentos clandestinos, sua origem remete à legislação ambiental que visava proibir o adensamento populacional nessa área com o intuito de proteger a região de mananciais, essencial para o abastecimento de água da cidade.

Através de uma lei sancionada em 1976, o Governo do Estado de São Paulo definiu quais eram as áreas de mananciais e limitou os índices de ocupação e de parcelamento do solo nessas áreas. A partir desse momento o preço dos terrenos caiu drasticamente e a área passou a ser alvo de um intenso processo de loteamentos clandestinos que se apresentavam como uma alternativa de moradia para a população pobre. Alguns dados indicam que hoje mais de um milhão de pessoas vivem nas áreas de mananciais da Billings e da Guarapiranga.

O Jardim Gaivotas fica às margens da represa Billings, na Península do Cocaia e faz parte do distrito do Grajaú. Nesse loteamento são poucos os equipamentos públicos a disposição da população: uma escola e uma Unidade Básica de Saúde. Para se ter uma idéia da distância a que esse loteamento se localiza do centro da cidade de São Paulo, uma viagem de ônibus partindo de lá para o centro da cidade não dura menos do que duas horas em um dia normal. O Restaurante Popular mais próximo daí localiza-se em Santo Amaro, cujo trajeto de ônibus dura perto de uma hora. Os dois mapas que seguem permitem a visualização da localização do distrito do Grajaú em relação ao restante do município e sua rede de transporte principal, assim como a localização do Jardim Gaivotas dentro desse distrito. A posição periférica do distrito do Grajaú em relação ao restante da cidade e ao seu sistema de transporte fica clara, assim como é possível localizar o Jardim Gaivotas dentro do distrito do Grajaú, no extremo da Península do Cocaia. Por fim, a imagem de satélite nos ajuda a visualizar o adensamento da ocupação na região.

Sistema Metropolitano de Transporte e Subdistrito do Grajaú - 2007

Fonte: SEMPLA
Org. BIACHETTI, F.S.; FARIA, C.S.; RIBEIRO JR., J.R.S.

Área Urbanizada
1993/2002

Fonte: SEMPLA
Org. BLACHETTI, F.S.; FARIA, C.S.; RIBEIRO JR., J.R.S.

Jardim Gaivotas - 2002

Podemos dividir as entrevistas realizadas no Jardim Gaivotas em dois grupos distintos, mas que se relacionam: de um lado as entrevistas realizadas com a equipe da UBS composta por agentes de saúde, enfermeiros e médicos; de outro, as entrevistas realizadas na companhia dos agentes de saúde com os moradores desse loteamento.

Contudo, antes de tratar diretamente das entrevistas e das observações que pudemos realizar no Jardim Gaivotas, gostaríamos de ressaltar a importância de dois artigos que ajudaram na preparação prévia para a realização desses trabalhos de campo. Os artigos aos quais me refiro são: “Uma abordagem fenomenológica da fome” (2002) de Maria do Carmo Soares de Freitas; e “Fome, Desnutrição e Pobreza nos Estados Unidos contemporâneo: algumas observações sobre seu contexto social e cultural” (1997) (*Hunger, Malnutrition, and Poverty in the Contemporary United States: Some Observations on Their Social and Cultural Context*) de Janet Fitchen⁶³.

No primeiro artigo, “Uma abordagem fenomenológica da fome”, a autora nos mostra como é importante trabalhar com o conceito de fome a partir da experiência das pessoas que convivem com este drama. Para a ela, a fome é um fenômeno que impregna o ser humano marcando-o inclusive em momentos em que este tem o que comer. “Ela [a fome] é um fenômeno impregnado no ser humano que viveu ou ainda vive precárias condições de vida, pois a temporalidade, no corpo e na memória, transcende ao evento econômico e social de sua ocorrência.” (FREITAS, 2002)

Em suma, a constante incerteza sobre a satisfação das necessidades alimentares continuaria marcando a vida daqueles que vivem em uma situação de extrema pobreza. Além

⁶³ Citamos aqui apenas esses dois textos, pois ambos estão diretamente relacionados com a realização de trabalhos de campo que buscam entender o fenômeno da fome. De todo modo, é importante ressaltar que o entendimento a respeito do trabalho de campo enquanto método de pesquisa está intrinsecamente relacionado às inúmeras discussões realizadas nas disciplinas de graduação Trabalho de Campo I, ministrada pelo Prof. Dr. Ariovaldo Umbelino de Oliveira, e Trabalho de Campo II, ministrada pela Profa. Dra. Amélia Luisa Damiani.

disso, a autora insiste através de uma pesquisa minuciosa e qualitativa, na não redução da fome aos efeitos físicos que esta provoca no organismo. Assim, ela destaca, seria imprescindível atentar para as metáforas utilizadas, assim como ao silêncio e ao gestual, daqueles que tratam de sua condição de faminto. Para ela:

Assim, dada a dificuldade que os informantes do bairro têm em expressar lingüisticamente o termo fome, os aspectos não lingüísticos enriquecem seus textos e constroem uma via necessária à compreensão do fenômeno. Por exemplo, a fome, quando expressada como uma "coisa", mostra-se quase sempre acompanhada de gestos de pavor. A *coisa* produz sensações de "arrepiar quando a gente sente que ela [a fome] vai chegar [...], vai arrancar as carnes do corpo". Estas e outras percepções dos sentidos transitam sem cessar por entre as vias concretas de um cotidiano o qual se quer compreender. (FREITAS, 2002)

Neste mesmo sentido, o artigo de Fitchen alerta para como a observação de outros aspectos que envolvem a alimentação podem revelar sua qualidade nas residências mais pobres. Segundo essa autora:

A perpétua condição de submissão a recursos financeiros limitados afeta também quando, onde e com quem as pessoas comem. A falta de cadeiras, pratos ou garfos pode significar que em várias casas as refeições não são feitas com todos seus membros reunidos em um só lugar ou ao mesmo tempo. (FITCHEN, 1997, p. 392)

Assim, no momento em que fomos ao campo, tentamos sempre realizar juntamente com as entrevistas uma observação atenta das casas e do bairro.

Uma conversa com uma das agentes de saúde, Sra. Francisca, antes da realização das primeiras entrevistas revelou claramente como esses agentes de saúde têm uma compreensão aprofundada da situação em que vive a população por eles atendida. Francisca disse conhecer diversas casas em que a falta de comida afetava a saúde dos moradores, mas que para isso não poderia dar qualquer conselho ou orientação, somente algum apoio. Mais do que isso, ela mesma falou do constrangimento das pessoas que passam fome, o que revela que esse é um tema difícil de ser abordado mesmo pelos agentes de saúde que têm uma relação mais próxima com os moradores. Assim, toda vez que nos apresentava aos moradores durante as

entrevistas, mesmo sabendo que a pesquisa estava voltada para a compreensão do fenômeno da fome, Francisca (assim como os outros agentes de saúde que pude acompanhar) sempre falava de maneira “aberta” que o interesse era saber sobre a alimentação da população do bairro.

Em cada entrevista, que era realizada após a visita de rotina do agente de saúde, buscamos abordar os problemas da alimentação a partir de 3 perguntas, ou 3 blocos de perguntas. Essas perguntas tinham como objetivo orientar a entrevista, sem, no entanto, restringir a conversa ao âmbito estrito das questões levantadas.

Primeiramente perguntávamos para os moradores, de maneira bem aberta e livre, como era a alimentação deles. A intenção dessa pergunta era introduzir uma conversa sobre a alimentação sem causar maiores constrangimentos, pois não caberia questioná-los diretamente sobre a fome.

Em seguida fazíamos perguntas no sentido de entender onde eles compravam os alimentos que consumiam e se recebiam algum benefício em alimentos (como cestas básicas, por exemplo). Com esse segundo bloco de perguntas, tínhamos a intenção de entender como eles eram atendidos pela rede de distribuição de alimentos da cidade e mais especificamente do bairro. Além disso, esse segundo bloco funcionava como uma espécie de preparação para a terceira pergunta, que de algum modo visava confrontar as respostas dadas na primeira parte da entrevista.

Na terceira parte da entrevista perguntávamos de maneira mais direta se no fim do mês as pessoas tinham maior dificuldade em se alimentar. Além de ser um indicativo da existência de fome, a falta de comida no fim do mês pode revelar de algum modo a periodicidade na compra e consumo dos alimentos (nos dias próximos ao pagamento ou ao recebimento de benefícios, a compra e o consumo poderiam ser maiores do que no fim do mês).

Após a realização de uma série de entrevistas, partindo desse mesmo eixo norteador, as respostas passaram a indicar algumas semelhanças, um indício de que havíamos chegado a alguns indicativos sobre a situação alimentar dessa população.

Com relação à primeira pergunta, de maneira geral os moradores respondiam que a alimentação deles era “boa”, ou “sem problemas”. A combinação de “arroz com feijão” apareceu como os principais alimentos consumidos no almoço e janta (que raramente era citada) ao lado de uma “mistura”. A carne e as verduras que compõem a mistura, além das frutas, muitas vezes foram citadas como uma espécie de alimentos “especiais”, que são consumidos “apenas quando dá”. Em outras refeições (lanche ou café da manhã) muitas respostas apontaram para a presença do café e do pãozinho.

Já a segunda pergunta revelou um fato interessante. Como não existe nenhum supermercado no Jardim Gaivotas seus moradores são obrigados a se deslocarem até o bairro vizinho (Parque Residencial Cocaia) para poderem fazer suas compras. No Jardim Gaivotas existem apenas pequenas vendas, nas quais, segundo os moradores, os alimentos são mais caros e de pior qualidade. Assim, eles preferem se deslocar até o Parque Residencial Cocaia para comprar nos supermercados, em especial nos supermercados Ricoy e Yokoy.

Esses supermercados fazem parte de uma associação de supermercados voltados para atender a população de mais baixa renda. Segundo o site dessa rede de supermercados eles contavam em 2008 com 48 unidades localizadas, sobretudo, em bairros periféricos da metrópole⁶⁴. Esses supermercados são menores e têm uma maior inserção nos bairros periféricos, onde buscam atender aquela população que, devido as dificuldades de se

⁶⁴ Fonte: <http://www.ricoy.com.br/local.htm>

locomover na cidade sem um automóvel, fazem as compras nos locais mais próximos de sua residência.

Para se ter uma idéia, o hipermercado mais próximo do Jardim Gaivotas é o Extra Cidade Dutra (distrito vizinho ao distrito do Grajaú), a aproximadamente 8 quilômetros de distância. Já os supermercados citados, localizados no Parque Residencial Cocaia, estão a aproximadamente 1 quilômetro de distância.

Mas, os moradores do Jardim Gaivotas dependem também de outros estabelecimentos do bairro vizinho, como açougues, “sacolões”, farmácias e até mesmo as feiras, pois segundo a maioria deles a feira realizada no Jardim Gaivotas é de qualidade muito inferior a do bairro vizinho. Tudo isso nos leva a considerar que o Parque Residencial Cocaia (mais especificamente em duas ruas onde se concentra o comércio desse bairro: Rua Demas Zitto e Rua Rubens de Oliveira) se constitui como uma centralidade para os moradores do Jardim Gaivotas.

Essa centralidade do Parque Residencial Cocaia, assim como a do bairro do Grajaú, está diretamente relacionada ao sistema de transporte da cidade. Nesses dois bairros há uma grande circulação de ônibus de diferentes linhas (eles são o ponto final de linhas que se dirigem para pontos distintos da cidade). Próximo aos pontos finais, ou aos pontos mais utilizados para a troca de linha pelos usuários, a grande concentração de pessoas torna o lugar mais atrativo para o comércio. É aí que se instalam a maioria dos supermercados citados, assim como outros serviços. Vale ressaltar que, o Jardim Gaivotas, por sua localização no extremo da península do Cocaia, não é um “bairro de passagem” para outros bairros, como acontece com o Grajaú e o Parque Residencial Cocaia.

Assim, a partir das respostas obtidas pelo segundo bloco de perguntas das entrevistas, passamos a observar mais atentamente as centralidades que fazem parte da vida cotidiana dos moradores do Jardim Gaivotas. Isso se revelou inclusive na possibilidade de considerar para a

pesquisa a importância da centralidade desse loteamento, também definida pelo ponto de ônibus que fica em frente à escola do loteamento. De maneira geral, o pequeno comércio do bairro está aí localizado.

Mais um indício dessa centralidade foi colocada pelos agentes de saúde que pudemos acompanhar e que citaram certa diferença de renda entre aqueles que moravam em determinados pontos do bairro: as casas mais próximas à Represa Billings são em geral mais baratas e conseqüentemente são aquelas que abrigam a parte mais pobre da população. Contudo, é preciso salientar que não é possível fazer uma estratificação do bairro segundo a localização das casas, haja vista que em uma mesma rua foi possível identificar residências onde o padrão de vida era radicalmente diferente.

Um elemento importante a esse respeito é a inserção no mercado de trabalho. Nas residências onde uma ou mais pessoas tinham alguma inserção no mercado de trabalho parecem haver melhores condições, não apenas de alimentação, como de outros aspectos da vida cotidiana. O problema é que na maior parte das residências essa inserção no mercado de trabalho é quase sempre muito precária e por vezes até mesmo inexistente.

O número de pessoas que se dizia beneficiária dos programas de redistribuição de renda foi sempre significativo e apontam para a importância que esses programas assumem na vida de cada um, em um momento de uma intensa crise do trabalho que impõe a cada vez um número maior de pessoas a situação de desempregado.

Voltando as questões das entrevistas, é preciso ainda tratar das respostas dadas à terceira pergunta, que se refere à dificuldade (ou não) de se obter alimentos no fim do mês. Essa pergunta se mostrou particularmente importante, pois há certamente um constrangimento quando se trata de falar da fome, ou em outras palavras, da própria condição de faminto.

Assim, a constante definição do fim do mês como “apertado”, mostrou-se como uma maneira dos moradores tratarem das dificuldades enfrentadas.

Segundo uma das entrevistadas, a partir do meio do mês “faltam as coisas, falta arroz, falta óleo”, e esse é o momento em que o marido tem de se esforçar para “arranjar uns trocados aqui e ali”. Ela resumiu sua situação dizendo que “dá para ir levando”. Sobre esses momentos de dificuldade afirmou (assim como pude notar também em outras residências) que é dada certa prioridade para a alimentação dos filhos. Em seguida é o chefe da família quem tem a prioridade e por fim vêm as mulheres⁶⁵.

Outros entrevistados disseram que o fim do mês é o momento onde faltam as misturas e eles têm de se contentar somente com o arroz e feijão. Mas, houve também entrevistados que assumiram que, por vezes, falta inclusive o “básico” (o arroz com feijão).

Nesse momento cabe então uma reflexão que dialogue com a exposição acerca dos Restaurantes Populares. Em determinado momento perguntamos aos agentes de saúde se eles conheciam a rede Bom Prato e se as pessoas do Jardim Gaivotas teriam essa referência. A resposta, mais do que direta, apontou para os limites colocados pela localização do Restaurante Popular mais próximo, a saber, o de Santo Amaro que, como já dissemos, está a aproximadamente uma hora de ônibus do Jardim Gaivotas: “se é para gastar R\$ 4,60 com o transporte, vale mais apenas comer no próprio bairro”.

Essa resposta nos fez pensar na necessidade de realizar alguns cálculos simples para entender a viabilidade (ou não) de uma pessoa do Jardim Gaivotas se alimentar em algum Bom Prato. Pensando hipoteticamente em uma família com 5 membros que tenha como renda

⁶⁵ Essa distribuição desigual dos alimentos dentro da residência também foi tratada no já citado artigo de Fitchen. Essa autora, através de questionários em que pedia para as mulheres relembrares suas refeições das últimas 24 horas, notou que as mulheres em geral comiam apenas amidos sem qualquer tipo de carnes ou vegetais que eram destinados para outros membros da família. Destaca-se também, na exposição da autora, o fato de crianças de outro casamento ou adotadas terem uma alimentação distinta das demais crianças. (FITCHEN, 1997, p. 390/1).

total um salário mínimo (de aproximadamente R\$ 350,00 na época) podemos dizer que a renda de cada membro é de R\$ 70,00 por mês e, conseqüentemente, de R\$ 2,33 por dia. Esse exemplo hipotético, que pode ser verificado em uma grande quantidade de domicílios nessa região, certamente não reflete a realidade de famílias em que a situação é ainda mais grave do que essa.

Bom, mas mesmo nesse caso, a renda diária da pessoa praticamente impossibilita que pensemos ser viável para ela se deslocar até um Restaurante Popular para se alimentar. Apenas o preço da passagem de ida já seria equivalente a sua “renda diária”.

Ficou claro nesse instante que, para as pessoas que estão em situação mais extrema, a possibilidade de se alimentar em um Restaurante Popular passa pelo acesso gratuito a ele: seja indo a pé, seja pela gratuidade do transporte citada acima. Deste modo fica claro que esses Restaurantes dificilmente podem atender à população mais pobre, o que se configura numa manifestação daquilo que foi anunciado acima: as diferenças espaciais amplificam as diferenças sociais.

Esse mesmo raciocínio pode ser extrapolado para a relação dos moradores de periferia com a rede de abastecimento da cidade. Ter acesso aos hipermercados ou atacados é, muitas vezes, a possibilidade de comprar alimentos com preços menores e com qualidade similar ou superior a dos supermercados da periferia. Contudo, é exatamente a população mais pobre que se encontra confinada nas periferias da cidade e por isso tem como única alternativa comprar os alimentos no próprio bairro ou nos bairros vizinhos.

Por vezes percebemos nas entrevistas que o acesso ao mercado de trabalho representava não apenas a precária garantia do recebimento do salário, mas uma espécie de rompimento com esse confinamento à periferia. Como muitos trabalhadores recebem um auxílio para o transporte (exigido por lei) para se deslocarem até o trabalho eles têm algum

acesso (pois mais uma vez é necessário ressaltar que esse acesso é precário) a outras partes da cidade, a algumas centralidades.

Em uma das poucas casas onde pudemos entrevistar tanto a mulher como o homem que trabalhava fora, ele deu uma resposta muito distinta sobre onde comprava os alimentos. Ele disse que como trabalhava em Moema (um bairro do centro expandido da cidade) ele voltava de ônibus sempre atento às promoções dos diferentes supermercados e hipermercados e que por isso comprava onde “as coisas estão mais baratas”. Parece-nos que por percorrer diariamente um trecho maior da cidade ele tinha algum acesso a uma maior variedade e qualidade de alimentos, diferentemente daqueles que estão confinados nas periferias da metrópole. É claro também que esse acesso maior se dava por sua condição de empregado.

Outro elemento que gostaríamos de destacar acerca das entrevistas refere-se à observação das residências onde elas foram realizadas. Primeiramente é preciso dizer que muitas vezes a casa “desmentia” as respostas dos entrevistados. Por fazer a maior parte das visitas na parte da manhã, até mesmo no horário próximo do almoço, muitas vezes a resposta de que não havia problemas com relação com a alimentação contrastava com o fogão desligado e as panelas vazias. Foram raríssimas as vezes que pude observar frutas sobre a mesa, por exemplo.

Assim como Fitchen, pudemos observar também que nas casas faltavam lugares para que todos pudessem comer em conjunto. Quase sempre recebidos pelos moradores em suas cozinhas, que em geral são ao mesmo tempo a sala, e que por vezes até tinham camas, tudo no mesmo cômodo, observamos que as mesas para as refeições eram pequenas, mesmo quando a família era grande, e as cadeiras eram insuficientes. Assim, fica difícil imaginar que o momento da refeição possa se constituir como um momento rico em sociabilidade nessas famílias.

Em algumas casas, onde a situação era ainda mais extrema, pudemos observar cozinhas onde não havia geladeira ou a que havia estava quebrada. Sem geladeira essas famílias tinham ainda menos possibilidades de armazenar alimentos perecíveis.

Essas situações limite, devemos dizer, são vividas dramaticamente também pelos agentes de saúde que sofrem um desgaste psicológico enorme por estarem em contato direto e constante com famílias vivendo em condições miseráveis e degradantes, desgaste que leva muitos deles à depressão

As duas possibilidades de aproximação da fome e da miséria na alimentação em São Paulo, a partir das centralidades (Restaurantes Populares) e periferias (Jardim Gaivotas) da metrópole paulistana, revelaram-se como uma oportunidade importante de nos confrontarmos novamente com as leituras realizadas.

Nesse caminho de reflexão nos deparamos com uma enorme dificuldade: a de fazer uma crítica da sobrevivência mesmo quando ela não está garantida. Durante os trabalhos de campo no Jardim Gaivotas parecia-nos que a existência de um Restaurante Popular nas proximidades poderia trazer alterações significativas para muitos daqueles que mal tinham o que comer em casa. Ao mesmo tempo, revelava-se a importância que os programas de distribuição de renda tinham, para que cada família pudesse terminar o mês com ao menos arroz e feijão em seus pratos.

Mas no momento seguinte, através das leituras, éramos empurrados a considerar o sentido mais profundo do processo de reprodução de uma sociedade na qual o fim é a reprodução do capital e não a satisfação das necessidades humanas. Impôs-se, assim, a necessidade de realização de uma crítica radical, nos termos anunciados por Marx nos “Manuscritos Econômico-Filosóficos”, onde a raiz é o homem, e que por isso não aceita

qualquer forma de satisfazer as necessidades que não seja humana, ou em outros termos, que contenha em si a opressão, a humilhação, a degradação do homem.

Ao mesmo tempo, a consideração do espaço e das diferenças espaciais, nos levou a procurar entender como a urbanização que se realiza criticamente pesa sobre a vida cotidiana das pessoas. O processo de implosão-explosão da cidade que transformou São Paulo em uma metrópole aponta para a não realização do urbano.

Conhecer as periferias de São Paulo é entrar em contato com os efeitos de sua explosão, que leva milhões de pessoas a viverem uma realidade muito distinta daquelas que têm acesso às centralidades da metrópole. Simultaneamente suas centralidades são cada vez mais degradadas e o acesso a elas pode significar apenas a garantia da mera sobrevivência e não a possibilidade da realização da vida.

As entrevistas revelaram, de algum modo, como uma série de constrangimentos pesa sobre o cotidiano daqueles que vivem em condições precárias na metrópole. Durante os trabalhos de campo fomos forçados a refletir sobre o próprio “endurecimento” dos entrevistados. As relações de sociabilidade endurecem quando se vive miseravelmente. Basta refletir: como se sentem os pais que não tem o que dar de comida aos filhos? Qual é a apropriação do alimento (e da sociabilidade que o cerca) quando se come a mesma coisa durante semanas, meses, anos ou mesmo toda uma vida?

A crise da cidade é considerada, mesmo que apenas superficialmente como uma série de crises na cidade, a partir de diversos aspectos. O trânsito, a violência, os problemas relativos à educação e à saúde de maneira geral, a degradação ambiental, etc. são temas recorrentes em discursos acadêmicos e midiáticos. Já a fome é quase sempre desconsiderada, ou no máximo admitida como caso isolado e distante (inclusive espacialmente) da realidade da maioria.

No entanto, grande parte da população urbana brasileira (e talvez mundial) passa fome e isso precisa ser considerado e problematizado, pois a apresentação mais explícita da fome tem anuncia a necessidade de realização de uma crítica mais profunda do processo de produção e reprodução de nossa sociedade.

A fome tem, sobretudo, a potência de revelar claramente a desumanização do período em que vivemos.

7. Considerações Finais

Ainda há um enorme caminho a ser percorrido para que tenhamos um entendimento mais aprofundado dos conteúdos da fome e da miséria na alimentação nos dias de hoje. De todo modo, entendemos que uma conquista dessa pesquisa é o fato de que ela coloca que a impossibilidade de que não se considere mais a fome como um dos aspectos da crise da cidade.

A miséria da vida cotidiana, que se manifesta também como uma miséria na alimentação, pode ser percebida em diversos estratos da sociedade. A generalização de uma alimentação homogênea, repetitiva, sem significado, pobre de sentido, etc. é sentida por quase toda sociedade. Mas, ao mesmo tempo, vimos como é necessário considerar também a fome, como um drama que faz parte da miséria na alimentação, mas que se destaca por sua dramaticidade. Como afirmamos anteriormente, é necessário fazer uma crítica da sobrevivência e ao mesmo tempo afirmar que sequer a sobrevivência está garantida para todos. Esta crítica só é possível se superarmos as aparências dos processos e caminharmos em direção aos seus fundamentos.

Nessa pesquisa uma semelhança metodológica entre Karl Marx e Henri Lefebvre foi decisiva: a consideração da possibilidade de se trabalhar metodologicamente com um objeto virtual. Enquanto com Marx pudemos pensar no “homem rico em necessidades”, com Lefebvre pudemos conceber refletir sobre o “urbano”.

Marx, ao definir o “homem rico em necessidades” revela que essa construção “deve realizar-se no futuro”. Mas esse objeto que ainda não existe serve de fundamento para que façamos uma reflexão sobre a realidade em que vivemos. Neste mesmo sentido, ao anunciar o

urbano enquanto objeto virtual, Lefebvre não apenas anuncia a possibilidade de uma outra realidade, mas coloca também a miséria em que vivemos.

Assim, ambos colocam o possível, a virtualidade, como um elemento da crítica. Entendemos que assim esses autores colocam a possibilidade de pensar o outro, aquilo que não cabe nesse mundo regido pela lógica da mercadoria, aquilo que aponta para realização do homem em um processo incessante.

É essa possibilidade que nos permite pensar na superação da fome e da miséria na alimentação, mas que ao mesmo tempo coloca a indispensabilidade da realização de uma crítica radical da realidade em que vivemos para que atinjamos esse objetivo.

Referências

- BELASCO, Warren J. Appetite for a change: how the counterculture took on the food industry. Ithaca: Cornell University Press, 1993.
- BELL, David and VALENTINE, Gill. Consuming Geographies: we are where we eat, London and New York, Routledge, 1997.
- CARNEIRO, Henrique. Comida e Sociedade: uma história da alimentação. Rio de Janeiro: Campus, 2003.
- CASCUDO, Luís da Câmara. História da Alimentação no Brasil. São Paulo: Global, 2004.
- CASTRO, Anna Maria de Josué de Castro: semeador de idéias. Veranópolis: ITERRA e Instituto de Educação Josué de Castro, 2004.
- CASTRO, Josué de. A Alimentação Brasileira à Luz da Geografia Humana. Porto Alegre: Globo, 1937.
- CASTRO, Josué de. Geografia da Fome. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1948.
- CASTRO, Josué de. Documentário do Nordeste. São Paulo: Brasiliense, 1959.
- CASTRO, Josué de. Geopolítica da Fome. São Paulo: Brasiliense, 1965a.
- CASTRO, Josué de. Ensaios de Biologia Social. São Paulo: Brasiliense, 1965b.
- CASTRO, Josué de. Ensaios de Geografia Humana. São Paulo: Brasiliense, 1966a.
- CASTRO, Josué de. O Livro Negro da Fome. São Paulo: Brasiliense, 1966b.
- CASTRO, Josué de. A Estratégia do Desenvolvimento. Lisboa: Seara Nova, 1971.
- CASTRO, Josué de. Homens e Caranguejos. São Paulo: Brasiliense, 2001.
- CERTEAU, Michel de, GIARD, Luce e MAYOL, Pierre. A invenção do cotidiano. Petrópolis: Editora Vozes, 1998. Volume 2.
- COSTA, Ediná Alves. Trabalhadores migrando: um estudo sobre fome e migração. Salvador: Dissertação (Mestrado em Saúde Comunitária), Universidade Federal da Bahia, 1982.
- DAMIANI, Amélia Luisa. *A metrópole e a indústria: reflexões sobre uma urbanização crítica*. In: Terra Livre. São Paulo, n. 15, p. 21-37, 2000.
- DAMIANI, Amélia Luisa. *Urbanização crítica e situação geográfica a partir da metrópole de São Paulo*. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de, orgs. *Geografias de São Paulo: representação e crise da metrópole*. São Paulo: Contexto, 2004a, 2 v, p. 19-58.
- DAMIANI, Amélia Luisa. *A propósito do espaço e do urbano: algumas hipóteses*. Cidades, Presidente Prudente, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 79-95, 2004b.

DAMIANI, Amélia Luisa. A geografia que desejamos. In: Boletim Paulista de Geografia, nº 83 – Perspectiva Crítica, p. 57-90. São Paulo, 2005.

ESCODA, Maria do Socorro Quirino. Fome e Saúde: a relação entre fatores determinantes e consequências da má alimentação. in Revista SUSTENTAÇÃO, ano IV, nº. 10, COSEMS-CE, Fortaleza, Abril 2003. Disponível em: <<http://www.ufrnet.br/~scorpius/Entrevista>>.

FISCHLER, Claude. A “McDonaldização” dos costumes. In: FLANDRIN, Jean-Louis e MONTANARI, Massimo (orgs.). História da Alimentação. São Paulo: Estação Liberdade, 1998. P. 841-862.

FONTENELLE, Isleide Arruda. O Nome da Marca: McDonald’s, fetichismo e cultura descartável. São Paulo: Boitempo, 2002.

FAO. Declaração Universal sobre a Erradicação da Fome e Desnutrição. 1974. Disponível em: <<http://unhchr.ch/html/menu3/b/69.htm>>.

GEORGE, Susan. O mercado da fome. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

HARVEY, David. Justice, Nature and the Geography of Difference. Oxford: Blackwell, 2004.

HELLER, Agnes. Teoría de las necesidades en Marx. Barcelona: Ediciones Península, 1986.

INSTITUTO CIDADANIA. Projeto Fome Zero. São Paulo: Instituto Cidadania, 2001.

KURZ, Robert. Fome em abundancia. Folha de São Paulo, São Paulo, 26 jul. 1998. Caderno Mais!. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs26079803.htm>>

LEFEBVRE, Henri. A re-produção das relações de produção. Porto: Publicações Escorpião, 1973.

LEFEBVRE, Henri. Lógica Formal, Lógica Dialética. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975a.

LEFEBVRE, Henri. De lo rural a lo urbano. Barcelona: Ediciones Península, 1975b.

LEFEBVRE, Henri. A Vida Cotidiana no Mundo Moderno. São Paulo: Ática, 1991.

LEFEBVRE, Henri. A revolução urbana. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

MARX, Karl. Contribuição para a crítica da economia política. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MARX, Karl. Manuscritos Econômico-Filosóficos. São Paulo: Boitempo, 2004.

MARX, Karl. Crítica da Filosofia do Direito de Hegel. São Paulo: Boitempo, 2005.

MATTEI, Lauro, WRIGHT, Sonia e BRANCO, Telma Castello. Colocando a fome na agenda pública brasileira: a ação do Estado, do Banco Mundial e das Organizações Não Governamentais. In: Cadernos de Pesquisa 7 (Políticas Públicas e Inclusão Social: A Visão das Organizações Não Governamentais). São Paulo: CEBRAP, 1997.

MAXWELL, S., and T. FRANKENBERGER. Household food security concepts, indicators, and measurements. New York: UNICEF, 1992.

MELO, Marcelo Mário de. e NEVES, Tereza Cristina Wanderley. (orgs.) Josué de Castro. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, Série Perfis Parlamentares, no. 52, 2007.

MONTANARI, Massimo. Sistemas alimentares e modelos de civilização. In: FLANDRIN, Jean-Louis e MONTANARI, Massimo (orgs.). História da Alimentação. São Paulo: Estação Liberdade, 1998. P. 108-120.

MONTANARI, Massimo. A fome e a abundância: história da alimentação na Europa. Bauru: EDUSC, 2003.

ONU. Declaração dos Direitos Humanos. 1948. Disponível em: <<http://www.unhchr.ch/udhr/lang/por.htm>>.

PEDROCCO, Giorgio. A indústria alimentar e as novas técnicas de conservação. In: FLANDRIN, Jean-Louis e MONTANARI, Massimo (orgs.). História da Alimentação. São Paulo: Estação Liberdade, 1998. P. 763-778.

RIBEIRO, Flávio Diniz. Para uma crítica da idéia de desenvolvimento. São Paulo: dissertação (de mestrado em História), Universidade de São Paulo, 2001.

PERLÈS, Catherine. As estratégias alimentares nos tempos pré-históricos. In: FLANDRIN, Jean-Louis e MONTANARI, Massimo (orgs.). História da Alimentação. São Paulo: Estação Liberdade, 1998. P. 36-53.

SEABRA, Odette. São Paulo: a cidade, os bairros a periferia. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de, orgs. *Geografias de São Paulo: representação e crise da metrópole*. São Paulo: Contexto, 2004, 1 v, p. 271 - 314.

SMITH, Neil. Contornos de uma política espacializada: veículos dos sem-teto e produção de escala geográfica. in ARANTES, Antonio (org). Espaço da diferença. Campinas: Papirus Editora, 2000.

VANEIGEM, Raoul. A arte de viver para as novas gerações. São Paulo: Conrad, 2002.